



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Génesis Morales Méndez

**Meios de comunicação, leis e enfrentamentos democráticos na Venezuela:  
a eliminação de jornais impressos e emissoras de rádio e TV entre 2013 e  
2019**

Rio de Janeiro

2020

Génesis Morales Méndez

**Meios de comunicação, leis e enfrentamentos democráticos na Venezuela: A eliminação de jornais impressos e emissoras de rádio e TV entre 2013 e 2019.**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Virginia Moreira

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M828 Morales Méndez, Génesis.  
Meios de comunicação, leis e enfrentamentos democráticos na Venezuela: a  
eliminação de jornais impressos e emissoras de rádio e TV entre 2013 e 2019 /  
Génesis Morales Méndez. – 2019.  
144 f.

Orientadora: Sonia Virginia Moreira.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Comunicação Social.

1. Comunicação Social – Teses. 2. Democracia – Teses. 3. Liberdade de  
imprensa – Teses. 4. Liberdade de expressão – Teses. I. Moreira, Sonia Virginia.  
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social  
III. Título.

es

CDU 070(87)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Génesis Morales Méndez

**Meios de comunicação, leis e enfrentamentos democráticos na Venezuela: A eliminação de jornais impressos e emissoras de rádio e TV entre 2013 e 2019.**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação.

Aprovada em 8 de janeiro de 2020.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Virginia Moreira (Orientador)

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – UERJ

---

Prof. Dr. Hugo Rogelio Suppo

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marise Baesso Tristão

Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CES-JF

Rio de Janeiro

2020

A la persona capaz de hacerme terminar la investigación dos meses antes.

Con quien me reinventé, cruzando desde el Mar Caribe hasta el Océano Atlántico. A  
Kris, mi esposo.

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela fortaleza a cada dia.

Ao meu país Venezuela por prover-me das ferramentas necessárias para continuar meus estudos no exterior.

Ao Brasil e suas pessoas pelo recebimento durante os anos de imigração e estudo. Sou imensamente grata pela oportunidade.

Ao PPGCOM da UERJ, especialmente à equipe administrativa pela receptividade e às Professoras Dra. Alessandra Aldé e Dra. Cintia Fernandes pelo aprendizado durante as disciplinas.

À minha orientadora, Professora Dra. Sonia Virginia Moreira, pelo apoio e direção durante o mestrado. Sem dúvida, minha pesquisa não houvesse tido os mesmos resultados sem seu olhar e disposição.

Aos membros da banca, por aceitarem o convite e pelas valiosas contribuições. Ao LABIGIS pela ajuda no desenvolvimento dos mapas da investigação. Sobretudo, gostaria de agradecer a Victor Lavassabal por escutar minhas ideias e ajudar-me a concretizá-las.

Ao LAMEMO por dar-me a oportunidade de utilizar suas instalações para finalizar minha dissertação. Pelo café, pelas conversações na copa, pelas confraternizações e pela amizade.

À minha mãe porque definitivamente me preparou para as coisas boas e ruins da vida.

À minha família na Venezuela e na Colômbia porque são um grande apoio, mesmo na distância. A vocês, muito obrigada: Benicia, Cristina, Emmanuel, Jean Paul, Cristian, Madeleine, Yorley, Rosiany, Sailu, Alejandro, Karina, Soraya e Fernando.

Ao meu esposo, Kristian, por acreditar em mim quando estive com dúvidas e por dar-me forças e calma, com palavras e com piadas.

Finalmente, pelo suporte financeiro, agradeço ao Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), e ao CNPQ.

Más cuesta mantener el equilibrio de la libertad que sostener el peso de la tiranía

*Simón Bolívar*

## RESUMO

MORALES MÉNDEZ, G. *Meios de comunicação, leis e enfrentamentos democráticos na Venezuela: a eliminação de jornais impressos e emissoras de rádio e TV entre 2013 e 2019*. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Desde a chegada de Hugo Chávez à Presidência da Venezuela em 1998 várias mudanças foram registradas na área de mídia. As primeiras alterações tinham como premissa a instauração do chamado socialismo do século XXI e a democratização das comunicações no país. Uma das mais importantes modificações foi a implementação de leis e organismos para a regulação dos meios. Esse processo de transformação nas comunicações esteve vigente em todo o período Chávez (1999-2013) e continua no governo de Nicolás Maduro, que assumiu a Presidência em 2013. Depois de assumir o poder, Maduro instituiu medidas legais que impactaram a liberdade de expressão e a pluralidade das informações. Uma crise social, econômica e política sem precedentes na história venezuelana também se refletiu no setor das comunicações. Empresas comerciais do setor encerraram suas atividades ou migraram para o formato digital. Neste contexto, ainda vigente, esta dissertação investiga o processo de fechamento de jornais, emissoras de rádio e TV na Venezuela entre janeiro de 2013 e junho de 2019. Pretende responder à seguinte pergunta de pesquisa: qual é o nível da liberdade de expressão e de imprensa na Venezuela? A pesquisa insere-se na metodologia do estudo de caso, em particular casos múltiplos. Foram escolhidos quatro casos, considerando a natureza de cada meio de comunicação: a) impressos; b) radiofônicos; c) televisivos nacionais; d) serviços satelital, especificamente aqueles disponíveis no canal DIRECTV. A revisão bibliográfica (documentos e registros de arquivos) completa a metodologia. Devido à importância do contexto particular e mutante em que se desenvolveu a pesquisa, partiu-se de percurso teórico que incluem conceitos de democracia, liberdade de expressão e liberdade de imprensa.

Palavras-chave: Democracia. Liberdade de expressão e imprensa. Venezuela. Nicolás Maduro.

## ABSTRACT

MORALES MÉNDEZ, G. *Venezuela's Media, Laws and Democratic Confrontations: the elimination of printed journals, radio and tv between 2013 and 2019*. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Since Hugo Chávez's arrival to the Venezuelan Presidency in 1998, several changes have been made in the media. The first changes were premised on the establishment of the so-called socialism of the 21st century, and the democratization of communications in the country. One of the most important modifications was the implementation of laws and bodies for the regulation of the media. This process of transformation in communications was active throughout Chavez's period in office (1999-2013), and continues under the administration of Nicolás Maduro, who assumed the presidency in 2013. After taking power, Maduro instituted legal measures that impacted the freedom of expression and the plurality of information. An unprecedented social, economic and political crisis in Venezuelan history has also been reflected in the communications sector. Commercial companies in the sector either closed down or migrated to digital format. In this context, this dissertation investigates the process of closing newspapers, radio and TV stations in Venezuela between January 2013 and June 2019. It intends to answer the following research question: what is the level of freedom of expression and press in Venezuela? This research fits into the 'study case' methodology, analyzing multiple cases of closed media. In particular, four cases were chosen, considering the nature of each media: a) printed matter; b) radio; c) national television; d) cable services, specifically those available on the DIRECTV platform. The bibliographic review (documents and records of archives) complete the methodology. Due to the importance of the particular and changing context in which the research was developed, it started from a theoretical path that includes concepts of democracy, freedom of expression and freedom of the press.

Keywords: Democracy. Freedom of press and expression. Venezuela. Nicolás Maduro.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A poliarquia e o processo democrático.....	26
Figura 2 - Dimensões para a democratização e desdemocratização.....	27
Figura 3 - Índice de liberdade na Venezuela segundo os dados de Freedom House in The World no período 1971-2018. ....	31
Figura 4 - Tipos puros de regímenes, e enquadramento da Venezuela (1900-2006).....	34
Figura 5 - Linha temporal das etapas de mudanças na mídia no período 1935-2018. ....	48
Figura 6 - Evolução da porcentagem de lares venezuelanos com televisão, segundo os Censos Demográficos de Venezuela entre 1950 e 2010.....	51
Figura 7 - Conglomerados e grupos econômicos midiáticos: imprensa, rádio e televisão: anos de fundação, vendas o fechamentos.....	52
Figura 8 - Distribuição da publicidade por mídia, 1970.....	54
Figura 9 - Evolução do preço por barril de petróleo, desde 1960 até 2018.....	55
Figura 10 - Número de casos de violações à liberdade de expressão na Venezuela 2002-2018.....	62
Figura 11 - Categorias do Banco de Dados dos meios de comunicação estudados: jornais, emissoras de rádio e TV aberta, e TV satelital .....	64
Figura 12 - Fechamentos de emissoras de rádio na Venezuela, janeiro 2013 - junho 2019. ....	70
Figura 13 - Mapa dos fechamentos de emissoras de rádio na Venezuela, janeiro 2013 - junho 2019. ....	72
Figura 14 - Causas de fechamentos de emissoras de rádio na Venezuela, jan. 2013-jun 2019 .....	78
Figura 15 - Emissoras com meios digitais fechadas.....	80
Figura 16 - Causas dos fechamentos temporários de emissoras de rádio na Venezuela, jan. 2013- jun 2019.....	82
Figura 17 - Evolução da taxa de inflação do IPC na Venezuela (variação anual percentual) .....	88
Figura 18 - Jornais que deixaram de circular na Venezuela entre janeiro 2013-junho 2019. ....	89
Figura 19 - Mapa dos fechamentos de jornais na Venezuela, janeiro 2013 - junho 2019. ....	92

Figura 20 - Causas pelas quais os jornais saíram de circulação na Venezuela, entre janeiro 2013 e junho 2019. ....	95
Figura 21 - Jornais que durante a paralisação da impressão do veículo, entre janeiro 2013 e junho 2019, migraram aos meios digitais .....	97
Figura 22 - Mapa dos fechamentos dos canais de sinal aberto na Venezuela, janeiro 2013 - junho 2019.....	102
Figura 23 - Causas pelas que os canais de televisão deixaram de transmitir na Venezuela, entre janeiro 2013 e junho 2019 .....	104
Figura 24 - Porcentagem de canais de televisão que depois do cessamento de suas transmissões migraram ao Youtube, entre janeiro 2013 e junho 2019.....	105
Figura 25 - Causas pelas quais os canais de televisão a cabo foram bloqueados na Venezuela, entre janeiro 2013 e junho 2019 .....	111
Figura 26 - Bloqueios realizados por Conatel em Directv e na internet, 2019. ....	114
Figura 27 - Porcentagem de canais de televisão a cabo que depois do bloqueio de suas transmissões, continuam transmitindo via streaming (2013 - 2019).....	114
Figura 28 - El Carabobenõ, 17 de março 2016.....	131
Figura 29 - El Carabobenõ, 16 de fevereiro 2017 .....	132
Figura 30 - El Nacional, 14 dezembro 2018.....	133
Figura 31 - LUZ Periódico, 23 de setembro 2018.....	134
Figura 32 - Tal Cual, 2 de novembro 2017 .....	135
Figura 33 - El Expreso, 31 de agosto 2018 .....	136
Figura 34 - El Oriental de Monagas, 15 de janeiro 2018 .....	137
Figura 35 - El Tiempo, 31 de julho 2018 .....	138
Figura 36 - Avance, 29 de setembro 2018.....	138
Figura 37 - Los Andes, 29 de novembro 2016 .....	139
Figura 38 - Qué pasa, 18 de março 2018.....	140
Figura 39 - Región Oriente, 22 de fevereiro 2018.....	141
Figura 40 - Versión Final, 12 de março 2018.....	142
Figura 41 - Visión Apurenã, 27 de agosto 2018.....	143
Figura 42 - Panaroma, 14 de maio 2019.....	144

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Emissoras de radio fechadas - janeiro 2013 a junho 2019.....	68
Tabela 2 - Emissoras de radio fechadas temporariamente: janeiro 2013-junho 2019. ....	81
Tabela 3 - Jornais que deixaram de ter versão impressa: janeiro 2013-junho 2019.....	87
Tabela 4 - Canais de televisão aberta que deixaram de transmitir: janeiro 2013 e junho 2019. ....	101
Tabela 5 - Canais de televisão que foram bloqueados de forma definitiva ou parcial em DIRECTV, entre janeiro 2013 e junho 2019. ....	108

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	American Broadcasting Company
ANCLA	Asociación Nacional de Medios Comunitarios Libres y Alternativos
AD	Acción Democrática
ALD	Associação Latino-americana de Difusão
CADIVI	Comisión de Administración de Divisas
CEAM	Complejo Editorial Alfredo Maneiro
CENCOEX	Centro Nacional de Comercio Exterior
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y El Caribe
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Corpoelec	Corporación Eléctrica Nacional
CVTV	Compañía Anónima Venezolana de Televisión
CNE	Consejo Nacional Eleitoral
CNV	Circuito Nacional Belfort
CNP	Colegio Nacional de Periodismo
Conatel	Comisión Nacional de Telecomunicaciones
CPJ	Comité para la Protección del Periodista
Cunabaf	Cuadro Nacional de Atribución de Bandas de Frecuencias
CVTV	Compañía Anónima Venezolana de Televisión
Encovi	Encuesta Nacional de Condiciones de Vida
FAVL	Frente Amplio Venezuela Libre
FMI	Fondo Monetario Internacional
GNB	Guardia Nacional Bolivariana
INE	Instituto Nacional de Estadísticas
IPYS	Instituto de Prensa y Sociedad
LOTEL	Ley de Telecomunicaciones
MILCO	Ministerio de Industrias Ligeras y Comercio
MINCI	Ministerio de Comunicación e Información
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
NBC	National Broadcasting Company
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organización Mundial de la Salud
ONG	Organização não governamental

Onidex	Oficina Nacional de Identificación de Extranjería
ONU	Organização das Nações Unidas
OVCS	Observatorio Venezolano de Conflictividad Social
PNI	Productor Nacional Independiente
PDVSA	Petróleos de Venezuela PIB Producto Interno Bruto
PCV	Partido Comunista de Venezuela
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela
RCTV	Radio Caracas Televisión
RECADI	Régimen de Cambios Diferenciales
SEBIN	Servicio Nacional de Inteligencia Bolivariano
SIBCI	Servicio Bolivariano de Comunicación e Información
SIP	Sociedad Interamericana de Prensa
SNTP	Sindicato Nacional de Trabajadores de Prensa RSF Repórteres sem Fronteiras
TDA	Televisión Digital Abierta
TSJ	Tribunal Supremo de Justicia
TMF	Tarjetas de Movilidad Fronteriza
TN	Televisión Nacional
UCAB	Universidad Católica Andrés Bello
UCV	Universidad Central de Venezuela
VTV	Venezolana de Televisión

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1	<b>SOBRE A DEMOCRACIA</b> .....	21
1.1	<b>Como a democracia é entendida?</b> .....	21
1.2	<b>Principais enfoques no estudo da democracia</b> .....	22
1.2	<b>Democratização, desdemocratização: graus da democracia</b> .....	26
1.3	<b>Recursos econômicos e capacidade estatal</b> .....	31
2	<b>MÍDIA E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IMPRENSA</b> .....	35
2.1	<b>Sobre a mídia</b> .....	35
2.1.1	<u>Qual é o papel da mídia na democracia?</u> .....	35
2.1.2	<u>América latina: falhas na pluralidade da mídia</u> .....	37
2.1.3	<u>América latina - avanços na pluralidade</u> .....	39
2.2	<b>Sobre a liberdade de expressão e de imprensa</b> .....	39
2.2.1	<u>Marco jurídico internacional e nacional da liberdade de expressão</u> .....	40
2.2.2	<u>Antecedentes do direito à liberdade de imprensa, inclusão dos produtores e audiência</u> .....	42
2.2.3	<u>A liberdade de imprensa e sua inclusão na jurisdição</u> .....	43
3	<b>PERSPECTIVA POLÍTICA, HISTÓRICA E ECONÔMICA DA ESTRUTURA DO SISTEMA MÍDIÁTICO NA VENEZUELA</b> .....	48
3.1	<b>Etapa I: O último período ditatorial do século XX (1935-1957):</b> .....	49
3.2	<b>Etapa II: A transição democrática (1958-1963)</b> .....	51
3.3	<b>Etapa III: A pacificação política (1964-1973)</b> .....	53
3.4	<b>Etapa IV: A bonança petrolífera (1974-1978)</b> .....	55
3.5	<b>Etapa V: Queda do preço do petróleo e crise econômica (1979-1999)</b> .....	57
3.6	<b>Etapa VI: O chavismo e o estado comunicador</b> .....	59
4	<b>ESTUDO DO FECHAMENTOS DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA VENEZUELA: METODOLOGIA</b> .....	64
4.1	<b>Caso 1: O rádio e as leis mordças</b> .....	64
4.1.1	<u>Resultados, emissoras fechadas: 77 FMs e 3 AMs</u> .....	67
4.1.2	<u>Impacto da Inestabilidade Social e Política</u> .....	69
4.1.3	<u>Regiões e estados</u> .....	70
4.1.4	<u>Causas por trás dos fechamentos</u> .....	73
4.1.5	<u>Poucas emissoras no streaming</u> .....	79

4.1.6	<u>Roubos e cortes de eletricidade: Fechamentos temporários</u> .....	80
4.2	<b>Caso 2: Jornais, asfixia econômica e monopólio do papel</b> .....	83
4.2.1	<u>Total: 65 impressos fora de circulação</u> .....	86
4.2.2	<u>O Impacto da crise econômica</u> .....	87
4.2.3	<u>Zonas silenciadas: Regiões e estados desligados</u> .....	89
4.2.4	<u>#SinPapelNoHayPeriódico: Causas da extinção dos jornais</u> .....	93
4.2.5	<u>#NosVemosEnLaWeb</u> .....	96
4.3	<b>Caso 3: Televisão aberta, autocensura ou fechamento</b> .....	97
4.3.1	<u>A TV regional, a mais afetada</u> .....	100
4.3.2	<u>Causas: Impacto político e legal</u> .....	103
4.3.3	<u>Quantos no Youtube?</u> .....	105
4.4	<b>Caso 4: TV satelital, bloqueios desproporcionados</b> .....	106
4.4.1	<u>Bloqueios em Directv</u> .....	107
4.4.2	<u>Causas dos bloqueios: “decisão do estado”</u> .....	109
4.4.3	<u>Mais conflitos = mais bloqueios na TV a cabo e na Internet</u> .....	113
4.4.4	<u>Streaming : Disponível somente para Venezuela</u> .....	114
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	115
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119
	<b>ANEXO A – Primeiras páginas dos jornais nos dias prévios às saídas de circulação</b> .....	131

## INTRODUÇÃO

Durante a última ditadura militar venezuelana, liderada pelo General Marco Pérez Jiménez entre 1953 e 1958, a imprensa nacional atravessou vários episódios de censura como jornais fechados e alguns jornalistas presos. Instauram-se juntas de censuras as quais decidiam o que se publicava ou não dentro de um meio de comunicação. Nenhum chefe militar podia ser mencionado, nem tampouco sua família (AVENDANO, 2017). Foi nesse período ditatorial que nasceu a televisão com interesses principalmente recreativos, focados no espetáculo e na modernidade da Venezuela. O país caminhava para a renovação com novas autoestradas, arranha-céus e teleféricos, e também com a expansão dos impressos, das emissoras de rádio e de televisão (BISBAL; RODRIGUEZ, 2005). À época não havia espaço nos meios de comunicação para denunciar as violações à liberdade de imprensa, ocultas pelo crescimento econômico.

A partir de 1958, com o início do processo de democratização, os vícios da ditadura não haviam desaparecido. Foram registradas algumas situações de conflito entre meios de comunicação e governos posteriores. Cabe mencionar duas das sanções mais relatadas em documentos históricos: em 1976, o fechamento temporário do canal de televisão *Radio Caracas Televisión* (RCTV) pela divulgação de notícias falsas sobre o então Presidente Carlos Andrés Pérez e, em 1988, a saída temporária do ar do mesmo canal por “transmitir um programa com narrações sensacionalistas, quadros sombrios e relatos de fatos pouco edificantes” sobre a comunidade psiquiátrica em Catia La Mar, no estado Vargas (MACHADO, 2017).

Na década de 1980 também há registro de um conflito que resultou da implementação de um novo sistema de controle de câmbio, o *Régimen de Cambios Diferenciales* (RECADI). Os meios impressos foram afetados pelo alto preço do dólar devido à crise econômica e pelo controle do Estado na compra do papel e outros materiais necessários para a impressão do jornal. Em razão disso, 17 editores de imprensa regional denunciaram na Câmara dos Deputados as pressões da Corporação Maneiro, distribuidora da matéria prima (CANIZÁLEZ; COSCUJUELA, 2017). Este problema se manteve até finais dos anos 1980, mas não atingiu um estado crítico que resultasse na suspensão de atividades dos meios de comunicação.

Sem minimizar a importância destes fatos e outros que atravessaram os meios de comunicação nesta etapa de democratização é importante salientar que depois da chegada do milênio as sanções e restrições sobre a mídia contrastam de forma negativa em número e

proporção. Com a chegada de Hugo Chávez ao poder, o governo assumiu como agenda prioritária a implementação do chamado ‘socialismo do século XXI’<sup>1</sup>. Como parte desse projeto político foi realizada uma série de reformas comunicacionais, principalmente no Legislativo, que liderou a reforma constitucional. Em 2000, foi aprovada a *Ley de Telecomunicación*, e em 2004, a *Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión*. Esta última norma conseguiu a integração de emissoras de rádio comunitárias e alternativas ao espaço radiofônico nacional, porém, paradoxalmente, aumentou o índice de violações à liberdade de expressão nos meios de comunicação privados.

Em 2007, o canal de televisão RCTV saiu do ar por ordem do governo, que não autorizou a renovação da sua concessão. Pela primeira vez na história democrática do país um meio deixava de transmitir por causas diferentes à falência ou à ilegalidade. Tal medida se baseou no Artigo 29 da *Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión*, segundo o qual todos os meios que fazem apologia ou incitam à guerra ou a alterações da ordem pública, podem ser impedidos de renovar a concessão. Naquele mesmo ano, o Ministério de Infraestrutura iniciou processos administrativos contra os canais de televisão *Globovisión*, *Televen* e *Venevisión*. Dois anos mais tarde, o sistema de rádio passou por um procedimento similar, quando foram fechadas 24 emissoras de rádio.

Apesar do impulso para as novas estratégias na área das comunicações, como a criação de leis e organismos oficiais, de projetos para o desenvolvimento da Internet e os Infocentros<sup>2</sup>, segundo os dados da Organização não governamental (ONG) *Espacio Público*<sup>3</sup> durante o *Chavismo* (2002-2013) foram registrados 2.577 casos de violações à liberdade de expressão, com 215 casos como média anual.

No governo de Nicolás Maduro (2013-atual) estes casos têm se multiplicado, sobretudo nos períodos em que há manifestações políticas generalizadas no país, com destaque para os casos de fechamentos de meios de comunicação tradicionais. Nesse contexto, esta dissertação tem como objetivo principal investigar os fechamentos de meios de comunicação tradicionais na Venezuela entre janeiro de 2013 e junho de 2019. Esse recorte

---

<sup>1</sup> O socialismo do século XXI foi criado por Hugo Chávez, como a bandeira com a qual enfrentaria os velhos problemas econômicos e sociais da Venezuela. Entre os primeiros passos iniciou uma fase de nacionalizações e expropriações (sobre todo na indústria petrolífera e agroalimentar), enquanto destinou recursos para a atenção da educação, saúde e emprego. Detalhes desse processo estão em *El Socialismo del Siglo XXI*, del *Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información* (2013), em: (<http://www.minci.gob.ve/el-socialismo-del-siglo-xxi-hugo-chavez/>)

<sup>2</sup> De acordo com Puyosa (2016) os Infocentros foram centros comunitários para a massificação do acesso à internet e para a capacitação do uso das TICs nos setores populares

<sup>3</sup> *Espacio Público* (2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014a, 2015, 2016, 2017, 2018). Informe: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas

temporal deve-se à sua pouca exploração e à sua importância em relação à mídia. Atualmente a Venezuela está na agenda de diferentes países, tanto por sua posição geográfica, de fronteiras compartilhadas com o Brasil e a Colômbia, por exemplo, como pelos interesses de domínio geopolítico mundial da Rússia e dos Estados Unidos.

Assim, a pergunta principal da pesquisa é: como está hoje o nível de liberdade de expressão e de imprensa na Venezuela?

Para responder essa questão foi preciso traçar o caminho teórico em que se insere o objeto de estudo, que são os meios de comunicação venezuelanos. Realizou-se um levantamento bibliográfico prévio sobre conceitos e teorias que poderiam servir de guia a este trabalho. As investigações realizadas nas duas últimas décadas sobre os meios de comunicação venezuelanos começaram a partir de acontecimentos políticos importantes como a chegada de Hugo Chávez ao poder (DELGADO, 2006) e o golpe de Estado (SIMIONI, 2007) e de acontecimentos próprios da área da comunicação, tais como o crescimento das mídias alternativas e comunitárias (BENÍTEZ, 2008), a aprovação da Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão (HERNÁNDEZ, 2006; GARCÍA, 2010), o fechamento da RCTV, o primeiro canal venezuelano de televisão (BISBAL, 2017; SALVADOR, 2011), assim como a compra e venda sucessiva de grandes meios privados (CANIZÁLEZ; MATOS, 2015).

A partir desses eventos os autores citados no parágrafo anterior assumem como um dos pressupostos que a mídia na Venezuela representa um canal importante para alcançar e manter o poder hegemônico do Estado, evidenciado nas mudanças administrativas e de conteúdo na mídia. Nesta linha de pensamento, as mudanças nas agendas dos meios (GUTIÉRREZ, 2016), o crescimento dos meios alternativos e comunitários (ROJAS, 2015), as novas políticas de comunicação (SALVADOR, 2011) e os novos modos de regulação (GARCÍA, 2010) fazem parte da reorganização do país em um nível macro, que pretende implementar o ‘socialismo del siglo XXI’.

Na consulta bibliografia foi possível perceber dois pontos: que a necessidade de um estudo sobre o estado dos meios de comunicação na Venezuela ainda continua válido, já que as diferentes pesquisas se baseiam principalmente no conceito de hegemonia de Gramsci; e segundo, que a maioria das investigações existentes se centram principalmente no governo de Hugo Chávez. Levando isto em conta, a pesquisa pretende analisar os meios de comunicação venezuelanos durante o governo de Nicolás Maduro (2013-atual), que apesar de ter iniciado como uma continuação do projeto do *Chavismo* possui diferenças contextuais importantes como a crise econômica, política e, recentemente, humanitária.

Partindo da ideia de que existe uma profunda conexão entre o sistema político e o regime comunicativo necessário para sua permanência, primeiro serão utilizados conceitos que expliquem onde se situa a Venezuela considerando um sistema democrático ideal. Parte-se da teoria da democracia de Dahl (1995, 1998, 2004, 2012), cuja abordagem considera a liberdade de expressão e as múltiplas fontes de informação como instituições e direitos fundamentais para o desenvolvimento dos sistemas poliárquicos. O uso deste conceito também se justifica por caracterizar a democracia como um processo em constante mudança. Nesta mesma linha de pensamento se incluem os conceitos referentes à democratização e desdemocratização, como diferentes graus da democracia; e recursos econômicos e capacidade estatal como fatores influenciadores do funcionamento do sistema (TILLY, 2007). Assim como também estuda-se a centralidade dos meios de comunicação dentro da democracia e os obstáculos presentes para exercer seu papel de *watchdog*, *agenda-setting* e *gatekeeping*.

Também, são empregados os conceitos de liberdade de expressão e de imprensa de acordo com a definição jurídica no Direito internacional e nacional, como consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), aprovada pela organização das Nações Unidas (ONU); da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e as Liberdades Fundamentais (1953), aprovada pelo Conselho de Europa; do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), aprovada pela ONU; da Convenção Americana Sobre os Direitos Humanos (1969); da Declaração de Chapultepec (1994); da Declaração de Princípios da Liberdade de Expressão (2000), aprovada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); da Carta Democrática Interamericana (2011), da Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999), da Ley del Ejercicio del Periodismo (1995), do Código de Ética del Periodista (2006), da Ley Orgánica del Nino y del Adolescente (2007) e da Ley Orgánica de Procesos Electorales (2009). Também são considerados os conceitos que tratam das dimensões da liberdade de imprensa, pluralidade, independência e segurança, segundo a Declaração de Winhoek (1991).

Esta dissertação se enquadra como um estudo de múltiplos casos, dado que mantém o foco em um fenômeno contemporâneo, em contexto real, no qual os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2014). A contribuição desta metodologia para responder questões sobre como e por que ocorre um processo, usando diferentes métodos (HERNÁNDEZ, 2014) se mostrou como a mais apropriada para analisar o contexto em que se insere o objeto. A situação atual da Venezuela está sujeita a mudanças rápidas e muitas vezes imprevisíveis, que dificultam um retrato final ou estático do país, pois qualquer decisão pode

levar a mudanças radicais de forma geral ou específicas que afetam os meios de comunicação (BLANCO; ARCILA, 2019).

Entre os recursos de evidência são utilizados os registros de arquivos, como relatórios e informes anuais sobre o estado da liberdade de expressão na Venezuela das ONG *Espacio Público*, e *Instituto de Prensa y Sociedad* (IPYS); os informes dos entes reguladores nacionais dos meios como Conatel e o Tribunal de Justiça; e as leis e decretos relacionados à regulação das comunicações do país. Para completar a evidência também são consultados os principais meios de comunicação digitais do país. Todas as consultas estão direcionadas a publicações digitais.

Para o estudo de caso foram selecionados meios de comunicação tradicionais por terem sido os mais afetados nos fechamentos dos últimos anos. Esta escolha segue a premissa de que o estudo de caso deve buscar acontecimentos influentes e de acordo com a abordagem do problema (HERNÁNDEZ, 2014). O primeiro caso corresponde ao fechamento das emissoras de rádio que ocorrem por supostas irregularidades na *Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión*. O segundo caso é o fechamento dos meios impressos devido à falta de insumos, produto da crise econômica e do monopólio exercido pela *Corporación Maneiro* na venda do papel. O terceiro caso consiste no fechamento dos canais nacionais de televisão, por meio do uso da legislação e à não renovação da concessão. O quarto caso analisado corresponde à saída do ar de canais de televisão a cabo, especificamente na companhia privada DIRECTV. A empresa foi selecionada porque possui o maior número de assinantes em todo o país – 44,22% (CONATEL, 2018) – e pela facilidade do acesso através da plataforma online. Não foram incluídos meios digitais, já que estes não têm sido fechados de forma definitiva, mas de forma temporária mediante o bloqueio da página web ou da internet. Hoje existem várias plataformas que medem esses bloqueios, mas não mantêm registros desde 2013, data aqui utilizada como ponto de início para a coleta dos dados.

Os dados dos fechamentos segundo cada caso foram organizados em tabelas que registram: data, nome do meio e frequência, o tipo de fechamento (definitivo ou temporário), se há versão digital ativa ou inativa, o contexto político em que se realizou o fechamento (a causa, a consequência e o lugar onde foi obtida a informação). A ideia é que posteriormente estes resultados possam ser transformados em gráficos interativos através de mapas usando o software ArcGIS Story Maps.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro e o segundo capítulos, intitulados respectivamente “Sobre a Democracia” e “Sobre a mídia e a Liberdade de Expressão e de Imprensa”, reúnem o marco teórico da investigação. Discutem o que é

entendido por democracia e as definições encontradas na literatura, os graus da democracia (conceitos de democratização e ‘desdemocratização’) e os fatores determinantes para sua consolidação.

É apresentado ainda a relação entre a mídia e a democracia, além dos conceitos de liberdade de expressão e liberdade de imprensa, e as condições necessárias para seu funcionamento (liberdade, pluralidade, independência e segurança).

O terceiro capítulo, intitulado “Perspectiva política, histórica e econômica do sistema dos meios na Venezuela”, procura resumir e contextualizar o crescimento e o declínio dos meios de comunicação, em paralelo aos processos de democratização e ‘desdemocratização’ do sistema político. Está dividido em sete etapas importantes da história venezuelana, que contempla o período de tempo desde a queda do regime militar em 1958 até a ascensão do *Chavismo* em 1999.

No quarto capítulo é analisada a situação dos encerramentos dos meios de comunicação tradicionais, com especial ênfase no período de governo de Nicolás Maduro (2013-atual). Estão listados os números de casos anuais de fechamentos de acordo com a natureza do meio e a localização estadual. Também são analisados os quatro casos escolhidos para determinar se correspondem a alguma ameaça contra a liberdade de expressão e de imprensa. Finalmente, serão apresentadas as conclusões, sugestões de possíveis trabalhos futuros e discussões referentes às metodologias empregadas.

# 1 SOBRE A DEMOCRACIA

## 1.1 Como a democracia é entendida?

A palavra democracia tem seu primeiro registro na Grécia antiga, especificamente em Atenas. Inicialmente foi definida através dos vocábulos “*demos*”, que pode ser traduzido como “*povo*”, e “*krátos*”, que quer dizer “*poder*”, ou seja, etimologicamente, a democracia foi definida como “o poder do povo” (MONTANELLI, 2009). Este conceito continua se repetindo na literatura, mas apenas para mostrar uma parte do significado da democracia. Esta definição mudou várias vezes ao longo do tempo, especialmente quando foram introduzidas as distinções teóricas entre a democracia antiga e a democracia moderna<sup>4</sup> e entre a democracia direta e a democracia representativa<sup>5</sup>.

Devido à complexidade do termo, resulta inviável tentar buscar na história e na teoria um significado definitivo de democracia. Portanto, para efeitos desta investigação, este capítulo tem como objetivo obter um significado aproximado de democracia e suas diferentes abordagens salientando suas vantagens e desvantagens. Igualmente, pretende-se conhecer os diferentes níveis da democracia e os fatores que possibilitam sua transformação de forma negativa ou positiva.

É pertinente então começar esclarecendo duas de suas características, que não criam expectativa sobre a ideia de encontrar um conceito único e fechado para democracia.

Em primeiro lugar, a democracia resulta da história de cada sociedade e não apenas de si mesma.

É construída por meio da experiência social e histórica dos países, na suas realizações e frustrações, ações e omissões, obrigações, intercâmbios e aspirações de seus protagonistas, sendo eles cidadãos, grupos sociais e comunidades que lutam pelos seus direitos e edificam de maneira incessante sua vida em comum (ODONNELL, 2004). Cada sistema democrático tem gradações diferentes de acordo com as experiências de cada país.

---

<sup>4</sup> Existe uma profunda diferença entre como os antigos pensadores entendiam a democracia e a democracia moderna. Em ambas, o princípio de legitimidade é o mesmo (o poder deriva do povo), mas apresentam contrastes importantes. A primeira é um exercício propriamente dito, e neste sentido “direto” do poder, enquanto a segunda é concebida como um sistema de “controle” e de limitação do poder. A democracia antiga não prevê representação, enquanto a segunda se baseia na transmissão representativa do poder (SARTORI, 2009).

<sup>5</sup> A democracia direta como ideal se identifica com as assembleias populares de Atenas clássica, onde todos os cidadãos se reuniam para discutir e votar sobre políticas (CLARKE; FOWERAKER, 2001). É importante salientar que crianças, mulheres, estrangeiros e escravos não podiam participar destes eventos. Pelo contrário, a democracia representativa é um sistema de governo no qual o cidadão escolhe funcionários públicos para que governem no seu nome (BERRY; GOLDMAN; JANDA, 2011)

Em segundo lugar, a democracia encontra-se em construção permanente. Dito de outro modo, a democracia é um processo e não um estado final, mantendo um fluxo constante (TILLY, 2007). Apesar de existirem casos em que determinados Estados têm evoluído em direção à sua consolidação democrática, outras nações experimentam movimentos de resistência, tentativas de ditaduras, golpes de Estado, rebeliões, guerras civis ou revoluções. Assim, mesmo que a noção de democracia gere alguma incerteza derivada de sua complexidade, a história demonstra que existem mecanismos para protegê-la e fazê-la funcionar em favor dos cidadãos.

## 1.2 Principais enfoques no estudo da democracia

É possível encontrar na literatura quatro tipos de enfoques para o conceito de democracia: o constitucional, o substantivo, o procedimental e o relacionado à orientação dos processos.

Em primeiro lugar, o *enfoque constitucional* centra-se no Estado de direito<sup>6</sup> e no marco jurídico que regula o regime e suas atuações políticas (FERRAJOLI, 2011). A constituição vigente da nação e toda a normativa que desenvolve seus princípios são os que definem o tipo de regime (e.g. monárquico, oligárquico republicano, democrático e parlamentar, entre outros), mediante um conjunto cruzado de regras que regem a relação entre governados-governantes e entre instituições presentes no Estado. Neste sentido, o direito é concebido como um meio para chegar à democracia. Segundo alguns autores (ALARCÓN, 2018; TILLY, 2007) a limitação deste enfoque reside no fato de que as normas dos países nem sempre coincidem com as dinâmicas políticas impostas pela realidade. Por exemplo, atualmente na Venezuela existem discrepâncias entre os princípios da Constituição e as práticas diárias. Ainda que o país possua uma Constituição vigente, aprovada em 1999 e considerada como uma das mais amplas na história venezuelana em termos de garantia e proteção dos direitos humanos e o Estado de direito (HOCEVAR, 2011), diversas ONGs indicam que nos últimos anos o número de casos de violações de direitos humanos tem aumentado consideravelmente<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> De acordo com a ONU (2004), o termo *Estado de Direito* está associado ao princípio de governo, segundo o qual todas as pessoas, instituições e entidades, públicas e privadas, incluindo o próprio Estado, estão submetidas às leis promulgadas publicamente, que devem ser cumpridas por igual e aplicadas com independência, além de serem compatíveis com as normas e os princípios internacionais de direitos humanos.

<sup>7</sup> A organização Foro Penal (2019) relatou em seu relatório Sobre la Represión en Venezuela que entre os dias 30 de abril e 1 de maio de 2019, 300 pessoas foram feridas durante manifestações. Detalhes no link: (<https://foropenal.com/reporte-sobre-la-represion-en-venezuela-abril-2019>.)

O *enfoque substantivo* tem sua definição centrada no regime político (e, portanto, no sistema democrático), nas condições de vida que um determinado governo promove. Sob esta premissa, uma democracia encontra sua definição na base da promoção das liberdades individuais, da segurança, da equidade, do bem-estar social e econômico, assim como da promoção da deliberação sobre os assuntos públicos, a resolução pacífica dos conflitos, entre outras condições desejáveis e próprias da democracia (TILLY, 2007). Dessa forma, torna-se mais relevante o tema das políticas públicas e sua substância, ou seja, como estas políticas conseguem satisfazer as necessidades dos cidadãos, independentemente da Constituição do país.

O problema desta visão é a baixa precisão em relação a critérios claros e precisos que determinem se um governo é democrático (BERRY; GOLDMAN; JANDA, 2011). Por exemplo: países em que seus cidadãos mantêm uma igualdade estrita, mas também condições de extrema pobreza generalizada. Além disso, soma-se à ampla discussão sobre se as políticas governamentais são escolhidas democraticamente ou não. Na América Latina em geral e em particular na Venezuela, encontra-se um longo histórico de decisões oficiais, com grande impacto na vida cidadã, tomadas de forma arbitrária, em contextos sociopolíticos mínimos, com uma deliberação limitada (CANIZÁ LEZ, 2016b). São situações em que foi possível forçar a aceitação de políticas emitidas pelo Estado apelando em alguns casos ao terror, ao autoritarismo ou à imposição de um governo da maioria<sup>8</sup> (LINDBLOM, 1997).

O *enfoque procedimental* centra-se em um número limitado de práticas governamentais para definir se o tipo de regime é democrático. Nesta perspectiva, de acordo com BOBBIO (1986, 2003) o exercício do voto e as condições de integração eleitoral assumem uma maior importância. Dentro dos indicadores utilizados para medição estão a participação massiva no processo eleitoral e a alternância dos funcionários ou políticas após os resultados. Também, podem ser adicionados outros mecanismos de consulta como os referendos, petições, pesquisas de opinião, entre outros. A dificuldade desse enfoque é que o desenvolvimento da democracia vai além da perfeição do sistema eleitoral. Esta abordagem trabalha com uma concepção precária dos processos políticos implicados. Por isso, escapam os casos dos países em que, apesar de existir eleições, as condições de transparência durante os processos eleitorais não estão garantidas. São exemplos os casos de Angola, da República

---

<sup>8</sup> Para Bobbio (2003), o governo da maioria deve ter limites para não ser considerado uma imposição. Os direitos do homem e do cidadão, por exemplo, não podem ser limitados ou suprimidos por meio de uma decisão coletiva, ainda que maioritária, já que são considerados invioláveis perante a lei. Os valores, os princípios, os postulados éticos e os direitos fundamentais também não estão sujeitos à opinião e não são negociáveis. Estas restrições geralmente estão nas constituições dos países.

dos Camarões, Cuba, Nicarágua e Venezuela<sup>9</sup>, que realizam eleições periódicas, em alguns casos com sistemas eleitorais usando tecnologia avançada, mas sem a esperada concorrência entre os candidatos e a transparência no processo (NOHLEN; KRENNERICH; THIBAUT, 1999; MCCONNEL; MCCOY; MCCARTHY, 2015).

O enfoque centrado na *orientação do processo*, aporta uma explicação mais ampla e sistemática do que seria uma democracia ideal<sup>10</sup>. Difere das abordagens mencionadas anteriormente —constitucional, substantivo e procedimental— e tem sua melhor explicação na proposta de Dahl (2004), que identificou no seu artigo “A Democracia” seis critérios ou processos que devem estar presentes de forma simultânea e permanente para avaliar quanto um regime se aproxima ou se afasta do modelo democrático. Eles podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- a) igualdade do voto: supõe que no momento decisivo das decisões coletivas, cada cidadão deve ter garantido os mesmos direitos e oportunidades de expressar uma escolha. Conseqüentemente, cada voto deve ter o mesmo peso e poder vinculante que os outros votos.
- b) participação efetiva: implica que, para que seja selecionada uma política, cada cidadão deve ter as mesmas oportunidades de escolher e ser escolhido e de expor suas propostas e opiniões sobre política.
- c) eleitores informados: sugere que cada votante deve ter as mesmas oportunidades de se informar de forma efetiva sobre as alternativas disponíveis e suas possíveis conseqüências.
- d) controle da agenda pública: baseia-se em que toda pessoa deve ter a oportunidade de incidir e decidir quais assuntos devem estar incluídos e priorizados na agenda pública.
- e) inclusão: aponta em que todo cidadão do Estado deve gozar de plenos direitos de cidadania derivados dos quatro critérios anteriores.
- f) direitos fundamentais: todos os critérios anteriores prescrevem um direito que constitui traço necessário para a democracia ideal. Assim, cada cidadão tem o direito a se comunicar com outros, o direito a seu voto ter igual valor

<sup>9</sup> Atualmente, existe divergência internacional e uma discussão permanente para classificar estes e outros países dentro dos regimes democráticos como conseqüência da sua ambigüidade política. Autores como ODonell (1986) qualificam alguns destes sistemas como governos híbridos, os quais possuem nas suas práticas principais uma mistura de elementos relacionados tanto ao autoritarismo quanto à democracia.

<sup>10</sup> Segundo Dahl (2012) uma democracia ideal é um objetivo que o indivíduo ou a sociedade devem esforçar-se por atingir (ainda quando na prática não seja perfeitamente atingível) e um padrão que permite medir o valor moral do que se tem conseguido ou do que existe

que seus concidadãos, o direito a obter informação, o direito de participação em igualdade de condição em relação aos outros membros da nação, e o direito de exercer o controle da agenda política em conjunto com os outros cidadãos. Este último critério, outorga à democracia também a característica de sistema de direitos fundamentais.

De acordo com o enfoque de Dahl (1995), para que estes critérios se cumpram em um Estado Moderno, é necessária a existência de sete instituições políticas, entendidas também como práticas. Cabe destacar que estas instituições são parecidas na maioria dos países, mas existem algumas diferenças que respondem às bases constitucionais. Entre as instituições encontram-se as seguintes: a) autoridades eleitas, b) eleições livres, limpas e periódicas, c) sufrágio inclusivo, d) direito de concorrer a cargos eletivos, e) liberdade de associação, f) liberdade de expressão, e g) fontes alternativas e independentes de informação.

A relação entre estas instituições e os critérios que fazem uma democracia ideal, também nomeada por Dahl (2012) como poliarquia<sup>11</sup>, pode resumir-se da seguinte maneira. Como se observa na Figura 1, em uma associação correspondente à dimensão de um Estado Moderno, as autoridades eleitas são necessárias para que se cumpra com os critérios de igualdade do voto, participação efetiva e controle da agenda pública; as eleições livres, limpas e periódicas também são precisas para que existam os critérios de igualdade do voto e o controle da agenda pública; o sufrágio inclusivo, a liberdade de expressão, assim como as fontes alternativas e independentes de informação e a liberdade de associação também são necessárias para uma participação efetiva, um eleitorado informado, o controle da agenda pública e a inclusão.

Note-se que este enfoque leva em conta duas instruções fundamentais no correto funcionamento dos meios de comunicação em uma sociedade democrática: a liberdade de expressão e as fontes alternativas e independentes de informação. Ambas serão ampliadas no capítulo 2.

---

<sup>11</sup> De acordo com Dahl (2012), a poliarquia pode ser definida como um conjunto de instituições necessárias para a democracia em grande escala. Também é conceitualizada como uma ordem política que se distingue por duas características amplas: a cidadania é extensiva a um número relativamente alto de adultos e os direitos de cidadania incluem não apenas a oportunidade de opor-se aos funcionários mais altos do governo, mas também a possibilidade de os remover de seus cargos por meio do voto. Segundo esta definição, os Estados ou organizações em uma escala menor, por exemplo, como por exemplo as polis gregas, não poderiam ser classificadas como democracias (apesar de seu aporte na história da política) porque não contavam com uma cidadania extensiva propícia para desenvolver certas instituições. A deliberação não era massiva já que as mulheres, escravos e pobres não podiam participar. Consequentemente, para Dahl, a democracia como tal não nasceu até o século XX, como iniciativa da Austrália e da Nova Zelândia.

Mesmo que a abordagem da democracia poliárquica pareça uma das mais completas por considerar instituições com um caráter mais participativo (como a liberdade de associação e expressão, e as fontes alternativas de informação, que funcionam não apenas durante as eleições) é importante considerar que não só pelo fato de os governos contarem com todas essas instituições os governos podem ser classificados como governos democráticos, e ao mesmo tempo, se os governos carecerem de alguma destas instituições então devem ser identificados como não democráticos.

A presença destas instituições é um requisito e um ponto importante de partida, mas é preciso ir além destes critérios. Uma forma mais adequada consiste em acompanhar os avanços políticos dos regimes através do tempo, para saber se têm caminhado para mais ou menos democráticos, ou seja, se tem existido algum grau de mudanças no sistema.

Figura 1 - A poliarquia e o processo democrático

É preciso contar com as seguintes <b>instituições</b> para satisfazer os seguintes <b>critérios</b>	
a) Autoridades eleitas b) Eleições livres, limpas e periódicas	➔ Igualdade do voto
a) Autoridades eleitas c) Sufrágio inclusivo d) Direito de concorrer a cargos eletivos e) Liberdade de associação f) Liberdade de expressão g) Fontes alternativas e independentes de informação	➔ Participação efetiva
e) Liberdade de associação f) Liberdade de expressão g) Fontes alternativas e independentes de informação	➔ Eleitores informados
a) Autoridades eleitas b) Eleições livres, limpas e periódicas c) Sufrágio inclusivo d) Direito de concorrer a cargos eletivos e) Liberdade de associação f) Liberdade de expressão g) Fontes alternativas e independentes de informação	➔ Controle do programa de ação ou agenda pública
c) Sufrágio inclusivo d) Direito de concorrer a cargos eletivos e) Liberdade de associação f) Liberdade de expressão g) Fontes de informação alternativa/ independente	➔ Inclusão

Fonte: Adaptado de Dahl (2012)

## 1.2 Democratização, desdemocratização: graus da democracia

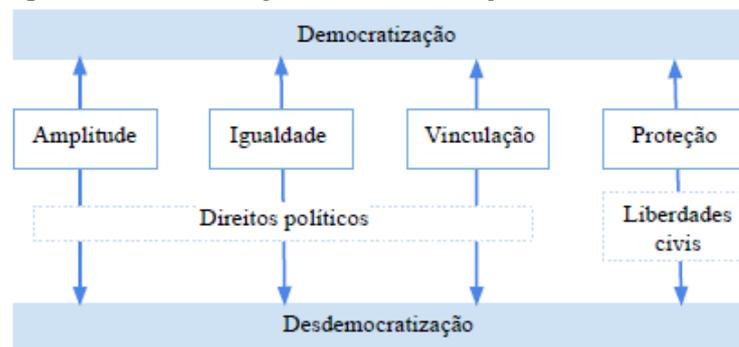
Da mesma forma que as democracias nascem, correm o risco de morrer. Ao longo da história, as nações têm experimentado ondas de democratização e ‘desdemocratização’<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Segundo Markoff (1996), uma onda de democratização ocorre quando a organização dos governos é alterada, alguma vezes mediante uma reforma pacífica, outras mediante uma dramática deposição do governo. Durante

Entre 1974 e 1990, o mundo presenciou a terceira onda de democratização com o nascimento de 30 democracias (HUNTINGTON, 1994). Atualmente a situação é muito diferente e as notícias encontradas nos principais meios internacionais registram retrocessos democráticos (LEVITSKY; ZIBLAT, 2018). “Venezuela, correndo ao Abismo”, mostra o *The New York Times* (SANTOS, 2017), “Crise na Nicarágua: Ortega suspende ‘temporariamente’ as visitas de especialistas da CIDH (2018)”, resume o manchete da BBC Mundo (2018), “A democracia está ameaçada na Hungria, Venezuela e Turquia. Os EUA poderiam ser os próximos?” (HAGGARD; KAUFMAN, 2018), analisa o jornal *The Washington Post*.

Esta realidade não é nova, tem estado presente desde o nascimento da democracia representativa e é preciso considerá-la. Mas como avaliar o retrocesso ou o avanço da democracia? De acordo com Tilly (2007) é preciso observar a relação entre o Estado e os cidadãos, que se materializa positiva ou negativamente de acordo com a atenção ou não que coloque o Estado nas demandas expressas pelos cidadãos. O autor diz que é necessário fazer quatro considerações: a amplitude, que é a extensão da manifestação desses conjuntos de demandas; a igualdade, o quão equitativamente diferentes grupos de cidadãos experienciam a tradução de suas demandas em ação do Estado; a proteção, em que proporção a extensão das demandas recebe a proteção política do Estado; e a vinculação, o quanto o processo de tradução envolve ambos os lados, os cidadãos e o Estado. Nesta perspectiva, um regime é democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos engendram consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes.

Figura 2 - Dimensões para a democratização e desdemocratização.



Fonte: Elaboração da autora

Como a Figura 2 mostra, quando as quatro dimensões de um regime se direcionam até o ponto mais alto é possível induzir que a democracia está passando por um processo de

---

seu processo há muita discussão sobre as virtudes da democracia, geralmente propiciada pelos movimentos sociais. A democratização compreende tanto a transição de regimes não democráticos, sobretudo autoritários, a diferentes regimes democráticos; como os sucessivos eventuais processos de instauração, consolidação, crise e também crescimento da qualidade democrática (MORLINO, 2009). Pelo contrário, durante uma onda

democratização. Contrariamente, quando as quatro dimensões de um regime se situam no ponto mais baixo é possível afirmar que a democracia está passando por um momento de ‘desdemocratização’.

No caso específico da Venezuela, os informes anuais entre 1971-2018 *Freedom House in The World*<sup>13</sup>, mostram alguns sinais sobre o risco de ‘desdemocratização’ no país. Assumindo que as dimensões de amplitude, igualdade e vinculação correspondem aos “direitos políticos” e a dimensão de proteção corresponde às “liberdades civis”, é possível concluir que nos últimos anos, estas dimensões experimentaram um claro declínio. Como a Figura 3 mostra, os relatórios narram uma série de mudanças importantes que afetaram os graus da democracia negativamente.

Em 1992, o então presidente Carlos Andrés Pérez enfrentou três tentativas de golpes de golpe de estado militar depois de vários meses de protesto, por causa de uma crise econômica e a opinião generalizada de existência de corrupção no seu governo. Os cidadãos respaldados pelo Congresso pediram sua renúncia e foi suspensa a maioria das liberdades civis. O primeiro levante militar foi comandado pelo Tenente Coronel Hugo Chávez Frías, personagem chave mais adiante. A *Freedom House* rebaixou a nota do país nas duas categorias para 3 pontos, passando a Venezuela a ser denominada pela primeira vez como uma nação “parcialmente livre”. Depois de quatro anos, apesar dos contínuos escândalos de corrupção que permearam todos os sistema político, a ONG considerou o país novamente como “livre”, devido a uma melhor avaliação do índice de direitos políticos. O país se manteve nesta categoria por pouco tempo.

O ano de 1999 inicia com um novo presidente, Hugo Chávez Frías, e um novo projeto de Assembleia Constitucional para mudar a Constituição vigente desde 1961. Como produto das alterações na norma, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) passou de órgão independente a subordinado ao Poder Executivo, com um novo código judicial. No primeiro ano de governo, Chávez contou com uma Lei Habilitante com a qual aprovou várias leis em diferentes setores econômicos sem consulta prévia à Assembleia Nacional. Além disso, o mandatário selecionou dentro de seu quadro de funcionários públicos 34 oficiais militares de alta patente sem a aprovação do Congresso, inclusive com a nomeação de dois generais como diretores da empresa estatal mais importante, Petróleos de Venezuela (PDVSA). A organização *Freedom House* reverteu o índice do país para a categoria “parcialmente livre”.

---

de desdemocratização ou antidemocrática, os governos são transformados de modo de adquirir feições não democráticas (MARKOFF, 1996).

<sup>13</sup> *Freedom House in The World* é um relatório anual e global, que acompanha as mudanças nos direitos políticos e nas liberdades civis dos países. Está integrado por ratings numéricos e descrições textuais das nações. De acordo com o informe, a escala do grau de liberdade de um país é de 1 até 7; sendo livre (1 a 2.5), parcialmente livre (3 a 5) e no livre (5.5 a 7).

Em 2002 depois de uma greve geral contra o Presidente Hugo Chávez, um golpe de estado o deixou fora do poder por algumas horas. A tentativa de golpe foi organizada por um grupo de militares e do setor empresarial. Estes movimentos foram acompanhados por manifestações contra e a favor do governo que resultou em 19 pessoas assassinadas. No meio da desestabilização política, aprovaram-se novas leis para incluir novos programas de assistência social. O status da Freedom House manteve o país na categoria “parcialmente livre”, com uma alteração mínima positiva nos índices das liberdades civis e direitos políticos.

Em 2005, o país realizou uma consulta, o Referendo Revogatório Presidencial, que não conseguiu o número necessário para destituir o Presidente. As assinaturas coletadas para abrir este processo foram colocadas em uma listagem aberta com os nomes das pessoas no site do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), órgão organizador da consulta.

Houve denúncias de cidadãos que foram discriminados em empregos ou em contratos públicos e programas de assistência social por terem assinado a lista. Naquele ano também aumentou o número de militares nos cargos públicos e o controle dos poderes públicos. A *Freedom House* concluiu que houve declínio no índice dos direitos políticos, mas não suficientemente extremo para alterar a categoria do país.

Em 2009 foi realizado um Referendo Constitucional, que conseguiu a maioria e foi aprovado. O artigo 230 da Constituição foi alterado, ampliando o período presidencial para sete anos e retirando o limite para reeleição no cargo de Presidente. Os protestos de oposição aumentaram, assim como o número de grupos civis armados a favor do governo. Representantes de ONGs de Direitos Civis foram ameaçados por esses grupos. De acordo com a *Freedom House* o país ainda era considerado “parcialmente livre”, mas com uma redução dos índices de liberdades civis e direitos políticos.

Em 2010, os candidatos da oposição obtiveram a maioria dos votos nas eleições parlamentares. No entanto, o TSJ emitiu uma sentença que limitou o controle da Assembleia Nacional sobre o governo e a administração pública nacional e de outros órgãos do poder público como o poder cidadão, o poder judicial e o poder eleitoral. Antes que os parlamentos da nova AN tomassem posse do cargo, o TSJ suspendeu a proclamação de quatro deputados indígenas, dos quais três eram opositores, reduzindo a quantidade necessária para que a oposição conseguisse dois terços e a maioria. Esta porcentagem permitiria elaborar leis orgânicas, fazer designações aos poderes Judicial e Eleitoral, reformar a Constituição ou convocar uma Assembleia Constituinte. O Presidente recebeu pela quarta vez em seus

mandatos uma Lei Habilitante<sup>14</sup> para emitir decretos sem consulta. Segundo o informe da Freedom House, novamente o índice das liberdades civis e direitos políticos caíram, mas isso não alterou a categoria “parcialmente livre” do país.

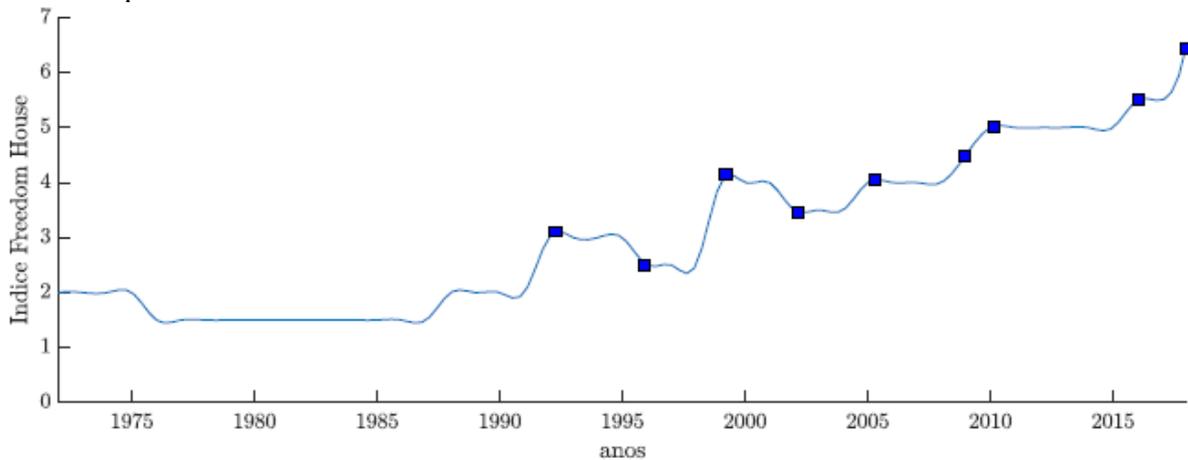
Em 2016, vários políticos da oposição e alguns jornalistas foram presos pelo Serviço Nacional de Inteligência Bolivariano (SEBIN). Segundo a ONG Foro Penal, 55 pessoas foram incluídas no grupo de presos políticos, totalizando 103 pessoas presas ou em prisão domiciliar. Alguns não passaram por processo legal apropriado ou relataram abuso físico durante a custódia. Nenhum dos projetos de leis apresentados pela Assembleia Nacional foi aprovado devido à limitada autoridade do órgão, já que o TSJ e o Executivo assumiram a maioria das suas funções. Enquanto isso acontecia, novamente os cidadãos se manifestaram nas ruas devido à pouca resposta do governo frente à crise política e econômica. De acordo com dados da ONG Foro Penal, os protestos entre janeiro e setembro de 2016 registraram mais de 2.000 detenções arbitrárias e em outubro mais de 200. Cerca de 120 pessoas ficaram feridas. Pela primeira vez o status da Venezuela na lista da *Freedom House* caiu de “parcialmente livre” para “não livre”, principalmente devido à piora no índice de direitos políticos.

Em 2018, a Assembleia foi absorvida pela Assembleia Nacional Constituinte, órgão criado no governo de Nicolás Maduro, passando por cima das normas constitucionais. As eleições foram adiantadas em oito meses. Os principais líderes da oposição não puderam participar por inabilitação política. A Organização dos Estados Americanos (OEA) criticou o processo, assim como o Grupo de Lima e a União Europeia. No entanto, Nicolás Maduro se confirmou na Presidência. Em 2018, as prisões de dissidentes foram mais frequentes, assim como casos de tortura e de desaparecimento. A ONU anunciou que mais de três milhões de venezuelanos tinham emigrado do país por causa da crise. De acordo com a *Freedom House*, a Venezuela chegou à pior pontuação desde 1971, com os direitos políticos praticamente extintos e as liberdades civis em caminho adverso. Atualmente o país soma 6.5 pontos de um total de 7, no mesmo grupo de países como Congo e Tajiquistão, e quase no mesmo nível de nações em guerra, como a Síria, ou de dinastias totalitárias, como Coreia do Norte.

---

<sup>14</sup> O fundamento constitucional das Leis Habilitantes está no artigo 203 da Constituição venezuelana. São sancionadas pela Assembleia Nacional pelas três quintas partes de seus integrantes, para que se estabeleçam as diretrizes, propósitos e marco das matérias que se delegam ao Presidente para proceder à emissão de direitos com classificação e valor de lei (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, 1999)

Figura 3 - Índice de liberdade na Venezuela segundo os dados de Freedom House in The World no período 1971-2018.



Fonte: Elaboração da autora com dados do Relatório Freedom House (2018)

Nos últimos 20 anos a Venezuela tem mantido uma tendência de ‘desdemocratização’ que se manifesta na diminuição dos direitos políticos e liberdades civis e no aumento do inconformismo dos cidadãos em relação ao Estado. O uso de leis habilitantes e a ampliação dos poderes do Executivo tem impossibilitado a participação e/ou diálogo dos setores de oposição na tomada de decisões. Embora vários políticos considerem o início do processo de democratização hoje depois da proclamação de Juan Guaidó como presidente encarregado (2019), a realidade indica que as consultas são menos amplas e mais desiguais e os cidadãos não se sentem protegidos pelo Estado.

Há casos de outros países que passaram da democratização à ‘desdemocratização’ em algum ponto de sua história. Por exemplo: depois de instaurar o regime democrático em 1931, a Espanha viveu a ditadura militar de Francisco Franco entre 1936 e 1975. A Nicarágua, que depois da queda do regime ditatorial da Família Somoza em 1990 e um breve período de abertura democrática, experimentou de novo a ‘desdemocratização’ com o retorno de Daniel Ortega. Estas trajetórias irregulares de avanço e retrocesso sempre têm estado presentes, mostrando uma intermitente luta pelo poder político.

### 1.3 Recursos econômicos e capacidade estatal

De acordo com Tilly (2007), outros dois fatores condicionam a interação entre Estado e cidadãos, e conseqüentemente a democratização e ‘desdemocratização’: os recursos para negociar e dar resposta às demandas da população e a capacidade estatal.

O primeiro fator se refere aos recursos que dispõe ou não o Estado para o desenvolvimento econômico do país. Neste sentido, em um extremo estão os Estados que possuem riquezas minerais e assim dependem pouco dos recursos derivados das atividades

econômicas de seus cidadãos. Nestes casos é observado como os cidadãos têm menor grau de influência sobre os órgãos do Estado e a solução de suas demandas. Na Venezuela, por exemplo, onde a economia se sustenta majoritariamente pelos recursos da renda da indústria do petróleo, aproximadamente 96% dos dólares que ingressam no país provém do óleo cru, o que exerce um efeito multiplicador da economia ao exigir de outros setores como o metalomecânico e construções igualmente administradas por empresas estatais (PRODAVINCI, 2019). No outro extremo estão os Estados com economias onde o Produto Interno Bruto (PIB) depende da atividade privada dos cidadãos, os governos são mais dependentes do funcionamento da produção privada. Aqui ocorre totalmente o contrário: os cidadãos têm maior abertura para influenciar na tomada de decisões do Estado sobre diferentes políticas. Na Colômbia, onde os setores de transporte, construção e serviços de alimentação são os mais influentes no crescimento do PIB (DANE, 2019).

O segundo fator está relacionado à capacidade do Estado para implementar as suas decisões políticas. De acordo com Migdall (1989) a democracia funciona se o Estado tem capacidade de supervisionar o processo de decisão democrática e, ainda mais importante, se este consegue colocar em práticas os resultados. Por exemplo: na dimensão da proteção, um Estado fraco pode ter como princípio a proteção de seus cidadãos contra ações arbitrárias, mas pode ser que não responda adequadamente quando essa situação surgir.

O conceito da capacidade do Estado pode ser resumido como “[...] a extensão na qual as intervenções dos agentes do Estado em recursos, atividades e interconexões pessoas não estatais existentes alteram as distribuições existentes desses recursos, atividades e conexões pessoais, bem como as relações entre aquelas distribuições” (TILLY, 2007: 30). Um regime tem alta capacidade sempre que os agentes do Estado agem e suas ações conseguem afetar os cidadãos, suas atividades e suas conexões interpessoais. Em um Estado com baixa capacidade os agentes de Estado exercem uma influência muito menor. Tilly (2007) classifica assim a variação dos regimes:

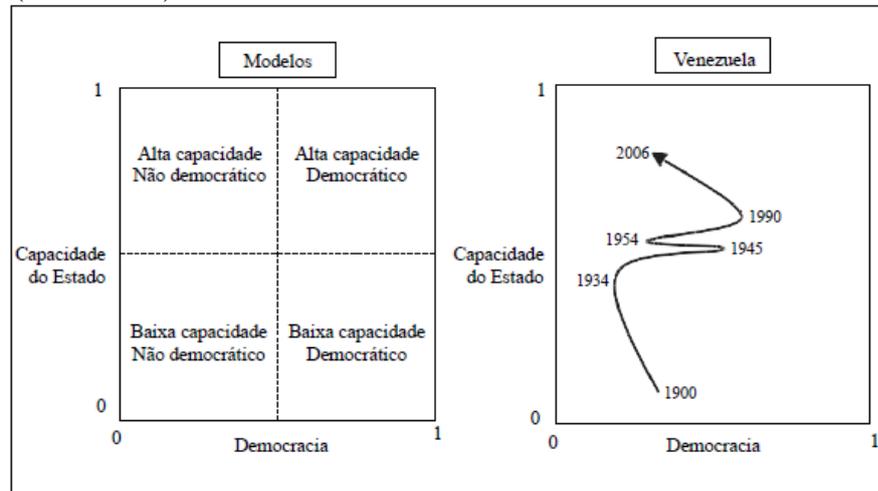
- a) Estado não democrático com alta capacidade: pouca voz ao público; envolvimento extensivo das forças de segurança em qualquer processo político público; mudança de regime em função de luta no poder, no topo, ou de uma rebelião das massas, na base.
- b) Estado não democrático com baixa capacidade: senhores de guerra, blocos étnicos e mobilização religiosa; lutas violentas frequentes, inclusive guerra civis; múltiplos atores políticos, inclusive criminosos, utilizam a força letal.

- c) Estado democráticos com alta capacidade: mobilizações frequentes de movimentos sociais, grupos de interesses e partidos políticos; consultas formais (incluindo disputa em eleições) como pontos altos da atividade política; amplo monitoramento dos processos políticos públicos, combinando com níveis baixos de violência política.
- d) Estados democráticos com baixa capacidade: assim como nos regimes democráticos de alta capacidade, há mobilizações frequentes de movimentos sociais, grupos de interesse e partidos políticos, mas as consultas formais (incluindo as eleições competitivas) com pontos altos de atividade política, mas menor monitoramento efetivo dos processos políticos públicos e maior envolvimento de atores semilegais ou ilegais na realização dessas políticas, com níveis substancialmente mais elevados de violência letal nesse campo.

No caso específico da Venezuela, o petróleo tem sido utilizado como um elemento para que os governantes, tanto ditadores quanto democratas, consigam se esquivar da aprovação popular aos seus governos. A partir de 1918, quando foram inaugurados os primeiros campos de petróleo, os líderes conseguiram o controle estatal e não se preocuparam em procurar apoio dos grupos sociais devido às condições econômicas favoráveis (CORONIL, 1997). Como a Figura 4 mostra, no último século o país aumentou sua capacidade estatal, mas sem se tornar mais democrático. Entre 1990 e 2006, a capacidade do Estado aumentou consideravelmente, mas, em paralelo, a democracia se deslocou para um nível mais baixo.

O governo de Hugo Chávez concentrou a maior capacidade do Estado na história da democracia na Venezuela. Em 2007, através do *Plan de Nacionalización Estratégica*, diversas empresas dos setores petrolífero, elétrico, telefônico e alimentar passaram a ser administradas pelo Estado e, a partir de 2008, os campos de extração de petróleo da *Faja del Orinoco* (DINERO, 2010). Nos anos seguintes, foram incluídos nesse Plano bancos, hotéis, supermercados e outros. Apesar da alta capacidade do Estado, os direitos políticos e as liberdades civis apresentaram uma queda significativa (como a Figura 3 mostra) apontando cada vez mais para um processo de ‘desdemocratização’. Com este resultado conclui-se que tanto uma capacidade do Estado extremamente alta quanto uma capacidade extremamente baixa inibem o funcionamento da democracia.

Figura 4 - Tipos puros de regímenes, e enquadramento da Venezuela (1900-2006).



Fonte: Adaptado de TILLY, 2007, p. 19 e 170.

## 2 MÍDIA E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IMPRENSA

### 2.1 Sobre a mídia

Na maioria dos modelos da democracia apresentados no capítulo 1, os meios de comunicação não se encontram apresentados com maior profundidade. Se bem a proposta da poliarquia de Dahl (1998) coloca as fontes alternativas e independentes de informação como instituições indispensáveis para cumprir com os critérios básicos da democracia, não enfatiza a importância dos meios no jogo político. Nesta primeira parte do capítulo 2: *Sobre a mídia*, se abordará com maior profundidade a centralidade que a mídia possui na democracia, os campos com que os meios de comunicação apresentam tensões para cumprir com a pluralidade informativa, as falhas ou obstáculos próprios da democracia em América Latina, e os avanços nos últimos anos enquanto à democratização da informação.

#### 2.1.1 Qual é o papel da mídia na democracia?

Para entender o funcionamento da mídia é importante conhecer o jogo político. Conseqüentemente, se apresentam duas questões importantes: qual é a centralidade dos meios de comunicação na política atual? e como o campo<sup>15</sup> da mídia se inter-relaciona com o campo político e econômico, os quais acabam afetando ou modificando sua atuação? (MIGUEL, 2002).

Para dar resposta à primeira pergunta Waisbord (2009) afirma que os meios de comunicação são centrais nos governos democráticos porque tem dentro de suas responsabilidades o monitoramento dos governantes (*watchdog*), a cobertura de assuntos significantes para os cidadãos e os legisladores (*agenda-setting*) e o fornecimento de várias perspectivas e vozes (*gatekeeping*). Estes objetivos são cumpridos quando a mídia se assume como um espaço ideal para a promoção da crítica, da deliberação e sobretudo a da diversidade de opiniões. O que implica a existência de uma esfera pública democrática tal como é definida por Habermas (2010): um espaço comunicativo para a formação da opinião pública e a promoção dos diferentes interesses numa população.

---

<sup>15</sup> De acordo com Bourdieu (1992) um campo é um espaço social de ação e de influência, no qual confluem relações sociais determinadas. Cada campo tem certas regras e objetivos, assim como também agentes que participam nele.

Nesta perspectiva, a *pluralidade* posiciona-se como um elemento chave para avaliar se realmente os meios de comunicação conseguem expandir os tópicos dos assuntos e das perspectivas na esfera pública, e assim cumprir sua função dentro da democracia. Como argumenta McQuail (1992), uma mídia diversificada contribuirá com a apresentação das diferenças existentes dentro de uma sociedade, dando assim oportunidade de conhecer diferentes pontos de vista e oferecer várias opções ao momento de tomar uma decisão, nos momentos de eleições ou de eleger novas políticas públicas.

O ideal, assim, seria contar com meios de comunicação que sejam plurais, mesmo quando outros campos (como o político e o econômico) influenciam nesta realidade. Contudo, a natureza da mídia desde sua criação não tem apontado apenas o compromisso com os valores democráticos, também tem sido fundamental os benefícios lucrativos. Esta tensão com o campo econômico tem existido desde sua criação, pois muitos dos primeiros jornais foram fundados por grupos familiares que procuraram a expansão de seus negócios não apenas na área midiática, mas também em outros espaços (BECERRA; MASTRINI, 2017; BOAS, 2013; PELLEGRINO, 2004). Esta influência da economia sobre os veículos informativos tem levado à desconfiança dos usuários sobre sua autêntica autonomia (MIGUEL, 2002), assim como a questionar se todas as vozes estão incluídas no processo informativo.

Existe, igualmente, influência do campo político sobre o midiático. Apesar de os meios de comunicação marcarem a agenda dos acontecimentos, estes se adaptam ao recorte do que é estabelecido como política (MIGUEL, 2002). Esta afirmação pode ser constatada na organização da informação política nos meios de comunicação, assuntos sobre o presidente, o congresso, e figuras importantes nos cargos do Estado ocupam as primeiras folhas do jornal ou possuem maior espaço no noticiário na rádio e na televisão. No entanto, notícias acerca de novos movimentos sociais conectados a temas alusivos às comunidades indígenas ou legalidade do aborto, são as vezes ignorados ou tomados em uma escala baixa de prioridade. A mídia tende a adaptar-se aos mesmos assuntos de discussão que o campo define como crucial. Somado à atenção que é precisa ter nos interesses de ambas esferas “política” e “econômica”, também é preciso levar em conta que esta interrelação e tensão muda de acordo com outros fatores específicos como a história e cultura de cada país. No caso específico de América Latina, vários autores concordam em que as condições em que foram fundados os meios de comunicação, também são importantes para entender como é a atuação da mídia na democracia (WAISBORD, 2000; MATOS, 2012; PORTO, 2015).

### 2.1.2 América latina: falhas na pluralidade da mídia

Durante os anos 1970 e 1980 a maioria dos países latino-americanos estavam sob regimes ditatoriais, com exceção de Venezuela e Colômbia que conservaram por maior tempo um funcionamento estável do bipartidarismo. Nestas longas ditaduras se desenvolveu o autoritarismo, a turbulência política e a coalizão entre o Estado e os negócios midiáticos. Hoje estas práticas formam parte do legado do sistema dos meios de comunicação (WAISBORD, 2009).

Atualmente os governos não utilizam abertamente a censura e a repressão para calar vozes, mas procuram assegurar as notícias positivas e frear as críticas da gestão a través de negócios que favoreçam aos proprietários, como contratos para transmitir a publicidade do Estado, permissões ou dólares preferenciais para realizar importações de matérias primas, concessões em novos meios de comunicação ou empréstimos nos bancos do Estado. Isso tem como consequência um tratamento tendencioso da informação, assim como do sigilo e do favoritismo (ODONNELL, 2007; KODRICH, 2008). Apenas algumas fontes são entrevistadas e cada vez são mais frequentes certos rostos no momento de procurar respostas acerca de temas como corrupção, desastres naturais ou que impliquem mortes em massa.

Assim como tem prevalecido estas dinâmicas de colaboração com o Estado, também tem se registrado casos de colaboração vinculados à oposição política e empresários. Devido aos interesses econômicos, os meios de comunicação têm apoiado abertamente golpes de Estado como na Venezuela em 2002 (LUGO; CANIZÁ LEZ, 2007) e no Brasil em 2016, como argumentam Santos (2017), Souza (2016) e Dijikt (2017). Igualmente, os meios desempenharam um papel fundamental na promoção de impeachment contra governantes impopulares na década de 1990 (PÉREZ, 2017). Entre os casos destacados cabe mencionar os julgamentos de Carlos Andrés Pérez na Venezuela em 1993; de Ernesto Samper na Colômbia, em 1996; e de Abdala Bucaram no Equador, em 1997.

Na América Latina nem sempre os meios de comunicação atuam como agentes disponíveis a prestar contas (sem interesses de fundo), protegendo cidadãos da corrupção e abusos. De acordo com Albuquerque (2017) a mídia também pode estar a favor das elites quando existem tensões sobre decisões tomadas por governos eleitos democraticamente. Baseados nos princípios dos modelos democráticos ocidentais ou eurocêntricos, nos quais a mídia se comporta como o 4to poder – que se encontra sujeito as outras instituições políticas, as quais ao mesmo tempo realizam uma vigilância mútua – a mídia latino-americana tem apresentado informações de forma tendenciosa reinterpretando estes valores de acordo com a

sua conveniência. Como consequência os meios de comunicação têm tomado o lado do partido ou ideologia que os favorece no momento, ignorando a multiplicidade de fontes, e assumindo que o fazem em prol da ordem democrática.

Por outro lado, existem outros obstáculos no caminho para o pluralismo como a criação de regulações mediáticas inadequadas ou o desinteresse por realizar reformas que facilitem o jornalismo críticos. As leis de comunicação seguem três realidades na região; 1) as legislações que favorecem aos grandes grupos mediáticos, estimulando seu crescimento, enquanto projetos comunitários são deixados de lado. Neste grupo estaria a lei de México que tem sido chamada como Lei Televisa (TREJO, 2007); 2) as leis que favorecem a concentração dos meios de comunicação do Estado e aqueles veículos com as mesmas correntes políticas do governo no poder. Venezuela poderia ser um caso representativo desta posição, através da aprovação da Ley de Telecomunicaciones e a Ley de Responsabilidad de Radio e Televisión (CANIZÁ LEZ, 2003; PASQUALI et al., 2003; BISBAL, 2008); e, finalmente, 3) as leis que nunca foram modificadas devido à resistência do Estado, mas que seguem a lógica da época em que foram decretadas, geralmente a lógica do governos autoritários. Ainda conservam artigos que incluem a difamação dentro das penalizações regulares, evitando críticas e denúncias. Neste grupo também estão aqueles países que não contam com leis de acesso à informação. Na América Latina as únicas nações que ainda não implementaram esta regulação foram Bolívia, Costa Rica e Venezuela.

É importante salientar que com esta explicação não se quer chegar à conclusão de que as regulações não devem ser permitidas, mas sim na ideia de que nem sempre são criadas com a intenção de beneficiar à maioria.

Outras irregularidades se somam na procura da pluralidade: a violência contra a mídia. ONG Internacionais como Repórteres sem Fronteiras, o Comitê para a Proteção de Jornalista (CPJ), Freedom House e Amnistia Internacional já tem alertada acerca dos casos contínuos de perseguição de jornalistas, por grupos irregulares ligados ao narcotráfico como em México e Colômbia, ou por grupos ligados ao governo como os colectivos<sup>16</sup> na Venezuela; assim como militares e policiais do Estado. Esta situação tem se agravado com os ataques verbais proporcionados por funcionários do governo contra jornalistas e donos de meios de comunicação, assim como pela impunidade. De acordo com Waisbord (2007), estes casos as vezes não são atendidos pelos Estados, que são ineficazes no controle da violência e no

---

<sup>16</sup> *Os colectivos* são grupos civis armados que apoiaram o governo de Hugo Chávez e actualmente apoiam o governo do presidente Nicolás Maduro. Geralmente, assistem às manifestações de oposição ou outros

cumprimento das leis. Não são abertas as investigações necessárias ou simplesmente são ignoradas as denúncias, o que afeta a paz e segurança necessária para cumprir com um jornalismo plural.

### 2.1.3 América latina - avanços na pluralidade

Alguns países na região têm realizado um esforço por democratizar as comunicações através da inclusão dos meios comunitários. Nos anos 1940 foram criados os primeiros veículos com a intenção de apresentar uma alternativa à iniciativa privada. Entre os modelos mais desenvolvidos nesta época estiveram as rádios educativas que tinham o objetivo de educar devido ao alto índice de analfabetismo em América Latina; e as rádios insurgentes ou clandestinas que mantinham a comunicação entre grupos insurgentes e a população (HERNÁNDEZ; MARCHESI, 2008). De acordo com o informe anual das Radios Libres (2017), o Brasil é o país com o maior número de emissoras comunitárias – 4.474, seguido pela Colômbia – 626, no México – 82, pelo Chile – 256, pelo Paraguai – 228, pela Bolívia – 160, pelo Uruguai – 71, pelo Equador – 55, pelo Panamá – 45, e pelo Peru – 17.

Apesar do crescimento que tem tido até hoje, alguns países ainda não possuem legislações que regularizem a situação destes meios de comunicação, mantendo-se na ilegalidade e na vulnerabilidade. O que contribui para que sejam alvos da violência. Em alguns países sim existe uma legislação especial para sua regulação, não entanto, não se lhes outorga nenhuma forma de sustentabilidade econômica a longo prazo. Conseqüentemente, se encontram sujeitos aos benefícios outorgados pelo Estado, ficando evidente a falta de imparcialidade na forma em que são construídas as notícias.

## **2.2 Sobre a liberdade de expressão e de imprensa**

Como no caso da mídia, as fontes alternativas de informação e a liberdade de expressão são mencionadas por Dahl (1998) como instituições importantes para a concretização da democracia. Para o autor, ambas devem estar presentes na maioria dos critérios necessários para a manutenção de uma democracia ideal (participação efetiva, eleitores informados, controle de agenda pública e inclusão), tornando-se em uma espécie de base. Conseqüentemente, não é possível que os cidadãos escolham de forma acertada as

---

protestos contra o governo. As ONG Espacio Público e IPYS tem identificado nos seus relatórios sua atuação em situações de agressão aos jornalistas.

políticas e os políticos que os guiarão se não têm a liberdade de expressar suas opiniões ou de selecionar os meios livres, independentes e plurais para se informar sobre o que propõem. Provavelmente, se estas escolhas fossem realizadas sem um mínimo de discussão, se traduziriam em escolhas cegas.

Como mencionado anteriormente, a liberdade de expressão faz parte de um sistema de direitos fundamentais (DAHL, 2004) que possui dupla natureza, de um lado como direito *fundamental*, dado que é inerente ao ser humano e pertence a todas as pessoas em razão de sua dignidade humana, praticado por qualquer cidadão (SOLOZÁ BAL, 1988) e, de outro lado, como direito *subjetivo*, porque é uma faculdade outorgada pela norma jurídica (FLORES, 2014).

Adicionalmente, a liberdade de expressão é um direito com precedência. Isto não significa que se situa em uma posição superior, mas que deverá ser levada em conta a sua natureza em caso de conflito com qualquer outro direito, porque está dentro da essência do sistema democrático (CLIMENT, 2016). Por isso algumas jurisprudências lhe outorgam destaque, como por exemplo a Primeira Emenda dos Estados Unidos, que proíbe qualquer lei que reduza ou torne vulnerável o nível do direito de liberdade de expressão.

Partindo da ideia de que a liberdade de expressão é um direito fundamental, subjetivo e preferente, necessário em qualquer sistema democrático, os subcapítulos a seguir discutirão em primeiro lugar o marco jurídico internacional e nacional (especificamente da Venezuela) que garante este direito e, em segundo lugar, o conceito derivado dele, a liberdade de imprensa, também com a aproximação de seu marco jurídico nacional e internacional, seus antecedentes como direito e suas dimensões.

### 2.2.1 Marco jurídico internacional e nacional da liberdade de expressão

A liberdade de expressão foi introduzida como um direito pela primeira vez na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu Artigo 19 assinala o seguinte:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

De acordo com esta definição, a liberdade de expressão é um direito composto por duas dimensões: a) a individual, que gira em torno da pessoa titular do direito e suas expectativas de divulgar informações, pensamentos, ideias e opiniões, e b) a social, que

mantém o foco no direito da coletividade em receber essas informações e emitir pensamentos, ideias e opiniões. Ao longo dos anos, outros tratados ou instrumentos jurídicos internacionais reconheceram o direito à liberdade de expressão em termos semelhantes: a Declaração Americana do Direitos e Deveres do Homem (1948), aprovada pela ONU; a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e as Liberdades Fundamentais (1953), aprovada pelo Conselho de Europa (1953); o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), aprovada pela ONU; a Convenção Americana Sobre os Direitos Humanos (1969); a Declaração de Chapultepec (1994); a Expressão(2000), aprovada pela CIDH; e a Carta Democrática Interamericana (2011). Isso demonstra um interesse dos povos pela preservação deste direito, mesmo que nem todos os países o subscrevam nas suas Constituições ou o cumpram à perfeição.

Na maioria destes tratados se reconhece que a liberdade de expressão não é um direito absoluto, admite “limitações” e “restrições”. Em algumas ocasiões estes dois termos são utilizados como sinônimos, mas têm significados diferentes. As limitações são formas de expressão proibidas em qualquer contexto, como no caso de mensagens discriminatórias. Por outro lado, as restrições são proibições relativas que dependem das circunstâncias e do conflito que essa expressão possa gerar contra outros direitos ou interesses, como na defesa moral (FAÚNDEZ, 2004).

O artigo 13 da Convenção Americana Sobre os Direitos Humanos (1969) estabeleceu as seguintes limitações: “[...] A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência”. Certas restrições também têm sido estabelecidas em vários tratados, como na Convenção Americana Sobre os Direitos Humanos (1969), que considera dentro das restrições jurídicas aquelas que estão relacionadas à proteção de honra e reputação; a proteção da privacidade, intimidade e à própria imagem; a proteção à infância; a defesa da moral pública; a proteção à saúde pública; a proteção da seguridade pública; a proteção da ordem pública e a proteção à propriedade intelectual e industrial.

No caso da Venezuela, a liberdade de expressão foi considerada pela primeira vez como um direito na Constituição Nacional de 1961. No entanto, apenas em 1999, com a realização da Assembleia Constituinte, este direito avançou no conteúdo e na amplitude, incluindo dentro de seus artigos temas como limitações e restrições (CALI, 2012). O Capítulo III, art.54-58, dedicados aos Direitos Civis, subscrevem:

Toda pessoa tem direito de expressar livremente seus pensamentos, suas ideias ou opiniões de viva voz, por escrito, ou mediante qualquer outra forma de expressão, e

de fazer uso para isso de qualquer meio de comunicação e difusão, sem que possa se estabelecer censura. Quem faz uso deste direito assume plena responsabilidade por tudo o expressado. Não é permitido o anonimato, nem a propaganda de guerra, nem as mensagens discriminatórias, nem os que promovem a intolerância religiosa. É proibida a censura aos funcionários públicos para dar conta de assuntos sob sua responsabilidade. A comunicação é livre e plural e comporta deveres e responsabilidades que indica a lei. Toda pessoa tem direito à informação oportuna, veraz e imparcial, sem censura, de acordo com os princípios desta Constituição, assim como à réplica e retificação quando seja afetada diretamente por informações inexatas ou agravantes. As crianças e os adolescentes têm direito a receber informação adequada para seu desenvolvimento integral (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, 1999).

Este direito se reafirma em outras normas como a Ley del Ejercicio del Periodismo (1995), o Código de Ética del Periodista (2006), a Ley Orgánica del Niño y del Adolescente (2007) e a Ley Orgánica de Procesos Electorales (2009). Recentemente, o governo de Nicolás Maduro, através da Assembleia Nacional Constituinte, aprovou a Ley Constitucional Contra el Odio, por la Convivencia Pacífica y la Tolerancia (2017)<sup>17</sup>, que tem como objetivos promover a paz, a diversidade e a tolerância mediante a penalização dos discursos que promovam o ódio, a violência e a discriminação. Vários organismos internacionais se pronunciaram. A Comissão Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) considerou que a lei aprovada por Maduro estabelece sanções exorbitantes e faculdades para censurar os meios tradicionais e o uso da Internet<sup>18</sup>, em contradição com os padrões internacionais de liberdade de expressão; o IPYS e a ONG Espacio Público consideraram que o texto legal não é claro na definição de ódio e suas disposições são ambíguas<sup>19</sup>.

## 2.2.2 Antecedentes do direito à liberdade de imprensa, inclusão dos produtores e audiência

De acordo com Desantes (1978), a humanidade atravessou três etapas diferentes no campo da liberdade de informação que alteraram os códigos jurídicos. A primeira etapa se centrou na figura do empresário do século XX, que incluiu no exercício da liberdade de imprensa apenas as pessoas com recursos materiais para criar e manter seus próprios meios de comunicação. Tratava de um direito limitado para um pequeno grupo.

<sup>17</sup> De acordo com a ONG Espacio Público (2018) no informe *Situación del derecho a la Libertad de Ex presión e información en Venezuela*, a *Ley Contra el Odio* foi utilizada em 19 oportunidades como mecanismo de ameaça ou sanção contra trabalhadores públicos, manifestantes processados judicialmente, membros da Igreja Católica, assim como jornalistas e meios digitais com a intenção de induzi-los a suavizar sua linha editorial quando abordam temas que evidenciam crise social.

<sup>18</sup> De acordo com o Comunicado R179/17 da Relatoria Especial da Liberdade de Expressão da OEA (2017a), a lei possui figuras penais amplas, imprecisas e ambíguas que outorgam ao Estado a possibilidade de suprimir conteúdos, bloquear sites na internet e revogar licenças aos meios de comunicação audiovisuais.

A liberdade de imprensa não era a liberdade para a imprensa; essa liberdade para a imprensa se entendia como liberdade de constituição de empresas e significava a liberdade do empresário, ou seja, para as pessoas que regiam e controlavam as organizações informativas (SORIA, 1989).

A segunda etapa focou no profissional dos meios de comunicação, nasceu no princípio do século XXI com as iniciativas das primeiras sociedades de jornalistas e o reconhecimento de seus direitos.

É a etapa dos estatutos, entre os quais se destacam o elaborado pelos redatores franceses em 1935 e pelos redatores ingleses em 1944. Naquela época, multiplicaram-se as faculdades especializadas na formação em jornalismo. As primeiras a surgir na América Latina foram: na Argentina, a *Universidad de La Plata* em 1934; no Brasil, a Universidade Cásper Líbero em 1947; e na Venezuela, a *Universidad Central de Venezuela* em 1947 (NIXON, 1982).

A terceira etapa se centrou no sujeito universal, e teve início em meados do século XXI mediante o reconhecimento e a transferência do direito da comunicação a todos os seres humanos. A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), de 1948, e o Decreto Inter Mirifica do Concílio Vaticano II, de 1963, são eixos fundamentais para que hoje a comunicação seja entendida como um direito universal. Este resultado é parte do trajeto histórico, que inicia com o reconhecimento dos proprietários das estruturas informativas e depois daqueles que trabalham sob sua autoridade, até que finalmente abrange a todas as pessoas.

Hoje a liberdade de imprensa diz respeito às pessoas que cotidianamente compram e leem jornais, escutam rádio e assistem televisão. A liberdade de imprensa não é apenas um patrimônio de especialistas, de jornalistas ou de proprietários de mídia, mas de todos os cidadãos. O homem comum integra esta comunidade e terá, portanto, acesso e participação nos processos individuais e coletivos da construção da informação, assim como poderá exigir maior veracidade e pluralismo da informação, bem como maior responsabilidade nos conteúdos dos donos das empresas de comunicações.

### 2.2.3 A liberdade de imprensa e sua inclusão na jurisdição

A liberdade de expressão está estreitamente vinculada a outro conceito, a liberdade de imprensa. A primeira se refere a uma ampla gama de expressões, incluindo a palavra oral,

---

<sup>19</sup> Segundo o informe *Situación del Derecho a la Libertad de Expresión y información en Venezuela* da ONG Espacio Público (2017) esta lei se caracteriza pela imprecisão normativa, a teoria do expansionismo penal e a desproporcionalidade.

escrita ou audiovisual, assim como as expressões culturais, artísticas ou políticas<sup>20</sup>. A segunda se centra diretamente nos meios de comunicação (impresso, rádio e televisão) e, particularmente, no ofício do jornalismo.

Frequentemente, o conceito de liberdade de imprensa está coberto pelas mesmas leis internacionais que respaldam a liberdade de expressão, dando um tratamento semelhante à expressão em geral e ao material publicado/divulgado pela mídia. A maioria dos países incluem este direito nas suas Constituições e o aprofundam em leis particulares. Os primeiros países a incluir este direito foram os britânicos, através da sua Lei de Imprensa (CUNNINGHAM, 2019), e os estadunidenses, com a Primeira Emenda, ambos do mesmo ano – 1766. De acordo com Loreti (1995), porém, as primeiras concessões de liberdade de imprensa foram baseadas na ideia antiga do século XVII que se limitava ao direito de usar a palavra frente ao trono. Este sentido clássico de conceber o direito foi abolido com o surgimento de novos modelos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, com o surgimento de novos meios de comunicação.

No caso da Venezuela, a liberdade de imprensa faz parte dos artigos 57 e 58 da Constituição, e apresentaram uma maior extensão desde a última reforma constitucional em 1999. Também está exposta no Código de Ética del Periodista (2006), que estabelece o seguinte:

O jornalista tem sua origem na liberdade de expressão e no direito à informação, normas democráticas consagradas na Constituição da República. O jornalista deve lutar pela vigência e efetividade de tais princípios (COLÉGIO NACIONAL DE PERIODISTAS, 2013, art. 2).

Está igualmente explicitada na Ley del Ejercicio del Periodismo (1995) que a ratifica da seguinte forma:

Todos os cidadãos nacionais ou estrangeiros podem expressar-se livremente através dos meios de comunicação social, sem mais limitações que as estabelecidas na Constituição e as leis (GACETA OFICIAL n° 4.883, 1995, art. 4).

A partir de 1980, a UNESCO e outras organizações internacionais agregaram com mais frequência ao debate público o tema da liberdade de imprensa, especificamente com a abertura da discussão dos meios de comunicação de massas na sociedade moderna. Naquele ano foi publicado o Informe MacBride, também conhecido pelo seu título *Many Voices One World*. O relatório da UNESCO discutiu a situação da liberdade de imprensa e uma das suas conclusões foi que a vulnerabilidade e a fragilidade da imprensa eram em parte consequência das grandes pressões econômicas, financeiras e políticas que geralmente acompanham as

---

<sup>20</sup> Convencion Americana de los Derechos Humanos (1969)

dinâmicas dos meios. O relatório sugeria uma nova ordem comunicacional, baseada em parte na redistribuição e no equilíbrio dos fluxos de informação entre os países ricos e os subdesenvolvidos. A proposta teve forte oposição das potências mundiais e dos proprietários de meios, que resultou inclusive na saída dos Estados Unidos da UNESCO. Assim a discussão foi adiada indeterminadamente.

A partir de 1991, com a Declaração de Winhoek (1991)<sup>21</sup>, o conceito de liberdade de imprensa foi ampliado, incluindo no direito os meios de comunicação e todas as pessoas e instituições que utilizam plataformas de mídia para que suas vozes possam chegar ao público. Como consequência, o conceito se tornou mais abrangente, levando em conta todos os envolvidos no processo da comunicação – produtores e audiências em geral. Foram incluídas as dimensões ou condições necessárias para que a liberdade de imprensa possa ser efetivada em ambiente midiático livre, do ponto de vista legal, plural e independente.

A partir dos anos 1990, depois da publicação da Declaração de Windhoek, as questões sobre a liberdade de imprensa foram variando e gerando diversas correntes de pensamentos e discussão em relação ao papel dos meios nas sociedades democráticas. Este processo de discussão foi influenciado por múltiplos fatores ligados ao contexto político global, como o fim da Guerra Fria com a queda do muro de Berlim (1989) e a ascensão de governos neoliberais em várias partes do mundo; e de forma simultânea às mudanças no contexto midiático, como a criação de grandes corporações de jornalismo com interesses em setores variados e a proliferação de redes internacionais de comunicação (LORETI; LOZANO, 2015). Nas últimas duas décadas, entre os temas mais discutidos na agenda internacional estão a democratização dos meios de comunicação, a sociedade da informação, a inclusão digital e, mais recentemente, a segurança dos jornalistas. Também se observa como uma tendência a ressaltar os níveis da liberdade de imprensa examinados por ONGs internacionais como Freedom House, Repórteres sem Fronteiras, IPYS e outras organizações locais sem fins lucrativos.

#### 2.2.4 Dimensões da Liberdade de Imprensa

De acordo com os pressupostos da Declaração de Winhoek (1991), ampliados no informe “*Tendencias Mundiales en Libertad de Expresión y desarrollo de los medios*” (2017),

---

<sup>21</sup> A Declaração de Windhoek é um documento que trata dos princípios da liberdade de imprensa e da promoção dos meios de comunicação independentes e pluralistas. Foi elaborada por um grupo de jornalistas da imprensa africana em um seminário organizado pela UNESCO entre 29 de abril e 3 de maio de 1991.

as dimensões da democracia podem ser classificadas em quatro níveis: a liberdade dos meios de comunicação, o pluralismo, a independência e a segurança jornalística.

- a) *A liberdade dos meios de comunicação* pode contextualizar-se como a liberdade de publicar e distribuir conteúdos nas plataformas dos meios de comunicação. Esta pode ser afetada devido à restrição inapropriada de conteúdo, fundamentada em argumentos fora da lei internacional. Para a avaliação desta dimensão, é necessário se centrar no papel do Estado no entorno legal e regulamentar. Cada governo deverá apontar à proteção da liberdade dos meios tanto na forma legal quanto na prática, mediante a implementação de leis que tratem temas como a liberdade de informação e transparência, assim como evitar restrições desproporcionais contra a liberdade de expressão. Os governantes deverão evitar qualquer tipo de censura, proibição ou bloqueio dos meios de comunicação, assim como não promulgar leis contra os meios e indivíduos que fazem parte da atividade jornalística.
- b) *O pluralismo dos meios de comunicação* se refere à existência de diferentes alternativas para o seu consumo e produção. É preciso levar em conta fatores como a economia, a propriedade de meios e a regulação que impacta questões como a concentração, centralização e monopolização das instituições relacionadas com a comunicação. Também é importante revisar fatores como as dinâmicas comerciais dos meios de comunicação que determinam os grupos da sociedade representados ou que participem dos meios e que influem na diversidade do conteúdo apresentado.
- c) *A independência dos meios de comunicação* pode definir-se como o funcionamento da instituição midiática em função do uso ou não da independência editorial. As avaliações desta dimensão podem ocorrer via dois componentes. O primeiro elemento se centra no papel das autoridades encarregadas da regulação e na capacidade ou incapacidade que tenham para garantir a independência editorial. Aqui estão incluídas todas as instituições responsáveis pela concessão de licenças para radiodifusão ou outras plataformas. O segundo elemento coloca o foco nas organizações da sociedade civil e em como podem ajudar a manter essa independência. Refere-se a ONGs e universidades que igualmente demandam dos jornalistas independência editorial.

d) *A segurança dos jornalistas* é um pilar essencial da liberdade de imprensa. É preciso que tanto os jornalistas como qualquer membro da equipe editorial tenham a capacidade de realizar seu trabalho sem temer represálias ou intimidação. Para avaliar esta dimensão é importante conhecer os números de profissionais assassinados, assim como sequestros, desaparecimentos forçados ou tortura. Outros tipos de ataques, como ameaças e intimidação, violência física, confiscação de material de equipes, exílio forçado e abuso sexual. Esta insegurança pode ser gerada atores estatais, normas que legitimam a violência ou fatores contextuais como situações políticas ou sociais.

Estes quatro elementos interagem entre si de maneira diferente – de acordo com as características e o contexto específico em que se encontra cada sociedade – e cada dimensão avaliada apresentará realidades e aspectos próprios que definem cada situação da liberdade de imprensa. A configuração política, histórica e econômica afetará o estado deste direito em cada país.

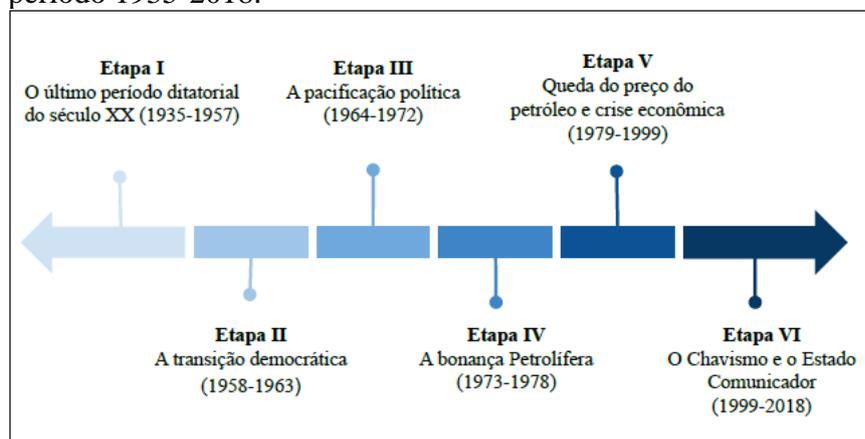
### 3 PERSPECTIVA POLÍTICA, HISTÓRICA E ECONÔMICA DA ESTRUTURA DO SISTEMA MÍDIÁTICO NA VENEZUELA

Desde o final da década de 1990, a Venezuela passou por grandes mudanças em seu sistema político. Os dois partidos que dominaram as eleições desde 1958 até 1999 (AD e Copei) perderam o domínio do mapa político e o apoio dos cidadãos. Em 1998, de acordo com as pesquisas do instituto Datos a confiança nos partidos políticos mal chegava a 0,9%, comparada à igreja com 71% ou à mídia com 55% (BISBAL, 2016).

Depois do colapso do modelo bipartidarismo, em 1999 a sociedade deu um passo em direção a outro tipo de sistema político baseado na criação do Socialismo do Século XXI, no qual a mídia estatal e comunitária assumiu um papel participativo. Como parte da instauração deste novo regime, no sistema de comunicação venezuelano ocorrem dois processos inversos: a capacitação da mídia comunitária por meio de novas legislações e novas unidades de comunicação; e a dificuldades da mídia privada para permanecer ativa, com encerramentos, multas ou violações da liberdade de expressão.

Para explicar essa mudança do sistema político e conseqüentemente dos meios de comunicação, este capítulo apresenta uma revisão da história econômica da mídia na Venezuela, estabelecendo várias etapas importantes, desde o ponto de vista político e econômico. A Figura 5 mostra a linha temporal destas etapas. Como é possível observar, os eventos divisórios selecionados estão intimamente relacionados com o processo democrático: a queda do ditador Juan Vicente Gómez (Etapa I); a restauração da democracia no *Punto Fijo* (Etapa II); a pacificação e consolidação da estabilidade política (Etapa III); a primeira bonança petrolífera (Etapa IV); a queda do preço do petróleo e a crise econômica (Etapa V); a ascensão do Chavismo ao poder (Etapa VI).

Figura 5 - Linha temporal das etapas de mudanças na mídia no período 1935-2018.



Fonte: Compilação da autora.

### 3.1 Etapa I: O último período ditatorial do século XX (1935-1957):

Para explicar a história dos meios de comunicação venezuelanos é importante começar a partir do ano de 1935, que marca o início dos tempos de transformação e desenvolvimento da imprensa. Após o falecimento do presidente Juan Vicente Gómez, quem permaneceu quase 30 anos no poder como uma ditadura militar, surgiram novos jornais, folhetos e panfletos. Timidamente, pela primeira vez, a mídia impressa escreveu sobre as figuras políticas no exílio e seu retorno ao país, bem como sobre o processo de inclusão das liberdades que começaram a ser exercidas (STRAUSS, 2000).

Nos dez anos seguintes, sob os governos de Eleazar López Contreras e Isaías Medina Angarita, entre 1936 e 1945, a imprensa é reorientada para o campo político através da criação de material impresso dirigido pelos porta-vozes dos movimentos e dos novos partidos políticos (agora legais). São fundados *El Orve*, do Movimento de Organización Venezolana, *El Gráfico* do Partido Copei, *El País e Acción Democrática* do Partido AD, *Popular Tribune* e *¡Aquí está!* do Partido Comunista de Venezuela (PCV), e “*Petróleo*” do Órgano Legal de los Obreros Comunistas (BISBAL, 1997).

Note-se que em 1941, segundo dados do Instituto Nacional de Estadísticas (INE), 57,29% da população não sabia ler nem escrever, por isso a imprensa era consumida principalmente pelos estratos superiores (CUNTO, 2016).

Estas novas publicações conseguiram transcender as universidades. Em combinação com o rádio, professores e alunos conseguiram atingir pessoas que não estavam envolvidas anteriormente na discussão de questões políticas (CABALLERO, 2007). Esse impulso da mídia e algumas manifestações importantes nas ruas, que incluíam pela primeira vez o slogan “imprensa livre”, deram espaço em 1946 para o nascimento da primeira escola de jornalismo na Universidade Central da Venezuela (UCV) e também para o Sindicato Nacional de Trabalhadores de imprensa (STP). O surgimento dessas duas instituições favoreceu o *boom* da mídia impressa, que procurou se especializar e modernizar, introduzindo no mercado revistas e jornais dedicados exclusivamente a áreas como marketing, economia, negócios, administração e política (PELLEGRINO, 2004). Da mesma forma, o número de exemplares nos jornais foi ampliado e as técnicas de impressão atualizadas (MARTURET, 2003).

Gradualmente, a imprensa de opinião retornou e jornais como *Últimas Noticias* (1941) e *El Nacional* (1943) surgem em Caracas, se tornando jornais de grande circulação nacional, porta-vozes de notícias, mas também de cultura, com a presença de destacados escritores venezuelanos em suas páginas. Das suas redações saíram os primeiros repórteres de rua e se iniciou o novo jornalismo informativo (BISBAL, 1997). Embora os primeiros ares de liberdade de expressão fossem evidentes, entre 1945 e 1948 ocorreram dois golpes militares:

contra Medina Angarita, eleito por eleições indiretas, e outro contra Rómulo Gallegos, primeiro presidente eleito por meio de eleições diretas, universais e secretas. Três jornais escritos em outro idioma nasceram neste ambiente de ruptura democrática: *The Daily Mail*, em inglês, e *Il Corriere di Caracas* e *La Voce d'Italia*, em italiano.

No início dos anos 1950 o processo de estabelecimento da democracia entrou em fase de estagnação e outra ditadura militar é estabelecida, desta vez liderada pelo general Marco Pérez Jiménez. Durante os cinco anos desse governo os jornais refletiam três tendências: 1) oficialista, caracterizada pela propaganda exclusiva a favor do governo e pela agressão contra os que consideravam seus inimigos, por exemplo: os partidos políticos; 2) independente, sujeita à mais estrita censura por parte do Ministério de Relações Interiores, órgão que impôs aos editoriais o que devia ou não ser publicado, como no caso do jornal *El Nacional* ; e 3) clandestina, produzida e distribuída por estudantes. Deste último grupo fazem parte os jornais *Ofensiva*, *Resistencia*, *Venezuela Democrática*, *Joven Guardia*, *Rebelión*, *Libertad*, *Estrella Roja* e *Tiela*, entre outros, publicados na Venezuela e no exterior (BISBAL, 1997).

Os primeiros jornais que pararam de circular parcialmente foram *El Nacional*, por se referir aos três membros do Conselho Militar —Pérez Jiménez, Delgado Chalbaud e Llovera Páez— como “os três porquinhos” e o *El Universal*, por criticar o governo em uma matéria de primeira página. As pressões não foram exercidas apenas por meio de fechamentos, mas também com convites a jornalistas e donos de mídia para a Seguridad Nacional, o órgão de inteligência policial (AVENDANO, 2017).

Por sua vez, as emissoras de rádio estiveram em pleno desenvolvimento antes e durante a ditadura de Pérez Jiménez. Em 1935, existiam apenas 13 estações de rádio. Em 1955 o número de estações ascendeu a 50 e em 1975 havia 140 estações (BISBAL, 2007).

Paralelamente à expansão, inicia-se o processo de regulamentação, através da aprovação da Lei das Telecomunicações e do Regulamento de Rádio e Comunicação. No início dos anos 1950 foram criadas a Câmara de Indústria de Radiodifusão e a Associação Nacional de Anunciantes. Apesar dos sinais de institucionalização, as políticas continuaram mudando, se moldando ao tipo de regime de cada governo. Durante governos democráticos a liberdade de expressão era garantida e em períodos de ditaduras era limitada (BERMÚDEZ, 1997).

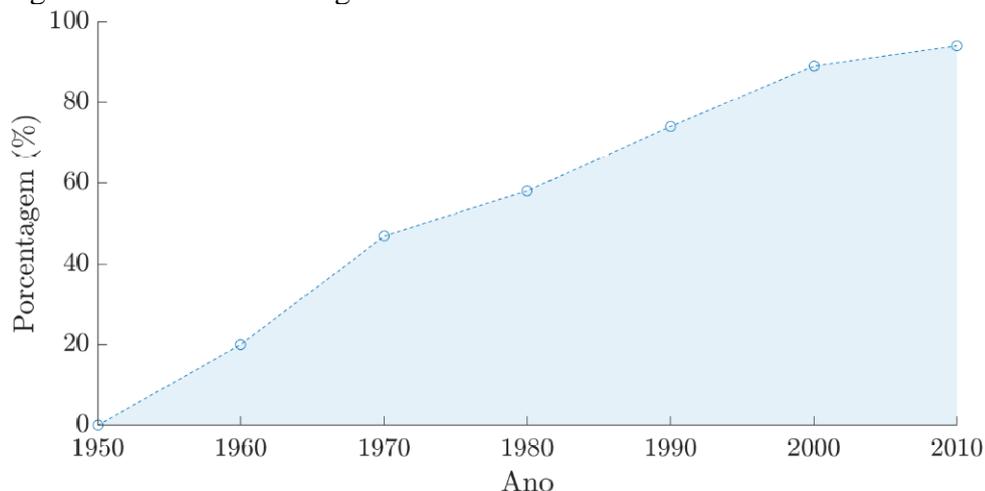
Ainda nos anos 1950, o rádio e os impressos começaram a usar o investimento publicitário como a principal fonte de recursos. Os dois meios tiveram perdas significativas de anunciantes com a chegada da televisão em 1952, dado que os produtos e serviços começaram a promover seus produtos na nova mídia (BISBAL, 2007). A programação de rádio na época limitou-se a promover a indústria musical através de *disjockeys* (BERMÚDEZ, 1997).

Em 1953, em plena ditadura, começaram as transmissões dos primeiros canais de televisão: *Televisión Nacional* (Canal 5), sob controle do Estado, e *Televisa YVLV* (Canal 4), privado e comercial. Posteriormente, canais regionais seriam incorporados como *Radio Valencia Televisión* (Canal 7); *Televisa del Zulia* e *Ondas del Lago Televisión*, que fecharam com o passar do tempo devido à falta de rentabilidade pelo direcionamento dos investimentos publicitários nas principais emissoras (BISBAL; RODRIGUEZ, 2005). No início, os primeiros canais eram apoiados por capital estrangeiro, vindos principalmente dos Estados Unidos, de empresas como *National Broadcasting Company* - NBC e *American Broadcasting Company* - ABC.

Como mostrado na Figura 6, no começo da televisão no país havia apenas 250 mil receptores para uma população de 5,4 milhões de pessoas (BISBAL, 2007). Em pouco tempo, porém, a televisão se tornaria o meio de maior alcance e impacto. Em 1980, 2.2 milhões de aparelhos de TV já estavam em residências venezuelanas, indicando que 58% da população assistia televisão. Em 2010, este número havia triplicado: eram 6.7 milhões de televisores registrados na Venezuela, o que significava que 94% da população podia ter acesso à TV.

Apesar da instabilidade política e da censura que existiram no país nos anos 1940 e início de 1950, a evolução da mídia não estava tão distante dos países pioneiros. A Venezuela foi o nono país do mundo a implementar a televisão, depois da Argentina, do Brasil e do México na América Latina. Sucessivos golpes, ditaduras e censura não impediram o crescimento de jornais, revistas, emissoras de rádio e dos primeiros canais de televisão.

Figura 6 - Evolução da porcentagem de lares venezuelanos com televisão, segundo os Censos Demográficos de Venezuela entre 1950 e 2010.



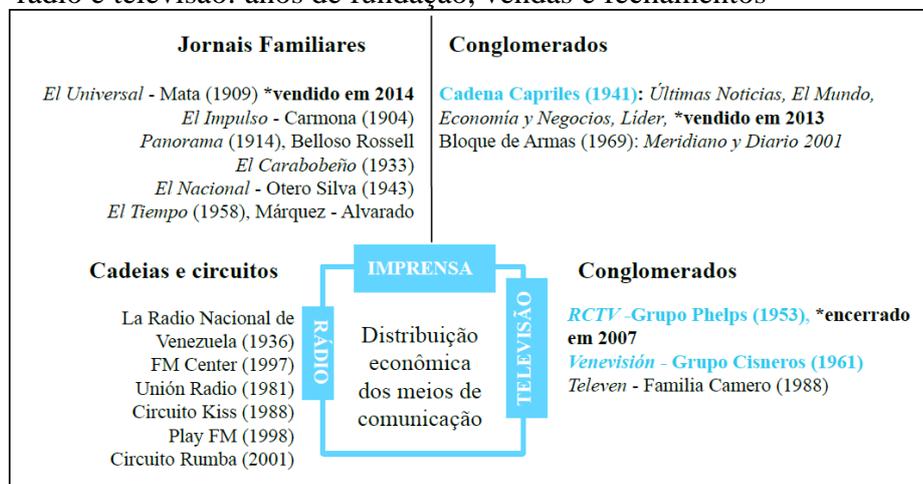
Fonte: Censo de População e Moradia do INE (2014).

### 3.2 Etapa II: A transição democrática (1958-1963)

Após a queda do General Marcos Pérez Jiménez, a Venezuela começou a estabelecer uma nova maneira de fazer política, sob a alegação de que os cidadãos estavam preparados para protagonizar a democracia (BAUTISTA, 2007). Em 1958, os principais partidos políticos – AD, Copei e URD –, com exceção do PCV, estabeleceram os padrões para a construção das bases de uma sociedade democrática por meio do *Pacto de Punto Fijo*. Em um contexto de fragilidade política, o Pacto colocou toda a responsabilidade nos três partidos políticos que se uniram. Os objetivos estabelecidos foram basicamente: 1) a defesa da constitucionalidade de acordo com o resultado eleitoral; 2) a criação do Governo da Unidade Nacional ou coalizão; e 3) a implementação do Programa Mínimo Comum (ESCOVAR, 2019). Em outras palavras, o primeiro governo nascido após cinco anos de ditadura foi reduzido a duas regras fundamentais: minimizar o conflito e maximizar o consenso entre organizações políticas e civis.

Para garantir esse acordo, utilizou-se a principal renda econômica do país: o petróleo. Os setores que poderiam gerar conflitos – como os sindicatos, centros estudantis, empresários, a Igreja, os próprios partidos e a mídia – tiveram suas demandas atendidas. Nas palavras de Bautista (2007), foi um sistema político em que “quase todos ganharam” com a distribuição de recursos, garantindo assim a paz social. Com a nova regra do jogo, grupos ou cadeias de empresas multimídia começaram a se formar. Como é mostrado na Figura 7, os primeiros meios que nasceram com perspectiva de expansão foram *La Cadena Capriles*, iniciada com o jornal *Últimas Noticias* em 1941; o Grupo Phelps, fundador do canal *RCTV* em 1953, e a Organização Diego Cisneros, fundadora do canal *Venevisión* em 1961 (PELLEGRINO, 2004).

Figura 7 - Conglomerados e grupos econômicos midiáticos: imprensa, rádio e televisão: anos de fundação, vendas e fechamentos



Fonte: Elaboração da autora.

Com a chegada desses grupos, a paisagem comunicacional do país foi mudando gradualmente. A mídia passou da estrutura de propriedade familiar para uma estrutura de propriedade com óbvios sinais de industrialização e diversificação. Esses conglomerados não só dominaram o negócio dos meios de comunicação, como se expandiram para outras áreas econômicas dentro e fora do país. O Grupo Phelps se expandiu como produtor e distribuidor de música com a *Sonográfica*, como empresa de representação legal para obras musicais com a *Sonoeditora*, e como empresa de comércio internacional de programas de televisão com a *CoralPictures*. O Grupo Cisneros se aventurou no setor de discos através das empresas *Rodven*, *Sonorodven* e *Love Records*, além do setor de informática com a *NCR-Summa Systems*, a *On-Line Computers*, a *Summa*, a *Digimática* e a *Plus Sistemas* (BISBAL; RODRIGUEZ, 2005).

Durante a vigência do *Pacto de Punto Fijo*, a maior parte dos meios de comunicação continuou crescendo e recuperou a liberdade de expressão, com exceção da imprensa de esquerda, que foi censurada até começar a vigência da Constituição de 1961. O novo arcabouço legal introduziu três novidades: a separação dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), a subordinação das Forças Armadas ao poder civil e a consagração da liberdade de expressão no Artigo 66 nos seguintes termos: “Toda pessoa tem o direito de expressar seus pensamentos em uma voz ao vivo ou por escrito e fazer uso de

qualquer meio de disseminação sem que se estabeleça censura prévia” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, 1961). As ações dos primeiros governos após a assinatura do Pacto tiveram como objetivo ampliar a liberdade de expressão e estabilizar a democracia. No entanto, eles enfrentaram diferentes golpes e revoltas. Em 1960, o país experimentou uma tentativa de golpe militar que foi frustrado. Entre 1961 e 1962 ocorreram outros dois levantes militares nas bases navais de Carúpano e Puerto Cabello, historicamente conhecidos pelos nomes “El Carupanazo” e “Portenãzo”. Esses movimentos foram liderados por membros dos partidos PCV e MIR, excluídos do *Pacto de Punto Fijo*. Nos dez anos seguintes, os membros desses partidos iniciaram uma luta armada por meio de guerrilhas e comandos urbanos (BAUTISTA, 2007).

### 3.3 Etapa III: A pacificação política (1964-1973)

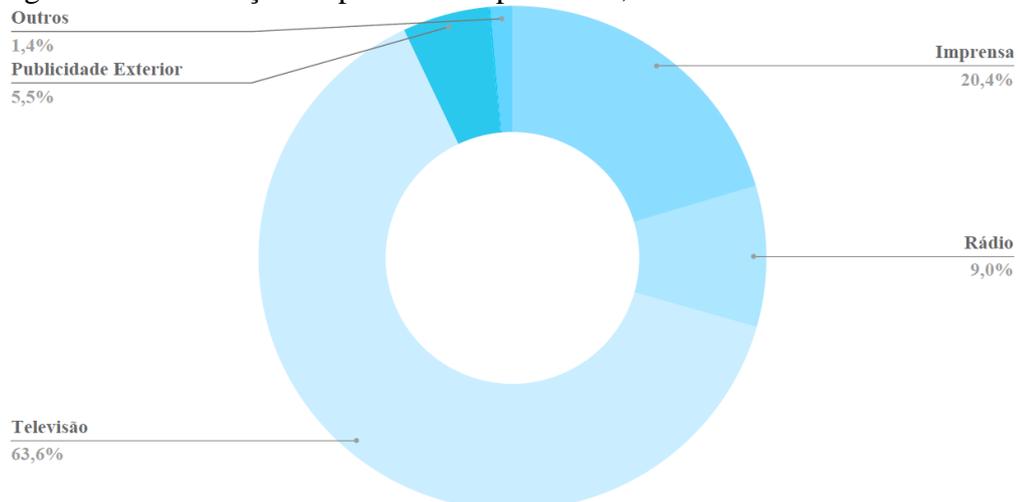
Em meados dos anos 1960 começa no país uma fase conhecida como *Pacificação Política*. Em 1969, o primeiro partido da oposição (Copei) elegeu o candidato Rafael Caldera, acabando com o governo de coalizão sem comprometer a democracia e a estabilidade. O partido no poder, AD, reconheceu o vencedor e uma nova fórmula foi colocada em prática: um governo de partido único e uma minoria no Congresso Nacional, o que daria menos

oportunidade para o consensualismo. Como parte da estratégia de pacificação, os partidos de esquerda PCV e MIR retornaram à legalidade política.

No início dos anos 1970, a Venezuela não só possuía tranquilidade como também de um ambiente sem pressões inflacionárias e sem déficit fiscal do Estado, o que favoreceu o negócio petrolífero e o crescimento econômico, que atingiu em média 6,5% ao ano (STAMBOULI, 2002). Com essa força econômica, o Estado buscou a incorporação de outro meio de comunicação à sua lista de moderados: em 1974, adquiriu a *Compañía Anónima Venezolana de Televisión* (CVTV) que mais tarde seria chamada *Venezolana de Televisión*, VTV (Canal 8). Nos primeiros anos, a programação da VTV esteve vinculada à da *Televisora Nacional* (Canal 5), mas pouco tempo depois tornou-se a face televisiva dos interesses do governo que estivesse no poder (GARRIDO, 2017). Com a incorporação desse canal, os canais nacionais somavam quatro: dois do Estado, *TN* e a nova *CVTV*, e dois canais privados, *RCTV* e *Venevisión*. Ainda em 1974, um decreto-lei obrigou as corporações estrangeiras com participação em canais de televisão comercial a venderem sua participação a cidadãos venezuelanos, de modo que a responsabilidade da mídia permaneceu nas mãos de pessoas nascidas no país. Entre os argumentos dessa ação estava a reivindicação de soberania no campo econômico (BISBAL; RODRIGUEZ, 2005).

Os anos 1970 também marcaram o começo da publicidade no grande negócio das indústrias culturais, encontrando espaço privilegiado na televisão. Como é possível observar na Figura 8, a televisão conseguiu avançar rapidamente na participação da parcela publicitária, assumindo a liderança entre as outras mídias, controlando mais da metade dos anúncios (BISBAL; RODRIGUEZ, 2005). Em segundo lugar, a imprensa seguiria com uma parcela de 20,4% e em terceiro a rádio com 9,0%. Finalmente, os painéis publicitários e publicidade exterior com 5,5% e outros meios com 1,4%.

Figura 8 - Distribuição da publicidade por mídia, 1970.



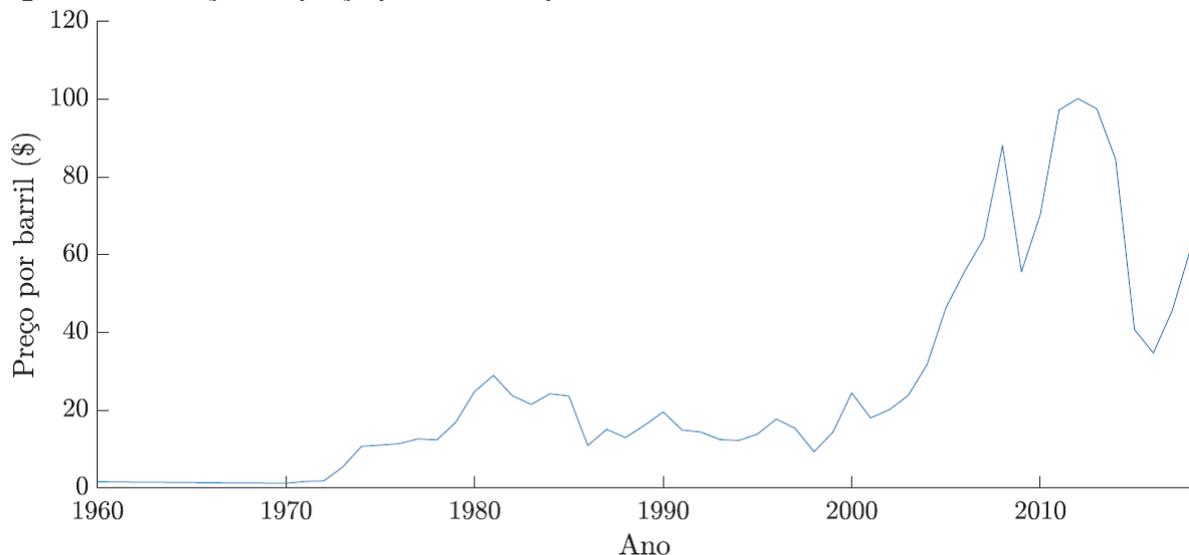
Fonte: Elaboração da autora, baseado no Informe ANDA (2013)

Segundo Bisbal e Rodriguez (2005), a dependência publicitária da televisão estava relacionada a um desajuste estrutural. Naquela época, a América Latina e o Caribe exibiam o maior investimento em propaganda do mundo com 42%, comparado à média mundial de 25,5%. Especificamente, a Venezuela destacou-se com 66,8% de investimento destinado para esse meio de comunicação.

### 3.4 Etapa IV: A bonança petrolífera (1974-1978)

O período de bipartidarismo entre AD e Copei iniciado em 1974 duraria até o final da década de 1990. Carlos Andrés Pérez inaugurou seu primeiro período na presidência com três vantagens: grande maioria eleitoral, com 12 pontos acima de seu oponente mais próximo; maioria parlamentar; e aumento nos preços do petróleo como nunca havia sido registrado na história venezuelana. Como é mostrado na Figura 9, o preço do barril de petróleo mudou de US \$ 1,21 em 1970 para US \$ 11,04 em 1975. Consequentemente, as receitas fiscais alcançaram níveis bem acima da média usual. Em 1960 a renda petrolífera fechou em 6 milhões de 147 mil bolívares e nos anos 70 chegou até 10 milhões 252 mil bolívares. Em 1975 a renda foi de 40 milhões 370 mil bolívares (BAUTISTA, 2007).

Figura 9 - Evolução do preço por barril de petróleo, desde 1960 até 2018



Fonte: Elaboração da autora com dados da Source US. Energy Information Administration (2019) e Knoema (2014).

As regras de distribuição de recursos continuaram a funcionar, mas novos atores entraram na lista de distribuição com a criação de novas empresas estatais e a privatização de outras entidades como Pequiven, Sidor, Alcasa, Venalum, Instituto Nacional de Habitação, Ministério das Comunicações, Ferrominera del Orinoco, Ministério do Desenvolvimento

Urbano, Conselho Nacional de Cultura e Ministério dos Transportes, entre outros. No total, foram criadas 163 entidades descentralizadas, nas quais circulavam grandes quantidades de dinheiro (BAUTISTA, 2007).

Em 1º de janeiro de 1976, a indústria do petróleo foi nacionalizada como parte do *V Plan de La Nación*. Posteriormente, nasceu a empresa PDVSA com duas consequências: primeiro, as linhas do programa democrático se cumpriram com o começo da administração dos recursos básicos do país; e em segundo lugar um ente poderoso foi incorporado ao sistema de distribuição, que precisava de injeções monetárias para sua operação.

Com a nova renda associada ao petróleo, criou-se uma cultura e um novo modo de vida (OTEYZA; GONZÁLEZ, 2016). Mais e mais venezuelanos conseguiram viajar para outros países com a força do bolívar frente ao dólar. De acordo com Hausmann e Rodríguez (2014), a Venezuela tornou-se o país mais rico da América Latina e um dos 20 países mais ricos do mundo, com PIB per capita superior ao da Espanha, da Grécia e de Israel e apenas 13% menor que o dos Estados Unidos.

A exploração comercial do petróleo correspondeu às transformações ocorridas nos meios de comunicação. Entre as décadas de 1970 e 1980, a estrutura de propriedade foi agrupada de outra forma. Como mostrado na Figura 7, a mídia impressa concentrou-se em dois grupos: 1) os jornais pertencentes a grupos familiares tradicionais, como *El Nacional*, *El Universal*, *El Impulso*, *El Carabobeno*, *El Tiempo* e *Panorama*, publicações destinadas a leitores de classe média e alta, usando um tipo de jornalismo sóbrio em sua apresentação e tratamento; 2) os conglomerados oligopolistas, estruturados como grupos empresariais que diversificaram sua produção e ampliaram seu poder econômico no meio impresso. Foram os casos de *La Cadena Capriles* e *El Grupo de Armas* (BISBAL, 2007). No que diz respeito à indústria regional, as variáveis de concentração foram semelhantes às da imprensa de Caracas.

Em relação ao rádio, o regime de propriedade operava sob dois tipos de integração: 1) propriedade sob a mesma personalidade jurídica e 2) integração comercial e de programação, em alguns casos de propriedade direta, que operava a partir de uma estação matriz, quase sempre baseada em Caracas. Esta última variante refere-se às cadeias de rádio mencionadas na Figura 7. As mais importantes, em termos de faturamento de publicidade e número de audiência eram: *Circuito Unión Radio*, que mantinha a *Unión Radio Noticias* e *La Mega*, cada um com 13 estações, AM e FM; *Sucesos*, com 9 FMs, e *Onda* com 7 FMs, todas distribuídas em território nacional; e o *Circuito FM Center*, com 54 estações distribuídas em frequências AM e FM.

No final dos anos do *boom* do petróleo, a questão da corrupção foi introduzida no debate político. Os principais meios de comunicação e partidos da oposição incluíram em suas agendas os primeiros casos de desfalques, nos quais foram mencionadas fortunas com empresas obscuras, e créditos que não haviam sido devolvidos pelo setor privado, entre outros (OTEYZA; GONZÁ LEZ, 2016). Revistas como *Summary* e *Zeta*, e livros como *Los doce apóstoles* de Pedro Duno; *Los peces gordos* de Américo Martín; e *Corrupción Total* de Teodoro Petkoff, foram alguns dos que abordaram esses casos (STRAUSS, 2000). Carlos Andrés Pérez terminou seu mandato entregando aos cidadãos uma Venezuela moderna, mas com um custo: gigantismo nos gastos públicos, que só seria sustentável com outro período de bonança o petrolífera.

### 3.5 Etapa V: Queda do preço do petróleo e crise econômica (1979-1999)

Nos anos 1980, o preço do petróleo caiu duas vezes. Em 1983, no governo de Luis Herrera Campins, as exportações diminuíram de US\$ 19,3 bilhões para US\$ 13,5 bilhões, o que levou o governo a tomar medidas econômicas emergenciais. Foi reduzida a saída de divisas através do controle de câmbio e do novo órgão *Régimen de Cambios Diferenciales - Recadi*. O bolívar foi desvalorizado, deixando de ser cotado em 4,3 bolívares em relação ao dólar para 7 bolívares (STRAUSS, 2000). A moeda não tinha perdido seu valor nessas proporções em 30 anos, o que significou uma mudança de rumo na economia do país. A segunda queda do preço do petróleo aconteceu em 1986, como se pode observar na Figura 9. Dessa vez, o barril caiu para 10,92 dólares e a receita tributária diminuiu para quase a metade. Em resposta, o governo de Jaime Lusinchi estabeleceu quatro tipos de câmbios, de acordo com a atividade econômica para a qual seriam usados.

A imprensa escrita sofreu tanto a desvalorização quanto o controle de câmbio, já que não era possível importar livremente o papel e outros itens essenciais para impressão. O Decreto 1.379 aumentou o câmbio de bolívares para dólares em quase ao dobro (de 7,50 Bs por dólar para 14,5 Bs por dólar), o que se mostrou insustentável para alguns meios de comunicação. De acordo com Canizález e Coscujuela (2017), naquele período o Recadi atuou como um mecanismo de censura para pressionar os jornais contra a publicação de informações sobre a vida pessoal do presidente.

Em meados da década de 1980, a crise econômica despertou a percepção do setor público e de privado, de que o modelo político-econômico que funcionava a partir do *Pacto de Punto Fijo* mostrava sinais de esgotamento (STAMBOULI, 2002). Isto se devia

principalmente ao fato de estar ancorado em um modelo econômico regularizado e subsidiado, assim como sua natureza de sistema democrático centralizado, no qual os Presidentes e seus respectivos partidos dominavam a formação do gabinete presidencial e dos governadores de Estado, ou seja: uma extrema capacidade estatal.

Em 1984, para responder à rejeição generalizada ao Pacto, foi criada a Comissão Presidencial para a Reforma do Estado - COPRE. As realizações do modelo que funcionavam foram avaliadas e foi diagnosticado que o modelo econômico rentista, que havia formado o padrão cultural, não estava sendo adequado e precisava de reforma (STAMBOULI, 2002). Em 1989, Carlos Andrés Pérez, na sua segunda presidência, implementou as primeiras transformações que apontavam para um Estado mais competitivo e descentralizado na distribuição de poder. Naquele mesmo ano foi aplicado um conjunto de medidas econômicas resultando em uma queda do PIB de 9% e uma subida da inflação que chegou a 80% (BAUTISTA, 2007). Em resposta à cadeia de eventos relacionados à economia que afetaram diretamente os cidadãos, ocorreu em 1989 uma manifestação popular conhecida como *El Caracazo*, que terminou com a intervenção do exército e, segundo dados do Ministério Público, cerca de 300 pessoas mortas. Em resposta às condições econômicas adversas, em 1992 um grupo de militares das Forças Armadas comandado por Hugo Chávez tentaram dar um golpe de estado.

Apesar da crise econômica e política nos anos 1980 e acentuada nos anos 1990, essas foram duas décadas de crescimento para a imprensa. Os jornais mais importantes das províncias conseguiram modernizar a indústria jornalística com equipamentos de impressão mais avançados e com a incorporação da informática nas redações. Este desenvolvimento também foi percebido no número de jornais: em 1986 somavam 70, dos quais 61 eram jornais regionais. A circulação total era de 2.4 mil exemplares, com os seis principais jornais ultrapassando a marca de 100 mil exemplares (BISBAL, 2007).

No rádio também houve crescimento. Em 1988 foram concedidas as 52 primeiras concessões comerciais de radiodifusão em Frequência Modulada (FM). Depois de algumas semanas de testes, os ouvintes ouviram *La Mega* 107.3, *Kys* 101,5 e 92,9 com melhor qualidade de som. Com a chegada da FM, o rádio conseguiu se reinventar e o AM sobreviveu com a segmentação. Os ouvintes começaram a ter mais variedade no dial: de estações de notícias (Caracas 750) e esportes (Sports Radio 1590 AM), para programas com conteúdo juvenil (*Kys*) ou adulto contemporâneo (92,9). O quadro era formado por 158 estações de rádio: 157 privadas e uma estatal. Ao mesmo tempo, a produção do rádio se transfere do centro do país e da área metropolitana, a tal ponto que o número de estações regionais era

maior que o número registrado em Caracas (FUENMAYOR, 2006). No caso da televisão, os canais regionais retornam às telas com novos atores.

Em 1976 iniciaram as transmissões da *Televisão Cultural Boconó: TeleBoconó* do estado de Trujillo, que abriu as possibilidades para espaços dedicados à educação e cultura. A partir de 1982, nasceram novos canais em diferentes estados, como a *Televisão Andina de Mérida*; *Amavisión* no Amazonas (1984); *Cantar Crianças* de Zulia (1987); *Telecaribe* em Nueva Esparta, Sucre e Anzoátegui (1989); *Televisora Regional del Táchira* nos Andes venezuelanos e parte da Colômbia (1989); *Telecentro* em Lara, Yaracuy e Portuguesa (1990); *ZUTV* em Zulia (1990); *Telesol* em Sucre (1991); *NCTV* e *TVS* em Carabobo, Aragua e Cojedes (1992); *TV Guayana* em toda a região sul e Guiana (1993); e *Telecolor* em Zulia (1993) (BISBAL; RODRIGUEZ, 2005).

Nos anos 1980, três eventos revolucionaram a televisão: as transmissões oficiais de televisão em cores, embora transmissões coloridas especiais de curta duração já tivessem sido realizadas (LOZADA, 2018); a entrega de oito novas concessões de TV, sete delas no interior do país e uma na capital (Televen, Canal 10); e o início do serviço de televisão a cabo, com a *Omnivision* em 1988. Nos anos seguintes a *Cablevision* seria incorporada em 1991, a *Supercable* em 1995, a *Cabletel* em 1996, e a *Directv* no final do século XX (BISBAL; RODRIGUEZ, 2005).

Os anos 1990 não alteraram a distribuição de publicidade, que seguiu como o motor das indústrias culturais contemporâneas, especificamente da televisão aberta. Segundo Pellegrino (2004), em 1992 a Venezuela ocupava o segundo lugar em investimento publicitário, com US\$ 42,6 por pessoa, dobrando a média da região, que era de US\$ 23,97. Em 1999, o faturamento publicitário venezuelano por habitante foi estimado em US\$ 48,63 com 67% direcionado para a TV, 26% investidos em jornais e revistas, 4% em rádio e os 3% restantes destinados a outros meios de comunicação, como a internet e publicidade exterior.

### 3.6 Etapa VI: O chavismo e o estado comunicador

A partir de 1999, com a chegada do presidente Hugo Chávez ao poder, a Venezuela começa a viver ressignificações em grande parte de suas instituições e valores, impactando a mídia e o exercício do jornalismo. O Estado começa a construir uma plataforma de mídia pública, inédita na Venezuela e na América Latina, considerando o número de unidades e o investimento. Esta implementação do novo regime de comunicação foi justificada pelo Presidente e seu gabinete em primeiro lugar como parte da consolidação do “socialismo do

século XXI”, e em segundo lugar como estratégia para nivelar a desigualdade comunicacional em que se encontrava o governo.

O Golpe de Estado em 2002 serviu para observar este desequilíbrio, já que os meios privados se alinharam de forma aberta como os movimentos mais radicais de oposição. Inclusive pactuando reuniões entre proprietários ou executivos da mídia e Pedro Carmona

Estanga, autoproclamado presidente de Venezuela (CANIZÁ LEZ; LUGO, 2007). Nas 48 horas que durou o golpe, os meios de comunicação privados, maioria, censuraram os protestos e movimentos que estavam acontecendo no país contra Estanga e a favor da restituição de Hugo Chávez na presidência.

A partir de 2002 as iniciativas da mídia comunitária e alternativa foram reforçadas. O Presidente Hugo Chávez confirmou:

Para a revolução é crucial nossa presença na mídia. Nisso temos falhado. Eu me canso de dizer a cada funcionário, governador e prefeito que devem lhe dizer ao povo o que estamos fazendo. É importante que cada um deles visitem o programa da rádio local, ao jornal do povo, para falar o que estamos fazendo (BARTLEY; OBRIAN, 2003).

Em outras intervenções, o ex-ministro das Comunicações, Andrés Izarra, em entrevista ao canal Globovisión, também compartilhou os objetivos do Estado na mídia.

Para o novo cenário estratégico que se propõe, a luta do campo ideológico tem a ver com uma batalha ideológica pelo coração e pela mente das pessoas. É necessário desenvolver um plano, e o que propomos é a hegemonia comunicacional e informacional do Estado. Construir uma hegemonia no sentido gramsciano (WEFFER, 2007).

As primeiras mudanças foram outras leis e órgãos de regulação da mídia. Em 2000, foi aprovada a Lei de Telecomunicações, LOTEL, e em 2004 a Ley de Responsabilidad en Radio y Televisión, ambas propostas pela Comissão Nacional de Telecomunicações, Conatel. Dois anos depois foi criado o Ministério da Comunicação e Informação (MINCI) com a ideia de dar força e coerência às comunicações do governo. O novo marco regulatório e as agências seriam mais tarde classificados por especialistas e organizações internacionais como gatilhos de censura. Em 2004, diversos eventos relacionados à aplicação da nova lei foram registrados. Um deles a multa aos jornais *El Progreso*, *El Café*, *El Diario de Guayana* e *Nueva Prensa*; e às rádios *Bolivariana 104.3 FM*, *Alegre 101.5 FM* e *Eléctrica FM* (CHIRINOS, 2016).

Em 2007, a RCTV – o canal de televisão com maior trajetória, audiência e penetração no país – parou de transmitir seu sinal, já que a Conatel determinou a não renovação da permissão de transmissão e o confisco dos seus equipamentos. A medida foi baseada no artigo 29 da Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão, que afirmava que a concessão

dos meios de comunicação que promovessem, fizessem apologia ou incitassem a guerra ou alterações na ordem pública, poderia ser suspensa ou revogada. Com o apoio do Supremo Tribunal de Justiça, o sinal e o equipamento da RCTV foram designados ao novo canal estatal conhecido como TVES. Oito anos depois, a Corte Interamericana de Direitos Humanos apresentou uma decisão na qual o Estado venezuelano foi solicitado a restaurar a transmissão do canal RCTV, devolver os equipamentos e indenizar os acionistas pelos danos causados, mas a decisão não foi cumprida.

As medidas tomadas pela Conatel foram aumentando nos últimos anos do governo de Chávez. Como parte de um processo inverso, enquanto a mídia privada perdia número e impacto, a mídia do governo ganhava mais espaço. Este passou de um único sinal, VTV, para um grupo de seis canais formado por *TVES*, *Vive*, *ANTV*, *Ávila TV* e *Telesur*, com sinal nacional e internacional. Segundo Bisbal (2016), a *Telesur* possuía um orçamento anual de US\$ 50 milhões, 400 funcionários e 12 escritórios no exterior.

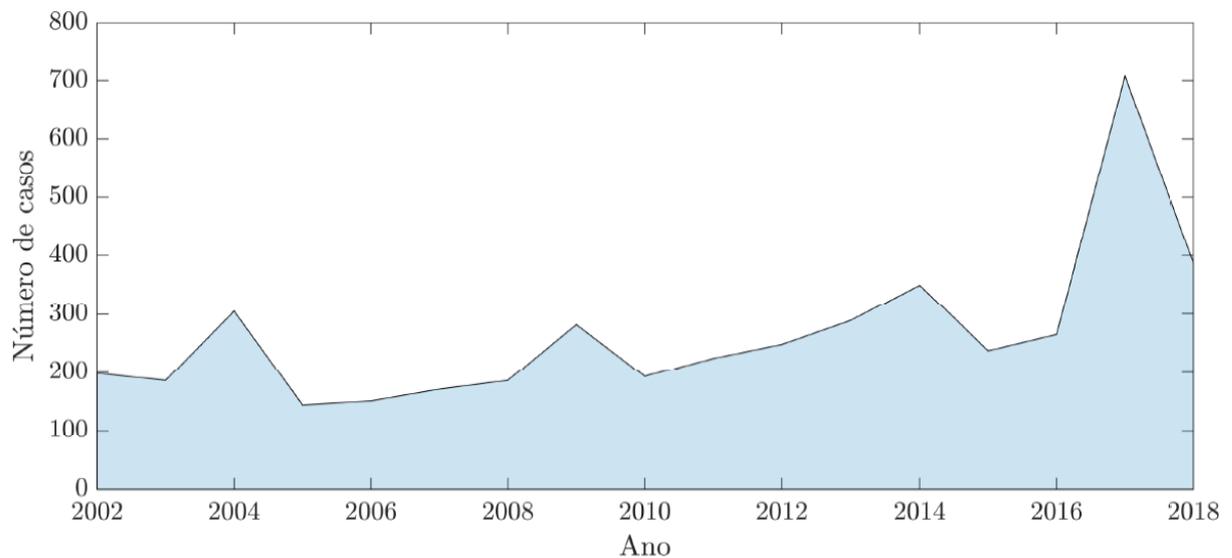
Da mesma forma, foram promovidos dois circuitos nacionais de rádio. Em primeiro lugar, a Rádio Nacional da Venezuela, com 11 estações transmissoras de amplitude modulada em todo o território nacional e quatro tipos de programas: informativo (630 AM), clássico (91.1 FM), musical e outro conhecido como “ativo”. O circuito tem um serviço de informações de ondas curtas que abrange a América Central, o Caribe e os Estados Unidos. Em segundo lugar, a YVKE World, que tem alcance em toda a Venezuela através do YVKE *Mundial Caracas* (550 AM), do *Mundial Zulia* (1070 AM), do *Mundial Los Andes* (1040 AM) e do *Mundial Margarita* (1020 AM). Também foram incluídos os canais *Rumbos*, *Radio Tiuna* 106.1 FM, gerenciados pelas Forças Armadas Nacionais (BISBAL, 2016), e *Radio Sur*, que mantém os mesmos objetivos do canal *Telesur*. Existem mídias comunitárias com aproximadamente 400 estações, 36 canais de televisão e 100 jornais de periodicidade diferente. A maioria faz parte da *Asociación Nacional de Medios Comunitarios Libres y Alternativos* (ANCLA).

No caso da impressão, foram incorporados dois jornais de circulação nacional: *Ciudad CCS* e *El Correo del Orinoco*, ambos em formato tabloide. Aos domingos, *El Correo del Orinoco* publica alguma das suas revistas de distribuição gratuita que fazem parte do Ministério do Poder Popular para a Cultura: *A Plena Voz*, *Arte de Leer*, *Así somos*, *La Revuelta*, *La Roca de Crear*, *Memorias de Venezuela*, *Poder Vivir* e *Se Mueve*. Junto com a consolidação da mídia do governo, Chávez fez uso do espectro de rádio com seu programa *Alô Presidente*, transmitido até maio de 2012. O programa esteve no ar por 13 anos e a transmissão mais longa foi a de número 295, com oito horas e sete minutos de duração

(MPPE, 2009). Da mesma forma, foram usadas redes obrigatórias de rádio e televisão. Entre fevereiro de 1999 e dezembro de 2012, 1.650 horas foram gravadas, em falas do Presidente em rádio e televisão nacionais, ou seja, 68,8 dias ininterruptos de intervenções (MORALES, 2016).

Apesar das leis e agências criadas no campo das comunicações, segundo a ONG Espacio Público entre 2002 e 2018 foram registrados 3.691 casos de violações da liberdade de expressão. A Figura 10 mostra que o número de casos permaneceu entre 151 e 708 por ano.

Figura 10 - Número de casos de violações à liberdade de expressão na Venezuela 2002-2018



Fonte: Espacio Público, Informes (2002-2018)

Em 2009, talvez uma das maiores medidas na história contemporânea da mídia venezuelana tenha sido registrada. A Conatel ordenou a saída do ar de 32 estações e de dois canais de televisão, sob a alegação de que haviam violado a Lei de Comunicações. Esta situação ocorreu um mês depois do início de um processo administrativo que envolveria 245 estações de rádio e quatro estações de televisão devido a falhas na atualização dos dados (CHIRINOS, 2016).

Em março de 2013, o presidente Hugo Chávez morreu de ataque cardíaco em La Havana, Cuba, encerrando o ciclo de seu governo, mas deixando um importante modelo comunicacional estabelecido. No governo de Nicolás Maduro, iniciado em 2014, a figura do ex-Presidente continua a se repetir nos atos de Estado, nos discursos públicos, na programação dos canais do governo e comunitários.

Mesmo sem Chávez, o governo seguinte continua aprovando leis para manter as comunicações regulamentadas. Em 2017, entrou em vigor a Lei Contra o Ódio, pela Coexistência e Tolerância Pacífica. Em 2017, a Comissão Interamericana de Direitos

Humanos expressou em comunicado de imprensa a sua preocupação com a aprovação dessa lei, alegando que estabelecia sanções penais e poderes exorbitantes para censurar a mídia tradicional e a internet, contrariando as normas internacionais de liberdade de expressão. Esta lei não abrange apenas a mídia convencional, mas também as redes sociais. O Artigo 14 estabelece que “a disseminação de mensagens através de redes sociais e mídias eletrônicas que promovam a guerra ou estimulem a orientação nacional, racial, étnica, religiosa, política, social, ideológica, de gênero, sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e qualquer outra natureza que constitua incitamento à discriminação, intolerância ou violência é proibida”. Segundo a ONG Espacio Público (2018) entre janeiro e abril de 2018, a lei já foi usada oito vezes em casos envolvendo funcionários públicos, manifestantes judicialmente processados, membros da Igreja Católica e comunicadores.

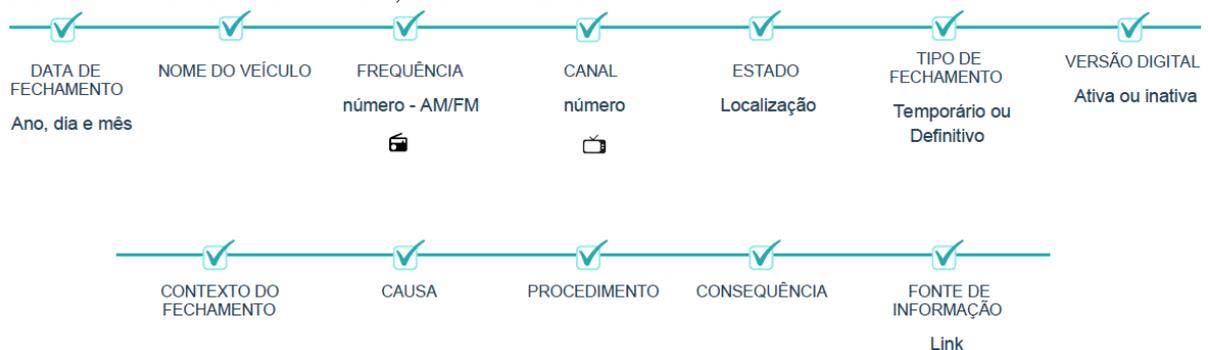
Esta é uma visão geral das diferentes transformações que a mídia venezuelana experimentou até a hoje. É visível como a mídia do Estado deixa de estar em segundo plano, para formar uma rede com grande impacto em vários segmentos da população. Isso revela a importância da mídia como instituição decisiva para o exercício da cidadania, pois é ela que consolida o consenso sobre o padrão político, define a agenda política e orienta os eleitores na escolha de seus governantes. Em alguns casos, tem maior força do que os próprios partidos políticos.

#### 4 ESTUDO DO FECHAMENTOS DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA VENEZUELA: METODOLOGIA

Para o estudo dos quatro meios de comunicação escolhidos (imprensa, rádio, televisão aberta e televisão digital), se criou uma base de dados digital e se selecionaram 12 categorias para obter as informações mais relevantes e realizar a análise. Como se mostra na Figura 11, estas categorias foram organizadas desde os dados mais básicos até os mais específicos, relacionados diretamente com as características de cada meio: 1) a data do fechamento (ano, dia e mês); 2) o nome do veículo; 3) a frequência e o dial (AM ou FM);

4) o número do canal (TV aberta ou DirecTV); 5) o estado onde se localiza o meio; 6) o tipo de fechamento: definitivo ou temporário; 7) se o veículo foi fechada possui uma versão digital (ativo ou inativo); 8) se existe um contexto específico em que se desenvolveu o fechamento; 9) a causa do fechamento; 10) o procedimento aplicado; 11) a consequência e 12) as fontes de informações consultadas para preencher cada categoria nos diferentes casos (link das notícias digitais, informes de instituições, tweets ou post de Instagram). Nos casos em que algumas destas informações não foram encontradas, a categoria foi preenchida na base de dados com a frase não especificada, abreviada como “n/e”. A base de dados bruta está disponível no seguinte link: (<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1DrPU42RgCX0ZBMjKC0xF7qQ-MTyQy37UFe87QJECHw/edit?usp=sharing>).

Figura 11 - Categorias do Banco de Dados dos meios de comunicação estudados: jornais, emissoras de rádio e TV aberta, e TV satelital



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

##### 4.1 Caso 1: O rádio e as leis mordças

A partir do ano 2000 com a aprovação da Ley de Telecomunicaciones (LOTEL) todas as emissoras venezuelanas passaram a depender do consentimento de Conatel, que inicialmente foi descrito como um órgão independente e adjunto ao Ministério de Obras

Públicas e Vivienda. Para os veículos estar ao ar, introduziram-se dois novos requerimentos: uma habilitação administrativa para poder operar em telecomunicações e uma concessão para obter uma frequência específica, com a possibilidade de sua renovação. Devido à nova regra, foi permitido que as emissoras existentes se apresentaram no escritório da Comissão no período de dois anos para se ajustar ao novo marco legal. Posteriormente à apresentação dos novos documentos exigidos pela lei e ao vencimento do prazo registraram-se casos de algumas emissoras que não receberam resposta – nem positiva, nem negativa – sobre o seu status. Este silêncio foi legalizado e amparado pela Ley de Telecomunicaciones (2000) em um dos seus artigos que expõe:

Se o órgão reitor ou a Comissão Nacional de Telecomunicações não se pronuncia dentro dos lapsos legalmente estabelecidos sobre a procedência ou não das solicitudes relativas à obtenção de habilitações administrativas e concessões, assim como qualquer outra solicitude realizada conforme ao estabelecido na presente Lei, tal silêncio se entenderá como uma negativa das solicitude formulada (GACETA OFICIAL no 36.920, 2000, art. 31).

O artigo não apresentou na lei outro artigo que contemplasse em contrapartida a possibilidade de que pelo menos os proprietários estivessem cientes das razões acerca da negação da solicitude quando se aplicasse o silêncio.

Apesar de a LOTEL defender princípios de transparência, assim como a Constituição Nacional em vigor e os padrões internacionais de direitos humanos que assinalam que todos os cidadãos devem receber atenção oportuna do Estado e ter acesso aos critérios das suas decisões, desde 2002 há vários casos de emissoras que no momento de receber as fiscalizações não recebem explicação das razões para a suspensão ou a negativa da outorga do espectro radioelétrico. Assim como também há casos de emissoras que somam anos de espera por alguma resposta a seus trâmites, supondo que existe algum atraso na instituição e aguardando que não cheguei uma ordem de fechamento. Mas baseados nesta nova legalidade, quando Conatel cala, o mais provável é que não outorga a permissão.

Em 1º de agosto de 2009, o presidente de Conatel e também Ministro de Obras Públicas, Diosdado Cabello, anunciou que abriria um procedimento relativo a 240 emissoras de rádio. No informe apresentado com os resultados deste processo foram encontradas irregularidades em 34 emissoras. Entre as razões citadas pelo texto estão as seguintes: “pessoas que compraram os veículos, mas não atualizaram os dados” ou casos em que “se entregou a concessão a duas pessoas e uma morreu e, igualmente, não atualizaram a informação”, assim como “latifúndios midiáticos” (ESPACIO PÚBLICO, 2010). Todos estes 34 veículos tiveram revogadas as concessões, apesar das infrações serem distintas. Entre as emissoras afetadas estavam as cinco estações do grupo Circuito Nacional Belfort (CNB), que

mantém uma linha editorial crítica ao governo de Hugo Chávez. Da sua programação fazia parte o programa de notícias e opinião, crítico ao Chavismo, *Aló Ciudadano*, que atingiu altos níveis de audiência no seu horário. Era transmitido em toda a rede de rádio e também na *Globovisión*, canal de notícias de sinal aberto.

Estes foram os primeiros fechamentos na rádio venezuelana que causaram pronunciamentos nacionais e internacionais por parte de organismos como o Colegio Nacional de Periodistas (CNP), o Sindicato Nacional de Trabajadores de Prensa (SNTTP), a Associação Latino-americana de Difusão (ALD), os Repórteres sem Fronteiras (RSF) e a Unesco, assim como também provocaram manifestações e ações dos diferentes setores da sociedade civil, devido a sua incompatibilidade com os valores democráticos.

No final de 2010 a LOTEL foi reorganizada, ampliando consideravelmente os poderes do Executivo Nacional sobre os meios de comunicação. Esta decisão causou nova controvérsia já que permitiu ao Estado liberdade para suspender as transmissões “quando o julgasse necessário para os interesses da nação, ou quando assim o exigisse a ordem pública ou a segurança” (GACETA OFICIAL nº 39.610, 2011, art. 209), passando por cima da Constituição Nacional que consagrou a preservação do direito à informação, inclusive em casos de estado de exceção (GACETA OFICIAL nº 39.610, 2011, art. 337). O artigo foi implementado um dia antes do golpe de Estado em 11 abril de 2002, quando os meios de comunicação dividiram suas telas com imagens dos acontecimentos violentos na capital e com o discurso do presidente Hugo Chávez. Por ordem do Executivo Nacional os principais canais de televisão do país foram retirados do ar durante algumas horas.

Com a reorganização também ficou em aberto a possibilidade de instalação de um monopólio estatal de rádio – “o Estado poderá reservar-se para si frequências em cada uma das bandas de radiodifusão sonora [...] compreendidas no Cuadro Nacional de Atribución de Bandas de Frecuencias (Cunabaf)” (GACETA OFICIAL nº 39.610, 2011, art.191).

À Ley de Telecomunicaciones (2010) somou-se a Ley de Responsabilidade Social de Radio y Televisión, aprovada em 2004 e reformada em 2011. Esta modificação enfatizou a proibição da difusão de mensagens que:

[...] incitem ou promovam o ódio e a intolerância por razões religiosas, políticas, por diferença de gênero, por racismo ou xenofobia; incitem ou promovam e/ou façam apologia ao delito; constituíam propaganda de guerra; fomentem soçobra na cidadania ou alteram a ordem pública; desconheçam às autoridades legitimamente constituídas; induzam ao homicídio; incitam o promovam o incumprimento do ordenamento jurídico em vigor (GACETA OFICIAL no 39.610, 2011, art. 27)

Até hoje este artigo é considerado um possível mecanismo de autocensura, já que alguns meios de comunicação poderiam deixar de difundir informação de interesse público

por medo de receber alguma punição, sobretudo nos momentos de conflitos políticos em que ocorrem protestos nas ruas, que no caso da Venezuela geralmente finalizam com distúrbios violentos. Entre as penalidades impostas pela Ley de Responsabilidad Social de Radio y Televisión (2011), em caso de violação deste artigo, estão “multas de até 10% do ingresso brutos causados no exercício fiscal imediatamente anterior a aquele que se cometeu a infração, e/ou suspensão de até 72 horas contínuas de suas transmissões” e em caso de reincidência a possibilidade de “revogação da habilitação administrativa e concessão” (GACETA OFICIAL nº 39.610, 2011, art. 29).

Durante os 14 anos de gestão do governo de Hugo Chávez, com o novo marco legal na área das comunicações, observa-se um novo arranjo da programação de distintas emissoras e a autocensura por parte dos meios que antes manifestavam abertamente opiniões contrárias ao governo. Progressivamente, várias figuras midiáticas importantes como Napoleón Bravo e Óscar Yanes tiveram que deixar seus espaços nos meios de comunicação por ordens da Conatel ou por decisão dos proprietários dos veículos com medo de possíveis represálias. Nestes anos também foi observado como alguns meios considerados estáveis e com opiniões contrárias ao Chavismo, como Últimas Noticias e Globovisión, foram comprados sem prévio aviso por pessoas não identificadas, mais tarde associadas ao Chavismo.

Especificamente no rádio, a LOTEL e a Ley de Responsabilidad Social de Radio y Televisión foram instrumentos utilizados para pressionar os meios de comunicação de forma “legal”, a fim de modificarem a grade de sua programação. Nos casos em que não se produziu este ajuste, a lei foi aplicada até resultar no fechamento das emissoras. No atual governo de Nicolás Maduro, o uso da lei continua sendo o principal método aplicado para os fechamentos das emissoras de rádio. Durante os seis anos de Maduro na Presidência, o número de emissoras fora do ar tem aumentado. Nos processos entre 2013 e 2019 existe ambiguidade sobre as causas destas decisões por parte da Conatel e de como foram utilizadas as leis, já que em alguns casos os proprietários assinalaram que não foram seguidos os devidos processos. Argumentam também que a decisão está relacionada a posições políticas diferentes.

#### 4.1.1 Resultados, emissoras fechadas: 77 FMs e 3 AMs

A análise do material mostra que no governo de Nicolás Maduro, entre janeiro 2013 e junho 2019 foram fechadas de forma definitiva 81 emissoras de rádio na Venezuela. A Tabela 1 lista os nomes dos veículos, as frequências e espaço no dial e o ano do fechamento. A coleta revelou que apenas três das emissoras fechadas são de amplitude modulada (AM): Cultural 1.190, que também transmite em frequência modulada (FM), RCR 750, e Radio Carora 640.

Os 78 canais restantes transmitiam apenas via FM. Nem o Conatel, nem a Câmara de Radiodifusão Venezuelana tem informação disponível sobre o número de emissoras AM e FM no país. Segundo Canelón (2014), no final de 2014, aproximadamente dois terços das emissoras no país eram FM e um terço AM. De acordo com essa estimativa de porcentagem, os fechamentos nas emissoras FM foram os mais significativos quantitativamente.

Tabela 1 - Emissoras de rádio fechadas - janeiro 2013 a junho 2019.

Ano	Nome do meio e Frequência e Dial			
2013	La voz del Orinoco 98.5 FM	Impacto 97.5 FM	Shamakina 101.1 FM	
	La Deportiva del Sur 99.9 FM	Calidad 98.3 FM	Fundación Radio Promesa 98.3 FM	
2014	Radio Sensacional 94.7 F	Omega 104.9 FM	Universitaria 106.5 FM	
2015	Radio Infinita 90.7 FM	Máxima 106.1 FM	Radio Chacarita 103. 7 FM	
	Wepa 97.3 FM	Sabor 103.5 FM		
2016	La Barinesa 92.7 FM	Especial 95.5 FM	Punto 94.7 FM	
	Sport 95.3 FM	Dinámica 100.9 FM	Llanuras Stereo 105.7 FM	
2017	Zafiro Stereo 101.3 FM	América 92.1 FM	Fabulosa 107.7 FM	
	Cojedeña 98.1 FM	Plata 105.7 FM	Órbita 100.5 FM	
	Glosa 97.5 FM	Sonido 104.3 FM	Luna 95.5 FM	
	Lo más criollo del llano 96.5 FM	Tropicalísima 92.9 FM	Radio Rumba Brava 95.1 FM	
	Hit 90.7 FM	Jet 95.3 FM	Península 93.3 FM	
	San José Obrero 97.7 FM	Studio 92.1 FM	Punto Fijo Stereo 93.7 FM	
	Extrema 92.5 FM	Dabajurreña 92.9 FM	Festiva 89.3 FM	
	Crepuscular 1011 FM	92.9 Tu FM	Mágica 99.1 FM	
	Corandes 101.3 FM	SKY 95.5 FM	Candela 98.3 FM	
	Santa Cruz 95.1 FM	Campešina 93.3 FM	Cultural 1.190 AM e 100.3 FM	
	Eros 89.3 FM	Divertida 104.7 FM	Sabor 89.9 FM	
	Auténtica 97.1 FM	Urbana 102.9 FM	La Reina 96.7 FM	
	Agua Viva 90.3 FM	Tentación 90.9 FM	Yara 104.3 FM	
	K-ndela 90.3 FM	Más Network 98.9 FM	Shaddai 101.9 FM	
	Mix 98.3 FM	Criollísima 104.9 FM	Paraíso 93.7 FM	
	Dinámica 93.9 FM			
	2018	Frontera 91.9 FM	Periquera 101.7 FM	Nuestra 101.7 FM
		Estúdio 96.7 FM	Súper 93.5 FM	
	2019	Criolla 92.9 FM	Tropical 99.7 FM	La Mega Hertz 96.5 FM
		Rumbera Network 94.7 FM	RCR 750 AM	Ambiente 96.1 FM
Radio Carora 640 AM		Éxitos 100.9 FM	Plus Radio 94.9 FM	
Rumbera Network 104.5 FM				

Fonte: Elaboração da autora, 2019

Apesar de na Venezuela as emissoras AM não serem maioria – já que não possuem um som claro – suas ondas conseguem chegar a lugares montanhosos e a comunidades mais carentes que geralmente estão localizadas em setores distantes do país. Portanto, ainda que a proporção de fechamentos AM seja baixa quantitativamente, ela é significativa devido ao alcance dessas emissoras. Adicionalmente, ao contrário das emissoras FM, as AM possuem uma programação com espaços mais abertos para denúncias relacionadas à crise atual, nos quais os ouvintes reportam temas como falta de água e eletricidade ou inclusive realizam pedidos de doações de medicamentos ou material médico. Exemplo disso são os programas *El Radar de los Barrios* e *Aquí se habla libertad* na RCR 750 AM.

#### 4.1.2 Impacto da Inestabilidade Social e Política

Desde as eleições antecipadas em 2013, em seguida à morte do Presidente Hugo Chávez, a situação de conflito social aumentou. A estreita margem dos resultados das eleições que deram a Presidência a Nicolás Maduro acentuou ainda mais a polarização venezuelana. De acordo com o CNE, Maduro atingiu 50.67% dos votos e seu concorrente, Henrique Capriles, perdeu por apenas 1.5 pontos de diferença. Além da ideia de governar um país dividido em duas partes iguais, cada uma com posições diferente, a piora da crise econômica e as poucas soluções apresentadas para a sua superação levaram as pessoas a protestar nas ruas desde então.

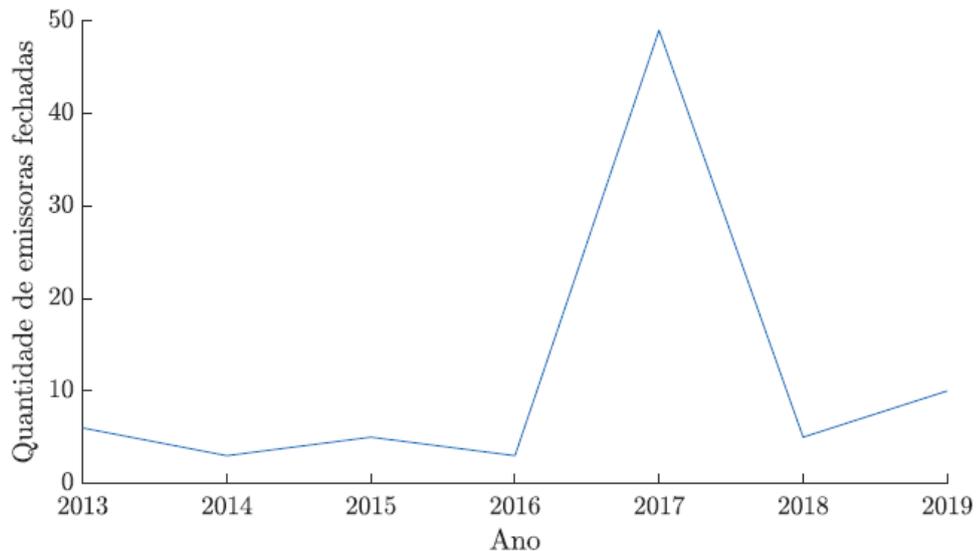
Segundo o Observatorio Venezolano de Conflictividad Social (2017) em 2017 foram registrados 134 dias seguidos de protestos, iniciados em 31 de março e finalizados no dia 20 de agosto, como consequência das sentenças nº. 155 e 156 anunciadas pela Sala Constitucional. Esta decisão transferiu as funções da Assembleia Nacional, com maioria de deputados opositores, à Sala Constitucional, o que gerou diversas manifestações de rua, pedindo o retorno ao Estado de direito. Ainda em 2017, em maio, foi aprovada a criação da Assembleia Nacional Constituinte pelo presidente Nicolás Maduro, sem referendo prévio, como determina a Constituição Nacional. No final do ano, o OVCS totalizou 9.787 protestos, causados por motivos como a ausência de institucionalidade democrática, a militarização, a crise econômica e política e a deterioração da qualidade de vida.

Como mostra a Figura 12, o ano de 2017 foi também o ano com mais fechamentos de emissoras de rádio no governo de Nicolás Maduro, atingindo 49 canais em vários estados do país. Observou-se que 31 dessas emissoras foram fechadas durante o período de protestos: no estado Barinas (6) entre os dias 26 e 31 de maio; no estado Cojedes (9) entre os dias 6 e 8 de junho, no estado Falcón (9) entre os dias 10 e 11 de abril, no estado Mérida (6) entre os dias 16 e 20 de agosto e no estado Lara (1) no dia 25 de julho.

O segundo ano com maior número de fechamentos foi 2019, com 10 emissoras encerradas. Cabe destacar que este número poderia aumentar, já que nesta investigação foram incluídos somente os primeiros seis meses de 2019 (janeiro a junho). Considerando o aumento dos fechamentos por parte da Conatel, vê-se que está relacionado com o aumento dos conflitos de rua, daí a probabilidade de o número ser maior, já que o OVCS (2019) indicou que no primeiro semestre desse ano foram contabilizados 10.477 protestos, mais do que em todo o ano de 2017.

Apesar de outros anos também terem registrados conflitos, com os movimentos sociais nas ruas guiados principalmente pela oposição, liderados pela Mesa da Unidad Democrática (MUD) e pelo Movimento Estudiantil, os fechamentos não foram tão elevados como em 2017 e 2019. Em 2013 foram fechadas seis emissoras de rádio; em 2015 e 2018 foram fechadas cinco emissoras em cada ano, e em 2014 e 2016 foram fechadas três emissoras em cada ano.

Figura 12 - Fechamentos de emissoras de rádio na Venezuela, janeiro 2013 - junho 2019.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

#### 4.1.3 Regiões e estados

A Venezuela é formada por 23 entidades federais e 1 dependência federal, integrada por 12 ilhas que não formam parte dos outros estados. Estes estados estão agrupados em 9 regiões político-administrativas: Insular, Capital, Andina, Los Llanos, Oriental, Guayana, Central, Occidental e Zulia. De acordo com a Figura 13, as regiões com maior número de fechamentos de emissoras de rádio foram as mais afastadas da capital: a Região Occidental, onde foram afetados os estados de Falcón (9), Lara (3) e Yaracuy (14), somando 26 fechamentos; a Região de Los Llanos, onde foram afetados os estados Guárico (1), Apure (4) e Barinas (10); e a Região Andina, onde foram afetados os estados Mérida (7) e Táchira (7). Nessas três regiões, diferente da região da Capital onde estão localizadas as sedes dos poderes públicos e a maioria das instituições do Estado, têm racionamentos de água, problemas de eletricidade e escassez de alimento básicos com maior frequência. A Região Andina tem sido afetada pela militarização, pelo fato de ser o caminho principal para os venezuelanos que

procuram chegar à fronteira colombiana para abastecer-se de alimentos ou em busca de migração para os países vizinhos<sup>22</sup>.

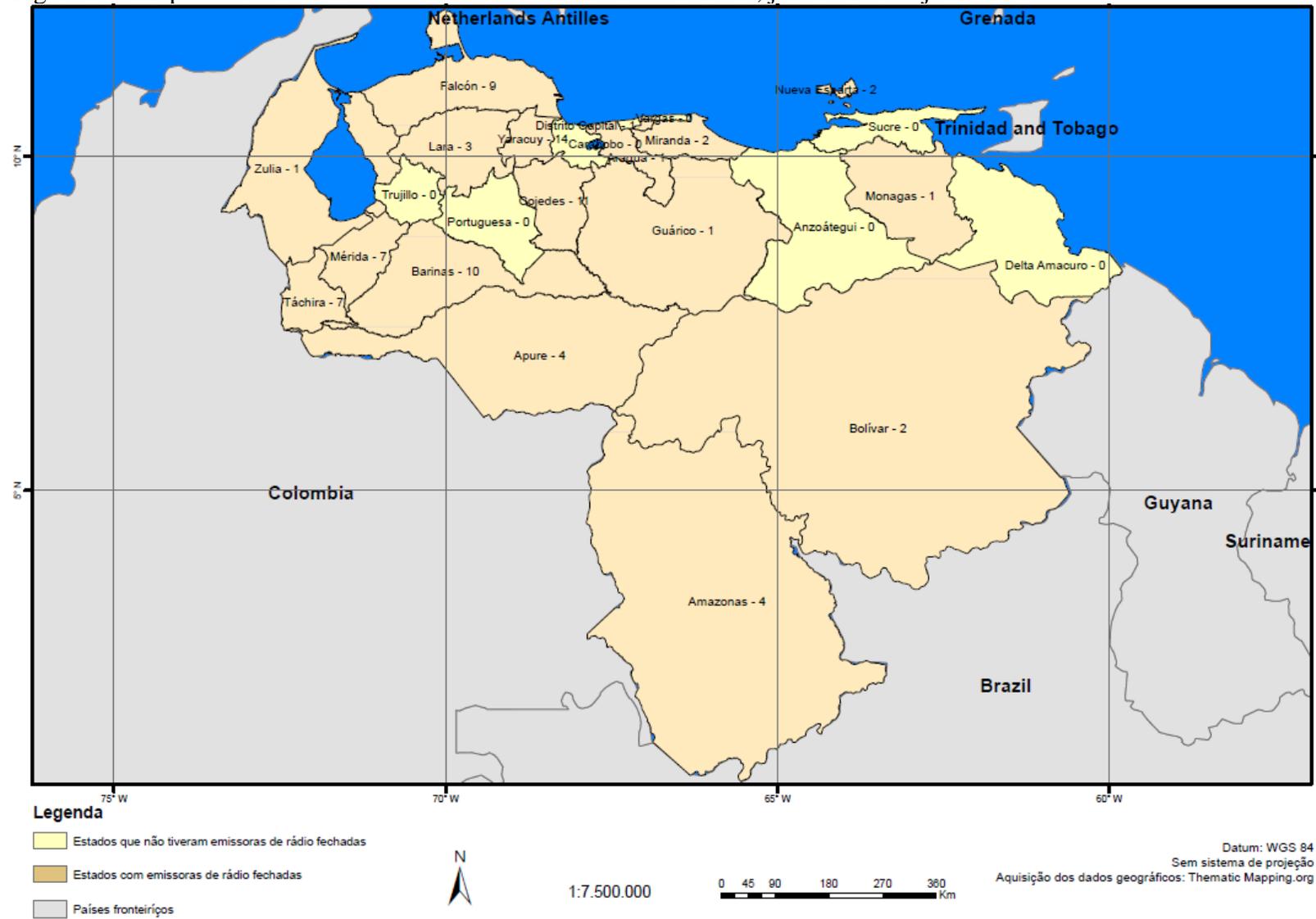
Também se observa que na Região Central foram fechadas emissoras nos estados Aragua (1) e Cojedes (11), com um total de 12 veículos fora do ar; enquanto na Região Guayana foram fechadas emissoras nos estados de Amazonas (4) e Bolívar (2), totalizando seis veículos fora do ar. Particularmente, a região guayanesa é a maior em quilômetros quadrados na Venezuela, mas é pouco povoada porque parte do seu território é formada por parques nacionais e reservas de povos indígenas. Assim como a Região Andina, é uma das zonas mais afetadas pela crise e encontra-se militarizada porque um dos seus estados faz fronteira com o estado de Roraima no Brasil, outro ponto de emigração venezuelana<sup>23</sup> As regiões menos afetadas foram as seguintes: a Insular, com duas emissoras fechadas no estado Nueva Esparta; a Capital, com uma emissora fechada no Distrito Capital e duas em Miranda; a Oriental, com uma emissora fechada no estado Monagas; e a Zuliana com uma emissora fechada no estado de Zulia. Em todo o território venezuelano, apenas sete estados não registraram fechamentos definitivos: Trujillo, Portuguesa, Carabobo, Vargas, Anzoátegui, Sucre e Delta Amacuro. Tiveram, no entanto, alguns fechamentos temporários.

---

<sup>22</sup> De acordo com o informe *Migración desde Venezuela a Colômbia* do Banco Mundial (2018), aproximadamente 1.235.593 pessoas têm ingressado a Colômbia desde Venezuela com intenção de permanência. Adicionalmente, em promedio 45.000 venezuelanos com as Tarjetas de Movilidad Fronteriza (TMF), expedidas para facilitar o fluxo pendular ordenas desde Venezuela, cruzam a diário a fronteira com Colômbia para adquirir medicamentos, aceder a serviços de educação e saúde, ou realizar compras nas áreas fronteiriças, retornando depois a seus hogares na Venezuela.

<sup>23</sup> Segundo os dados da OEA, em outubro de 2019 se registraram dentro do território brasileiro a migração de 170.000 venezuelanos (INFOBAE, 2019).

Figura 13 - Mapa dos fechamentos de emissoras de rádio na Venezuela, janeiro 2013 - junho 2019.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

#### 4.1.4 Causas por trás dos fechamentos

Como mostra a Figura 14, a principal causa dos fechamentos neste período foi “funcionamento sem concessão”, o que representa 28.4% do total de emissoras fora do ar. Segundo declarações de representantes da Conatel realizadas nos meios de comunicação, as seguintes 23 emissoras foram fechadas por operar de forma clandestina: La Deportiva del Sur 99.9 FM, Shamanika 101.1 FM, Fundación Radio Promesa 98.3 FM, Omega 104.9 FM, Radio Chacarita 107.3 FM, Máxima 106.1 FM, Órbita 100.5 FM, Golosa 97.5 FM, Sonido 104.3 FM, Luna 95.5 FM, Lo más criollo del llano 96.5 FM, Radio Rumba Brava 95.1 FM, Tropicalísima 92.2 FM, Corandes 101.3 FM, SKY 95.5 FM, Candela 98.3 FM, Campesina 93.3 FM, Studio 92.1 FM, Paraíso 93.7 FM, Dinámica 93.9 FM, Tropical 99.7 FM, Plata 105.7 FM e Wepa 97.3 FM. A maioria dos proprietários, porém, apresentaram outra versão dos fatos, na qual indicaram que tinham entrado em contato com a instituição para obter a concessão. Inclusive o próprio Conatel já havia inspecionado o local em uma ou várias ocasiões e também registrado que cumpriam com as condições e que em pouco tempo receberiam a permissão, mas esta nunca foi outorgada.

Na execução da ordem de saída do ar das emissoras, alguns proprietários tampouco receberam a ordem judicial necessária. Cabe destacar que neste grupo estão emissoras que iniciaram suas transmissões há apenas sete meses, assim como emissoras com até seis anos de trajetória. A segunda causa corresponde à “não adequação com o marco legal atual, não especificada (n/e)” e representa 16.0% do total das emissoras fechadas. De acordo com a Conatel, os seguintes 13 veículos violaram a Ley de Telecomunicaciones: Divertida 104.7 FM, Sabor 89.9 FM, Auténtica 97.1 FM, Urbana 102.9 FM, La Reina 96.7 FM, Agua Viva 90.3 FM, Tentación 90.9 FM, Yara 104.3 FM, K-andela 90.3 FM, Mas Network 98.9 FM, Shaddai 101.9 FM, Mix 98.3 FM e Criollísima 104.9 FM.

O tipo de infrações cometidas não foi explicado no momento da inspeção. Em alguns casos foi pedido aos proprietários que fossem aos escritórios localizados em Caracas para obter respostas sobre os equipamentos e o processo. Nesta categoria, apenas cinco emissoras não tiveram os equipamentos confiscados (Más Network, Rumbera, Shaddai, Mix e Criollísima), mas receberam ordem para cessar temporariamente a transmissão. Segundo declarações da diretora da Shaddai (Rosa Vides) e do gerente da Criollísima (José Morales), o governador do estado de Yaracuy, Julio Heredia, militante do partido do governista PSUV, autorizou a volta das emissoras ao ar. No entanto, até o momento nenhuma ordem escrita foi apresentada, assim como a Conatel não outorgou concessões ou renovações.

A terceira causa de fechamento de emissoras foi “instigação”, representando 9.9% do total ou oito emissoras. O primeiro caso registrado deste tipo foi em 2016, na emissora Punto 94.7 FM em Mérida. Em dias anteriores ao período de manifestação da “Toma de Caracas”, os diretores e locutores compartilharam em um grupo privado de WhatsApp uma mensagem de áudio que mais tarde chegaria às redes sociais e que dizia: “Há que sair às ruas armados, porque eles estão armados [...]”, referindo-se aos simpatizantes do governo. Dois dias depois foram fechadas por “apologia do delito e instigação a delinquir”.

Outros casos nesta mesma categoria foram registrados depois de 26 de maio de 2017, quando o Diretor Geral da Conatel, Andrés Eloy Méndez, informou que 70% das emissoras no país “instigavam a guerra e o ódio”. Durante três dias foram realizadas várias inspeções no estado de Barinas que resultaram nos seguintes fechamentos: Sport 95.3 FM, Dinámica 100.9 FM, Llanuras Stereo 105.7 FM, Zafiro Stereo 105.7 FM, América 92.1 FM e Fabulosa 107.7 FM.

O último caso registrado ocorreu em 2018 no estado Barinas, na emissora Nuestra 100.7 FM, igualmente fechada por “instigação ao ódio e a assassinatos”. Na semana anterior ao fechamento o locutor Albert Torres havia feito o seguinte comentário ao ar: “O cachorro que conduz o país se chama Nicolás Maduro. Morto o cachorro, acaba-se a raiva”.

A quarta causa de fechamento foi a “não renovação da concessão”, que abrange 9.9% do total das emissoras fora do ar. Este grupo contempla emissoras que estiveram operando com a concessão vencida até por 12 anos. Segundo a Conatel, os oito veículos não finalizaram o processo devido a algum problema na documentação requerida para o processo. Apesar de ser esta a resposta oficial, todos os proprietários ou porta-vozes das emissoras declararam em diferentes oportunidades que a defasagem no processo se deve ao órgão concessionário, pois continuaram pagando os impostos e encaminhando pedidos de renovação cada ano.

A proprietária da emissora Sensacional 94.7 FM, Alcy Torrealba, o advogado da emissora La Barinesa 92.7 FM, Jesús Archila, como também a Câmara Venezuelana da Indústria de Radiodifusão, afiliada à emissora Radio Infinita 90.7 FM, declararam que realizaram os trâmites necessários e estavam esperando a resposta da instituição, mas a ordem do fechamento chegou antes. Igualmente as seguintes emissoras tentaram renovar suas concessões sem êxito: RCR 750 AM durante 17 anos, Tú 92.9 FM durante 12 anos, Estudio 96.7 FM durante nove anos, e Eros 89.3 FM durante um ano. De igual forma, o diretor da emissora Super 93.5 FM, Gustavo Vecino, declarou que durante 11 anos a Conatel realizou as inspeções necessárias e não fez nenhuma sugestão à emissora, nem renovou a permissão, apesar de a documentação e os pagamentos estarem em dia.

Destas oito emissoras fechadas por operar com a concessão vencida, cinco foram ocupadas de maneira imediata por outras operadoras, o que impossibilitou recuperar a frequência, no caso de interpor um recurso legal da decisão e conseguir a sua invalidação, como indica La Ley de Telecomunicaciones. Apesar de o procedimento para a aprovação da exploração do espectro radiofônico e os preparativos técnicos requerem pelo menos algumas semanas, as localizações no dial destas emissoras fechadas foram ocupadas o mesmo dia: a) o dial 94.7 FM foi ocupado pela emissora Radio Popular, tendo como comprador a Adán Chávez, governador do estado Barinas e irmão do ex-Presidente Hugo Chávez; b) o dial 92.9 FM foi ocupado pela emissora Corazón Llanero, que iniciou como um canal estatal de Televisão Digital Aberta (TDA) da CANTV e depois, por ordem da Conatel, passou a transmitir em todas as operadoras de TV a cabo do país e atualmente está sob a direção do Tenente Capitão Juan Escalona, que foi assistente militar de Hugo Chávez; c) o dial 96.7 FM foi ocupado pela emissora comunitária Rebelarte, administrada pelo Coletivo Professor Gerardo Pérez; d) o dial 89.3 FM foi ocupado pela emissora Andes dirigida por Ronny Roa; e) o dial 90.7 FM foi ocupado pela Radio Mágica

A quinta maior causa de fechamentos foi “administrativa, não especificada (n/e)”, representando 8.6% do total das emissoras fora do ar. Nos sete casos registrados, os equipamentos das emissoras foram confiscados pela Conatel e as transmissões foram cessadas como uma medida cautelar. No entanto, não se especificou o tipo de problema e até hoje não houve qualquer resposta aos proprietários. Todas as emissoras foram fechadas em 2017, no estado de Falcón: 1) Jet 95.3 FM, dirigida ao público adulto-contemporâneo, 2) Península 93.3 FM, com programação de tipo informativa e de entretenimento, 3) San José Obrero 97.7 FM, de tipo musical variada, 4) Punto Fijo Stereo 93.7 FM, de tipo musical variada, 5) Extrema 92.5 FM, dirigida a público adulto-jovem, 6) Dabajurenã 92.9 FM, de tipo informativa, e 7) Festiva 89.3 FM, de tipo informativa.

A sexta causa de fechamento de emissoras foi “violência”, que representa 8.6% do motivo apresentado ao total de emissoras que saíram do ar de forma definitiva. Aqui existem dois tipos de agressões: o “incêndio das instalações” em seis emissoras e o “roubo dos equipamentos” em quatro emissoras.

É este o grupo de emissoras que saíram do ar depois de “incêndio em suas instalações”: 1) a emissora comunitária Calidad 98.3 FM do estado Cojedes. Sua programação era de tipo variada e estava conduzida por 30 produtores independentes do estado Cojedes, e sua linha editorial era a favor do governo; 2) a emissora Universitária 106.5 FM, era parte da Universidade de Los Andes (ULA), localizada no estado Mérida, que desde seu início tem um

dos principais movimentos estudantis do país. No governo de Hugo Chávez e Nicolás Maduro tem participado em a maioria dos protestos, principalmente desde os primeiros cortes de seu orçamento anual. A Universitária manteve uma programação variada, focada em temas educativos e informativos; 3) a emissora comunitária Crepuscular 101.1 FM faz parte da Comuna Socialista Ataroa, localizada no estado Lara. Depois do incêndio foi encontrado um papel com ameaças de morte ao seu diretor e dirigente político do PSUV, Alcides Mavare. Todos estes delitos foram cometidos à noite ou na madrugada. Até hoje as autoridades não encontraram os culpados.

O segundo grupo saiu do ar por “roubo de equipamentos” e outros materiais: Frontera 91.9 FM, Periquera 101.7 FM, Radio Carora 640 AM e Éxitos 100.9 FM. Entre os objetos furtados estão aqueles indispensáveis para a emissora se manter no ar: transmissores, links de recepção, transformadores de modulação, tubos transistores, recargas e a caixa de sintonia, além de outros que fazem parte das instalações: aparelhos de ar condicionados, cabeamento, os no-breakers e o quadro elétrico.

A sétima causa é “confusa” e representa 6.2% do total dos fechamentos das emissoras. Nestes casos, geralmente a ordem da Conatel apresenta informação contrária às declarações dos funcionários do governo e também contraria as declarações dos porta-vozes ou proprietários das emissoras.

Os cinco casos nesta categoria são: 1) A emissora La Voz del Orinoco 98.5 FM, com 27 anos de transmissões. Segundo a Diretora da rádio, Leidy Seijas, depois de uma inspeção da Conatel, na qual não se encontraram irregularidades, a advogada da comissão entregou um documento que indicava que a emissora seria fechada por clandestinidade. No dia seguinte, o Ministro de Turismo declarou que a rádio saiu do ar por ser “fascista” e “chamar à desobediência civil”; 2) No estado de Amazonas a emissora Impacto 95.7 FM foi fechada por suposta “ilegalidade”. Não obstante, o administrador César Fernández indicou que os documentos estavam atualizados. No dia da inspeção para lacrou os equipamentos e cessou as transmissões não havia pessoal na emissora, para entrar quebraram os cadeados das instalações; 3) em Uputa foi fechada a emissora Especial 95.5 FM, também por suposta “ilegalidade”. Segundo o proprietário e também deputado da Assembleia Nacional, Americo de Grazia, a concessão foi outorgada em 1992 pela mesma Conatel a seu sócio, Augusto Corrales. Até hoje não deixou de apresentar qualquer documento, assim como de pagar os serviços básicos e impostos; 4) na emissora Criolla 92.9 FM, no dia da inspeção a Conatel informou que estava sendo fechada por falta de permissão. Mas o proprietário José Galindo declarou estar com a documentação atualizada. Também mencionou que em várias

oportunidades recebeu ameaças pública do prefeito do município, vinculado ao PSUV, sobre a possibilidade de fechar a emissora porque ela apresentava ideias contrárias na sua programação; e 5) a emissora Nueva Mágica 99.1 FM que está com a concessão vencida, mas segundo o vice-presidente da emissora, Ron Pedrique, a razão da saída do ar na ordem da Conatel baseou-se em alegação de que o veículo “era um monopólio”, apesar de os seus donos possuírem apenas esta emissora local, sem outras frequências associadas, mas com concessão vencida. O dial da emissora foi ocupado rapidamente pela emissora Vinotinto FM.

A oitava causa é “não especificada”, e representa 4.9% dos motivos de fechamento das emissoras. Estas quatro emissoras receberam a visita da Conatel, que fez o confisco dos equipamentos e ordenou a paralisação das transmissões sem dar detalhes do motivo da penalidade. Os proprietários assumem que existem fatos políticos que levaram à decisão dos fechamentos.

Neste grupo encontrou-se o seguinte: 1) a emissora La Mega Hertz 96.5 FM pertencia ao deputado de oposição Luis Lippa. De acordo com a produtora Saday Flores, a Conatel monitorava a programação constantemente pois recebiam ligações com pedidos de mudanças em vários programas, inclusive aqueles não dedicados à política. Existia uma censura prévia ao conteúdo; 2) a emissora Rumbera Network 106.5 FM, do estado Cojedes, recebeu uma notificação da Conatel pelo programa do deputado de oposição Luis Parra. Apesar de saber o motivo, se desconhece que regras o programa estava violando. O operador Rafael Villanueva foi preso por se negar a entregar as chaves da emissora antes de chegar algum supervisor; 3) uma semana antes do seu fechamento, a emissora Rumbera Network 94.7 FM, do estado Yaracuy, havia recebido ameaças do prefeito do município - José Rivas, partidário do PSUV - que na sua conta Instagram ameaçou fechar a emissora se não mudasse a grade de programação e seus jornalistas. “Não queremos que aconteça o mesmo que em Cojedes”, disse o prefeito, referindo-se a outra emissora da mesma rede de rádio fechada recentemente; e 4) no momento em que a emissora Rádio Plus recebia a Conatel para uma inspeção, o jornalista Moisés Ulloa enviou uma mensagem via WhatsApp informando sobre a visita. Horas depois recebeu a ordem de apagar o comunicado, mas como não a acatou foi retirado da emissora.

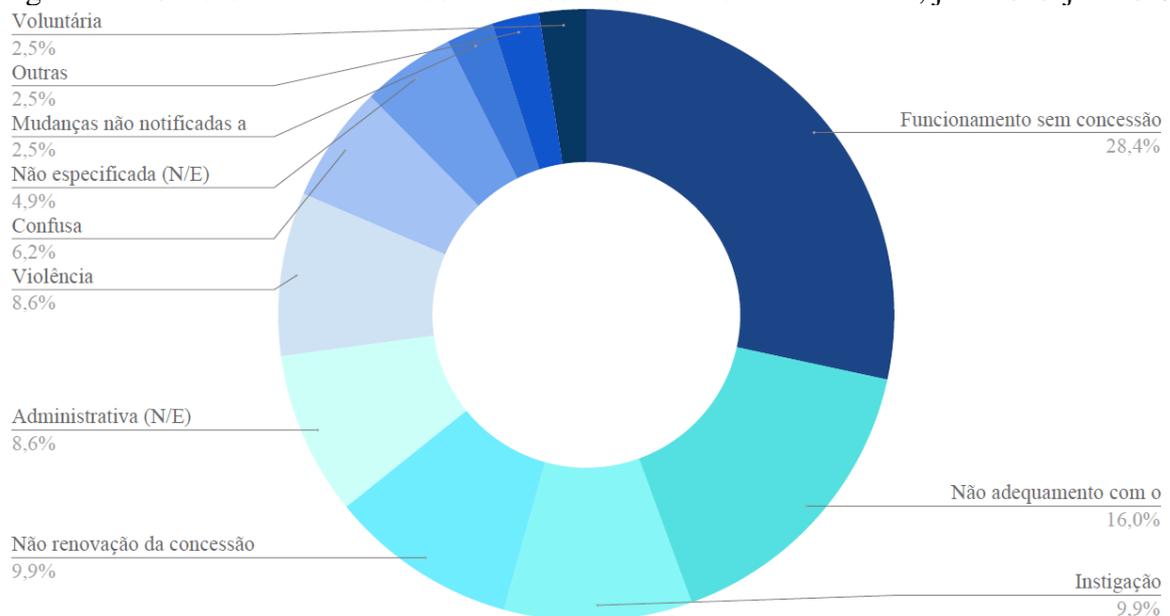
A nona causa é “mudanças não notificadas à Conatel” e representa 2.5% do total das emissoras fechadas. Aqui apenas dois casos foram identificados: a emissora Hit 90.7 FM, que mudou de municipalidade sem informar, e a emissora Ambiente 96.1 FM, na qual o nome do responsável não coincide com o nome indicado na ata e em outras documentações.

A décima causa é “voluntária” – os diretores decidiram fechar motivados pelo medo de perder equipamentos depois de alguma inspeção de Conatel, como ocorreu com a maioria das emissoras mencionadas antes. Neste caso foram dois veículos: Santa Cruz 95.1 FM e Sabor 103.5 FM, que representam 2.5%.

Encontraram-se dois casos diferentes dos anteriores e classificados na categoria “outras causas” e representam 2.5% do total das emissoras fechadas. O primeiro fechamento está relacionado a um problema de eletricidade, que causou danos aos equipamentos e deixou fora do ar a Cojedenã 98.1 FM. Não se encontraram registros de que a emissora retornou ao espaço radiofônico. O segundo caso de fechamento está relacionado ao pedido que a Conatel fez à emissora Cultural 103.FM para que devolvesse o transmissor, já que era um empréstimo. Esta decisão não tem precedentes, pois os transmissores e inclusive alguns equipamentos são outorgados pela Conatel, sobretudo às emissoras comunitárias.

Na maioria dos procedimentos realizados pela Conatel, os funcionários se dirigiram ao local em companhia de grupos de segurança nacional armados, especificamente a Guarda Nacional Bolivariana (GNB). Alguns trabalhadores relataram que também foram acompanhados por grupos do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) ou inclusive coletivos, que aguardaram fora das instalações até finalizar o processo. Apesar de se tratar de um procedimento administrativo regular que não requer o uso da força, em alguns casos a GNB ordenou fechar as ruas nas proximidades das estações de rádio e proibiu a saída de qualquer pessoa que estivesse dentro da emissora.

Figura 14 - Causas de fechamentos de emissoras de rádio na Venezuela, jan. 2013-jun 2019



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

As visitas têm detido trabalhadores das emissoras que se negam a parar a transmissão até ser autorizados por seus superiores ou pelos donos dos veículos, que geralmente não estão nas instalações. O horário em que se realizam as inspeções nem sempre respondem ao horário comercial, com casos registrados às 21h, quando não há ninguém nas instalações, observando-se assim que também é possível a execução da ordem forçando a segurança do local.

#### 4.1.5 Poucas emissoras no streaming

De acordo com a Figura 15, pelo menos 70.4% das emissoras de rádio que foram fechadas “não possuem meios digitais” com transmissões ao vivo. Isto quer dizer que 59 veículos interromperam suas transmissões e não continuaram a operar na indústria midiática de forma definitiva. No entanto, também se notou que um grupo nesta categoria continua transmitindo notícias nas suas regiões através das redes sociais das emissoras, principalmente via Twitter.

As emissoras restantes têm meios digitais ou em algum momento tiveram, mas uma parte não conseguiu manter estes sites – 18.5%, o que representa 15 emissoras do total, estão com “servidor inativo”. Estes veículos mantêm publicado nos perfis das suas contas nas redes sociais o link do site, mas no momento da navegação a página mostra a mensagem “estamos tendo problemas para encontrar este site” ou o usuário é redirecionado automaticamente a outro endereço web de publicidade. Estes casos poderiam estar relacionados à inviabilidade de pagar o custo mensal do domínio e a hospedagem web, que algumas vezes são cobrados em dólares<sup>24</sup>

Por outra parte, 6.2% do total das emissoras fechadas possui meios digitais mas o “*streaming*<sup>25</sup> inativo”. Realizou-se um seguimento destas 5 emissoras para conhecer tratava-se apenas de falhas temporárias, mas em um lapso de cinco meses (entre junho e outubro 2019), não retomaram as transmissões, nem publicaram conteúdo nas suas redes sociais. Neste período, tampouco foram encontradas notícias digitais que explicassem os motivos pelos que

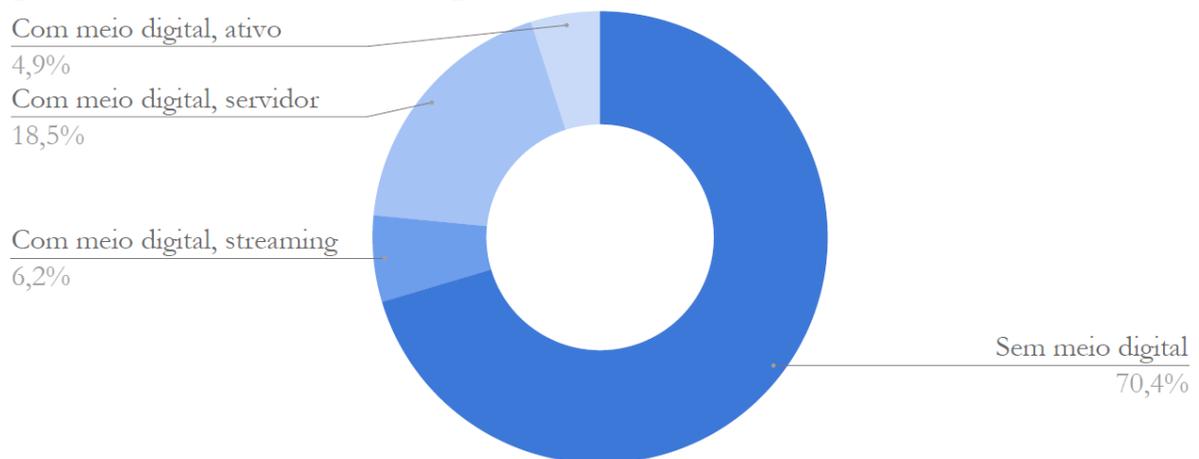
<sup>24</sup> De acordo com os preços publicados na página web (<https://www.onlydomains.com/>) o preço dos domínios “co.ve” e “com.ve” anual está em 99 US\$, o que equivaleria hoje a aproximadamente 13 salários mínimos na Venezuela; e segundo o site (<https://www.serviciohosting.com>), o alojamento dentro de um servidor anual está em 33.6 US\$, o que seria quase 5 salários mínimos neste país (EFECTO COCUYO, 2019).

<sup>25</sup> Segundo o Oxford Learner’s Dictionaries (2019) o streaming é um método de envio ou recebimento de dados, especialmente vídeo, por uma rede de computadores.

saíram do ar. É importante mencionar que para reproduzir um vídeo ao vivo é preciso contar com uma conexão estável<sup>26</sup>.

Apenas 4.9% das emissoras fechadas continua ao ar no formato digital. Entre as emissoras que não interromperam sua operação estão a Dinámica no estado Nueva Esparta, que possui um aplicativo no Google Play que leva o mesmo nome do veículo; a Paraíso, no estado Nueva Esparta mediante seu site (<http://www.paraismargaritafm.com.ve/>), e Urbana no estado Yaracuy, através do portal digital (<http://urbana102fm.com.ve/>), todas dedicadas a entretenimento, com programação focada em música e temas variados. Assim mesmo, a emissora RCR continua transmitindo pela página web (<https://rcr.tv/>). Sua programação continua sendo informativa, e mantém linha editorial crítica ao governo de Nicolás Maduro.

Figura 15 - Emissoras com meios digitais fechadas



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

#### 4.1.6 Roubos e cortes de eletricidade: Fechamentos temporários

Apesar que desta investigação focar os meios de comunicação com fechamentos definitivos, durante o trabalho de campo observou-se que entre 2017 e 2019 houve um total de 12 emissoras que saíram do ar temporariamente. Embora a maioria dos casos correspondem a emissoras que estiverem sem transmissões por três ou dias contínuos, também há outros casos que somaram 15 dias sem transmissões. A Tabela 2 resume os nomes desses veículos, as frequências e a localização no dial, e os lapsos dos fechamentos que puderam ser encontrados. Deste grupo, três meios transmitem via AM e nove via FM.

<sup>26</sup> De acordo com a ONG Estrategia Ciudadana no seu informe “Calidad de internet en Venezuela, la censura invisible”, o país conta com 1.36 megas de velocidade para a navegação. Colocando-se por baixo do Internet na Cuba e no Iraque. Com esta velocidade, uma película de 5 Gigas demoraria aproximadamente 8 horas em descarregar-se (MADURADAS, 2019).

Tabela 2 - Emissoras de rádio fechadas temporariamente: janeiro 2013-junho 2019.

Ano	Periodo	Nome do meio e Freqüência e Dial
2017	N/E	Caracas 107.3 FM Oasis 100.7 FM Universal 95.9 FM Sonora 105.9 FM
	2-8 setembro	Radio Fe y Alegría 1390 AM
	21-25 junho	Radio Fe y Alegría 92.1 FM Chévere 97.5 FM Radio Fe y Alegría 97.5 FM
	17-19 maio 15-17 fevereiro	Gigante 98.3 FM Rádio Mundial 860 AM
2019	N/E	Trujillo 102.5 FM Rádio Minuto 790 AM

Fonte: Elaboração da autora, 2019

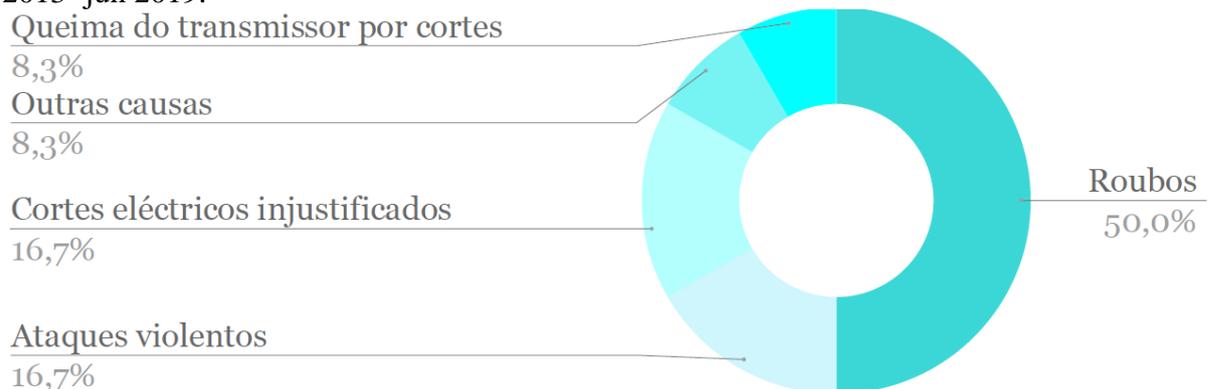
Cabe destacar que na categoria “fechamentos temporários” não estão incluídos os meios que saíram do ar por cortes de energia elétrica, resultado do plano de racionamento geral aplicado pelo Estado, ou por apagões gerados pela crise eléctrica<sup>27</sup>, já que estes episódios são constantes em vários estados do país, inclusive até nos diários, o que impossibilita realizar um levantamento preciso. Como mostra a Figura 16, a causa principal destes “fechamentos temporários” foi “roubo de equipamentos”, o que representa 50.0% do total. Entre estes casos estão quatro emissoras no estado de Aragua, que compartilhavam instalações: Caracas 107.3 FM, Sonora 105.9 FM, Oasis 100.7 FM e Universal 95.9 FM. Em 30 de julho de 2017, estes veículos ficaram fora do ar devido ao corte dos cabos elétricos, pelo roubo da potência e do link. De acordo com o comunicado oficial da emissora Caracas, durante 2017 essas emissoras foram roubadas dez vezes. Outros dois casos similares foram registrados nos seguintes veículos: a Radio Fe y Alegría 1390 AM no Distrito Capital, na qual foi roubado o transmissor; e a Radio Fe y Alegría 97.5 FM em Lara, na qual roubaram “dois computadores com seus monitores, mouses e teclados, cartão e processador de áudio e micro-ondas da área”. Todos os casos foram denunciados, mas os culpados não foram encontrados.

<sup>27</sup> Desde o ano 2013 tem se registrado apagões na Venezuela. No entanto, o falha eléctrica mais longa registrada na história do país ocorreu o 7 de março de 2019, e teve uma duração entre 5 e 7 dias sem luz, nos estados afetados. Como consequência algumas regiões tiveram problemas na área de saúde, indústrias, transporte, e os serviços de água. Também, reportaram-se problemas nas linhas telefônicas e bloqueios em 19 portais informativos (ALVARADO et al., 2019). Segundo dados de Net Blocks (2019), 96% dos usuários não conseguiram usar a internet nesses dias. Igualmente, os meios de comunicação sem gerador eléctrico suspenderam suas atividades. A versão oficial respondeu a uma possível “sabotagem” na principal Hidroeléctrica, por parte da oposição o os Estados Unidos.

A segunda causa de fechamento temporário foram os “ataques violentos”, que correspondem a 16.7% do total das emissoras. O primeiro ataque foi contra a emissora Radio Mundial 860 AM, localizada em Táchira, na qual cortaram os cabos do link do transmissor e destruíram parte das antenas que transmitem o sinal ao dial. Não houve roubo de equipamentos, mas a programação foi afetada pela falta do material necessário para a rádio se manter no ar. A emissora se identifica como pró-governo. O segundo ataque foi contra a emissora Trujillo 102.9 FM, com o registro de ataque ao transmissor com cinco bombas molotov. Essa situação ocorreu nos últimos dias de um apagão elétrico registrado em quase todo o país. A emissora foi a única a conseguir transmitir durante os dias em que o estado permaneceu sem luz. Sua programação é dedicada a opinião e informação.

A terceira causa de fechamento temporário está associada a “cortes elétricos injustificados” e também representa 16.7% do total das emissoras fechadas. Em 21 de junho de 2018, uma equipe da Corporación Eléctrica Nacional (Corpoelec) deixou fora do ar as emissoras Radio Fe y Alegría 92.1 FM e Chévere 97.5 FM, ambas de Delta Amacuro, devido a um corte de energia. Segundo o diretor da Radio Fe y Alegría, consultados os técnicos da Corpoelec eles responderam que o procedimento era “por ordens superiores”. O comércio e moradias que estão nas proximidades das instalações das emissoras não tiveram cortes. Em 2006, a emissora Fe y Alegría também havia sofrido corte de luz durante uma onda de saques nos comércios de Tucupita.

Figura 16 - Causas dos fechamentos temporários de emissoras de rádio na Venezuela, jan. 2013- jun 2019.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A quarta causa de fechamento temporário foi “queima do transmissor por cortes de energia”, que afetou a Rádio Minuto 790 AM do estado Lara. O problema foi sanado, mas a qualquer momento poderia estar fora do ar por outras razões. De acordo com seu diretor, Freddy Andrade, a emissora possui um gerador que funciona a gás. Mas atualmente o gás é

produto difícil de adquirir tanto pelo preço como pela sua escassez. Em consequência disso, a emissora reduziu o tempo de transmissão a três blocos: de 6h às 9h, de 12h às 15h e de 17h às 19h.

A última causa de fechamento temporário foi identificada como “outra” porque não foi encontrado qualquer caso similar. Em 17 de maio de 2017, a emissora Gigante 98.3 FM recebeu uma ordem do Corpo de Bombeiros de Lagunillas que determinava o fechamento da emissora por três dias. A ordem estabeleceu que a medida foi tomada por “desacato” à instituição dos bombeiros. A medida suspendeu as transmissões, fechou o escritório administrativo e uma multa de 250 Unidades Tributárias (UT) pela “ausência injustificada à citação por parte do proprietário, administrador e responsável da Estação”. É importante mencionar que segundo as leis de comunicação venezuelanas, estas sanções apenas deveriam ser aplicadas por Conatel.

Dos 11 casos registrados, três são de emissoras que pertencem à Agência Informativa Radio Fe y Alegría. Esta organização foi fundada em 1955 na Venezuela por jesuítas da Universidade Católica Andrés Bello (UCAB). Hoje conta com sedes em vários países da América Latina. Inicialmente começou como um centro educativo nos lugares mais carentes, depois incorporou as emissoras de rádio principalmente nos setores com dificuldades de acesso à informação. A agência possui 26 frequências no país, alguns localizadas perto de fronteiras e de áreas de população indígena. Sua programação está focada na informação, assim como nas denúncias feitas por habitantes das regiões onde operam. No governo de Nicolás Maduro se intensificaram os ataques e roubos às suas instalações.

#### **4.2 Caso 2: Jornais, asfixia econômica e monopólio do papel**

Na história contemporânea de Venezuela três Presidentes utilizaram mecanismos governamentais de controle de câmbio: Luis Herrera Campins, Hugo Chávez e Nicolás Maduro. Como foi mencionado anteriormente, entre 1983 e 1989 funcionou o RECADI, sistema de controle de câmbio criado pelo presidente Campins e mantido também na presidência de Jaime Lusinchi. Quase 15 anos depois, em 2003, Hugo Chávez estabeleceu a *Comisión de Administración de Divisas* (CADIVI), que ficou encarregada de regular e distribuir dólares e outras divisas que ingressavam nas contas do Estado. Esta iniciativa pretendeu controlar a fuga de capitais depois da paralisação petroleira entre 2002 e 2003.

Para aquisição do papel de imprensa neste novo sistema os jornais recorriam a fornecedores locais que trabalhavam como importadores do recurso ou a fornecedores no

exterior. Tanto esses provedores nacionais quanto os proprietários de meios que queriam comprar em outros países deviam se apresentar na CADIVI para receber autorização e proceder à compra do produto com uma taxa preferencial do dólar. Durante quase 10 anos este processo funcionou com fluidez.

Em 2012 o mecanismo para a designação de divisas mudou. O papel foi retirado da lista de produtos com taxas preferenciais de importação. Na *Gaceta Oficial* nº 39.980 se estabeleceu que para poder importar o papel de imprensa à taxa vigente de 4,30 dólares era preciso que o Ministerio de Industrias Ligeras y Comercio (MILCO) emitisse um certificado de Não Produção ou de Produção Nacional Insuficiente. Assim que o Decreto foi colocado em prática, os representantes do *Bloque de Médios* indicaram que existia atrasos na entrega deste certificado e que, inclusive, alguns meios tiveram que esperar mais de oito meses pelo documento (ARROCHA, 2014). Apesar dos atrasos gerados pelos novos trâmites, em 2012 não se teve notícias de jornais que fecharam por este motivo.

Em maio de 2013 as regras mudaram novamente: o governo de Nicolás Maduro autorizou a criação da empresa estatal Complejo Editorial Alfredo Maneiro S.A. (CEAM). Ficaram entre as funções a cargo da instituição a “produção, distribuição e comercialização de diversos produtos impressos destinados à informação, divulgação, propaganda, cartazes e folhetos, tanto para o consumo nacional quanto para a exportação”. Também se acordou que a empresa poderia dedicar-se a outras atividades “que sejam convenientes para a consecução de seu objeto como a fabricação, comercialização, importação, exportação, modificação e restauração de insumos, partes, peças e equipamentos de impressão e reprodução” (GACETA OFICIAL nº 40.168, 2013, art. 3).

Por se tratar de uma empresa com caráter de Sociedade Anônima, ficou estabelecido ainda que o CEAM devia “seguir os alinhamentos ditados pelo Executivo Nacional através da Comisión Central de Planificación e do órgão de atribuição conforme o planejamento centralizado e a lei” (GACETA OFICIAL nº 40.168, 2013, art. 2). Hugo Cabezas, ex governador do estado Trujillo pelo PSUV, ex-ministro do Despacho de la Presidencia e ex-diretor da antiga Oficina Nacional de Identificación de Extranjería (ONIDEX) foi nomeado presidente do CEAM e até hoje se mantém no cargo. Apesar de a empresa ter sido fundada com a intenção de atender as necessidades de impressão do Estado e especialmente dos impressos do novo Sistema Bolivariano de Comunicación e Información (SiBCI), nos meses posteriores foram suspensas a venda de divisas a todas as empresas privadas nacionais ou intermediários que realizavam o serviço no país. Como consequência, o CEAM passou a fornecer de 500 a 5.000 toneladas de papel, na tentativa de abastecer todos os jornais do

território nacional (ESPACIO PÚBLICO, 2014b). Em paralelo à criação e crescimento do CEAM iam se esgotando outras opções para adquirir papel. Em 2013 foi feita uma série de denúncias de corrupção contra a CADIVI, onde foram roubados US\$ 25 milhões. Como resposta, o Presidente Nicolás Maduro tomou a decisão de substituir a instituição pelo Centro Nacional de Comercio Exterior (CENCOEX). Vários jornais que tinham iniciado pedidos de papel na antiga CADIVI não receberam qualquer resposta.

Com a nova mudança administrativa, a aquisição de divisas demandava a necessidade de participar de um leilão convocado pelo CENCOEX, mas nem todos os setores econômicos eram convidados a participar. Além disso, o preço aumentou entre quatro ou oito vezes por cima do cotado através da CADIVI. O setor de imprensa não era convocado com regularidade para os leilões e em várias ocasiões os jornais que mantinham linhas editoriais contra o governo, como *El Nacional* e *El Nuevo País*, foram deixados de fora por ordens do Banco Central da Venezuela - BCV (IPYS, 2014). Devido à forma irregular de acesso aos dólares, a opção para a maioria de jornais no país foi comprar o papel e outros insumos com o único fornecedor disponível: o CEAM, empresa do Estado.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estadísticas (INFOBAE, 2014) em 2013 foram importadas 92.000 toneladas de papel de imprensa, um dos níveis mais baixos na década, já que a média anual registrada era de 120.000 toneladas aproximadamente. No primeiro semestre de 2014, a mesma instituição calculou a importação de apenas 26.266 toneladas. Estas cifras se agravaram nos anos seguintes. Foram recorrentes também os atrasos do CEAM no momento da importação, assim como o silêncio em relação aos pedidos encaminhados pelos jornais. Quando o papel finalmente chegava, havia outros problemas – como o tamanho, que não era adequado para o jornal – e o preço, que não era o mesmo acordado, apesar de a estatal até hoje receber uma taxa preferencial (ESPACIO PÚBLICO, 2014b).

Em 2013 os primeiros jornais começam a sair de circulação por falta de papel e os que continuavam a ser impressos diminuíram o número de suas páginas e cadernos, priorizando as informações e dando espaço apenas para notícias nacionais e internacionais. Outro fato importante entre 2013 e 2014 no âmbito dos impressos foi a venda da Cadena Capriles, conglomerado midiático com 72 anos de existência, proprietária do diário de maior circulação do país, *Últimas Noticias* – assim como de outros títulos importantes como o *Líder* (esportivo) e o *El Mundo Economía y Negocio* – e a venda do diário *El Universal* que no momento completava 102 anos de fundação. Os ex-proprietários não declaram os nomes dos compradores. Nos dias posteriores à venda foram despedidos jornalistas e editores, e o corpo diretivo e editorial foi formado por pessoas relacionadas com o PSUV (GUTIÉRREZ, 2016).

Nos meses seguintes ocorreu uma mudança significativa nas linhas editoriais desses meios – antes reconhecidos um como plural e o outro comopositor ao regime.

Cabe destacar que desde a sua venda, os três jornais não tiveram problemas com o fornecimento de papel e até hoje circulam diariamente. Situação contrária à dificuldade enfrentada pela maioria dos jornais para obter insumos desde 2013. Esses jornais têm tomado decisões como redução de pessoal, demissão de correspondentes, diminuição da tiragem e, finalmente, migração para a web ou fechamento do veículo. Hoje se soma ao problema da falta de matéria prima a dificuldade de cobrir os gastos de operação devido à crise econômica em que vive o país.

#### 4.2.1 Total: 65 impressos fora de circulação

A análise dos dados mostra que no governo de Nicolás Maduro, entre janeiro 2013 e junho 2019, um total de 65 jornais regionais e nacionais deixaram de ter sua versão impressa por razões associadas à política e à economia do país. A Tabela 3 reúne os títulos dos veículos afetados e o ano em que circulou a última edição impressa de cada um para venda nos diferentes pontos de distribuição.

A investigação revelou que entre 2013 e 2015 saíram de circulação apenas impressos regionais ou com menos anos de trajetória no mercado, assim como aqueles de distribuição gratuita sustentados por empresa privada. Por outro lado, nos três anos seguintes somaram-se outros jornais gratuitos associados ao SiBCI, financiado pelo Estado: *Ciudad Barinas*, *Ciudad Cojedes*, *Ciudad Maturín* e *Ciudad Portuguesa*. Posteriormente, juntaram-se a este grupo jornais regionais com vários anos de circulação, como *El Impulso*, impresso desde 1904 e *El Carabobenõ*, que circula desde 1933, assim como jornais nacionais com maior tiragem, como o *Diario Panorama* publicado desde 1914, e *El Nacional*, em circulação desde 1943. Todos estes jornais tentaram manter sua circulação mediante redução dos custos: reduzindo seu tamanho e o número dos cadernos, priorizando informações e, finalmente, mudando a periodicidade da publicação. Mesmo assim, não puderam continuar com sua versão impressa.

Tabela 3 - Jornais que deixaram de ter versão impressa: janeiro 2013-junho 2019.

Ano	Nome do meio			
2013	Diario Antorcha			
2014	Primera Hora			
2015	El Opinión de Cojedes	De Frente	El Propio	Notisemana
2016	Correo del Caroní El Yaracuyañ	El Carabobeño	Diario de Sucre	Diario de Yaracuy
2017	El Chamancito Notidiario La Verdad	Diario El Norte Tal Cual Diario Católico	El Mío Diario La Mañana	Ciudad Barinas Ciudad Maturín
2018	El Raudal del Orinoco Visión Apureña La Prensa de Barinas Nueva Prensa de Guayana Las Noticias de Cojedes Diario Metropolitano Diario Avance Semanao Ciudad Portuguesa El Periódico del Occidente La Noticia de Oriente El Regional del Zulia	Diario de Lara El Aragueño El Clarín Diario de Guayana El Nacional El Impulso La Región El Regional Diario Los Andes Versión Final	Mundo Oriental Ciudad Maracay La Noticia Diario la Costa El Nuevo País Frontera El Oriental La Región El Tiempo Qué Pasa	Diario Mosca La Lupa El Expreso Ciudad Cojedes El Falconiano Diario Los Andes Diario Última Hora Diario Provincia Vargas es Noticia Semanao LUZ
2019	El Luchador	Panorama	El Diario	

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

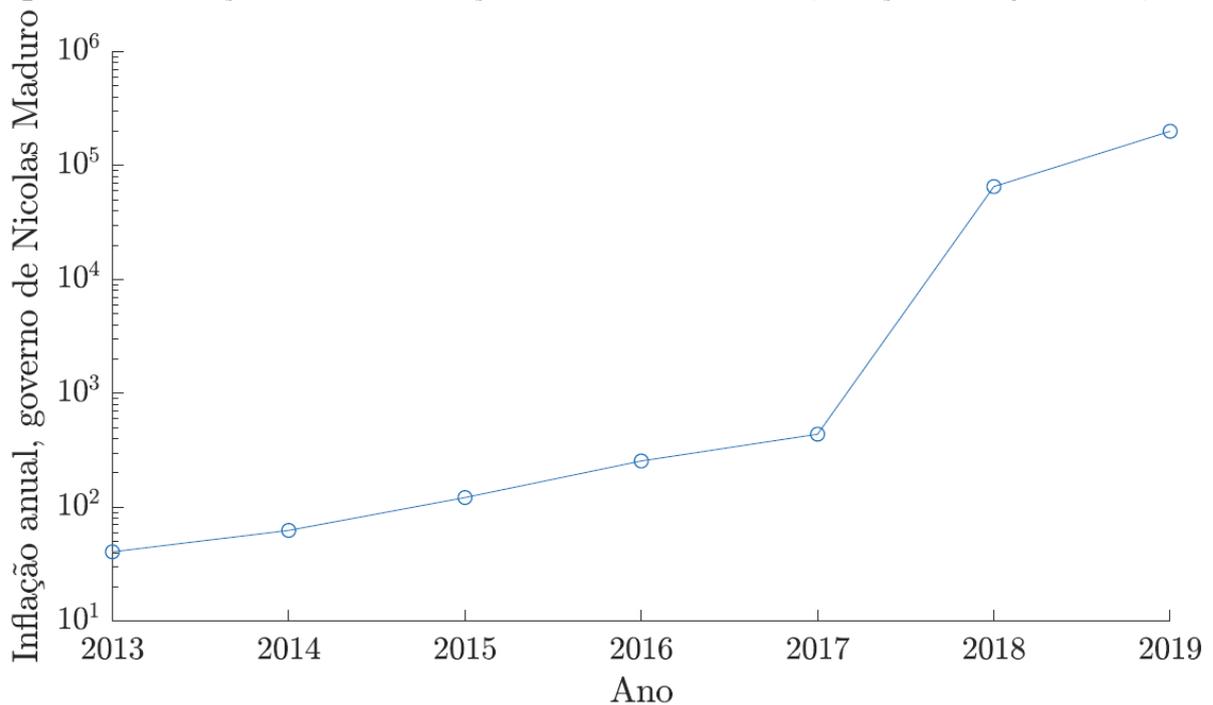
#### 4.2.2 O Impacto da crise econômica

Como refletido na Figura 17, desde 2013 até o final de 2019 o índice dos Preços do Consumidor (IPC)<sup>28</sup> na Venezuela tem aumentado de forma contínua e acelerada, em consequência dos altos níveis de inflação. De acordo com uma pesquisa da ENCOVI (2017), levando em conta a renda dos venezuelanos, quase 70% da população encontra-se abaixo da linha de pobreza. Isso quer dizer que as pessoas não estão segmentadas porque com a escalada da inflação, a maioria dos habitantes vive na pobreza.

Segundo especialistas do Fundo Monetário Internacional, como vivem os venezuelanos com a crise econômica registrada no governo de Nicolás Maduro apenas pode ser comparável a países devastados pela guerra, como a Líbia no início desta década, ou o Líbano nos anos 1970 (KURMANAEV, 2019). Apesar da gravidade do problema econômico, que tem impactado diferentes áreas como alimentação, saúde, migração, eletricidade e até a circulação das cédulas monetárias, entre 2016 e maio de 2018 o Estado venezuelano não publicou os dados oficiais com os indicadores da inflação no país. Neste período, a Comissão de Finanças da Assembleia Nacional divulgou estimativas de índices.

<sup>28</sup> De acordo com o portal FGV IBRE (2019), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) mede a variação de preços de um conjunto fixo de bens e serviços componentes de despesas habituais de famílias.

Figura 17 - Evolução da taxa de inflação do IPC na Venezuela (variação anual percentual)



Fonte: Elaborada pela autora com dados do FMI (2019).

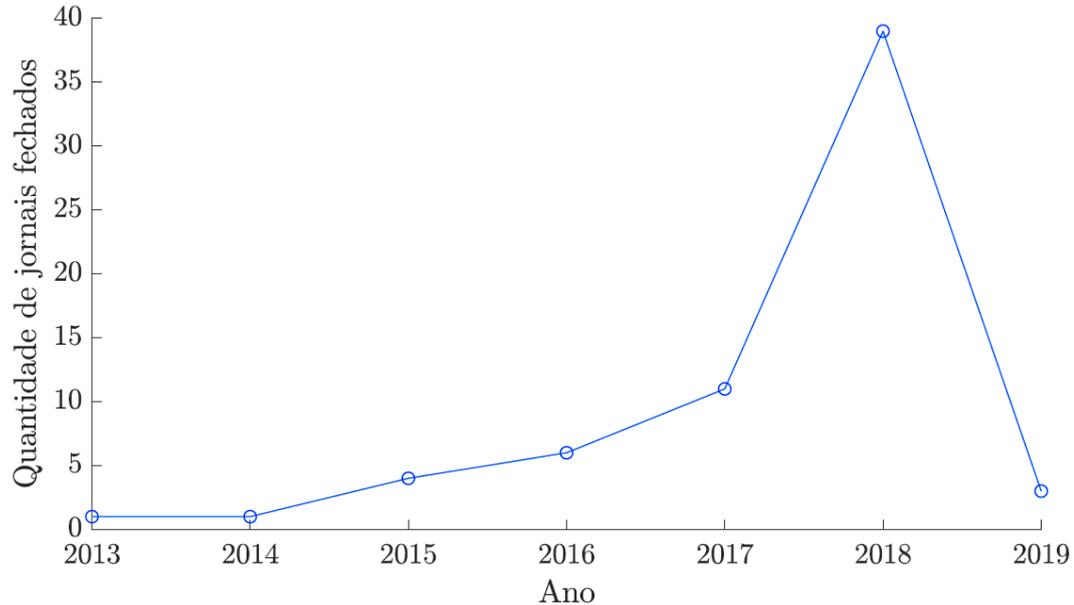
Depois de três anos sem dados oficiais, em maio de 2018 o Banco Central de Venezuela anunciou que a inflação para o final de 2018 seria de 130.060,2% - a taxa mais alta registrada na história recente do país. Não entanto, a cifra foi inferior à anunciada pela Assembleia Nacional, calculada em 1.700.000%, e também inferior à publicada pelo FMI, que foi de 929.789,5%.

Três meses mais tarde, em agosto de 2018, o Presidente Nicolás Maduro anunciou uma série de medidas econômicas, como a reconversão monetária (foram retirados cinco zeros da moeda - seriam oito zeros se considerados o governo chavista); a devolução da moeda a 2.300%; o aumento do salário mínimo (que passou de 3 milhões a 180 milhões de Bs.F); o controle dos preços; e o aumento da gasolina, entre outros (TORREALBA, 2019). Como mostra o Gráfico 8, foi o ano em que a indústria da imprensa foi mais afetada economicamente. Pelo menos 39 jornais deixaram de circular devido às medidas de aumento salarial e pela impossibilidade de cobrir os novos custos. Tanto empresas pequenas e regionais, quanto as maiores na capital, deixaram de imprimir a versão impressa, algumas tendo inclusive que reduzir o número de seus empregados.

O ano de 2017 ocupa o segundo lugar com mais meios fora de circulação – onze títulos, como mostra o Gráfico 8. Naquele ano o IPC foi de 438.1% pelo que já era possível considerar a situação econômica como uma hiperinflação, convertendo-se em novembro na

inflação mais alta do mundo (BARRÍA, 2017). O salário mínimo foi aumentado em quatro momentos: em 8 de janeiro, 50% a mais; em 30 de abril, 60%; em 3 de julho, 50%; e em 1o de novembro, 30%.

Figura 18 - Jornais que deixaram de circular na Venezuela entre janeiro 2013-junho 2019.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Como se observa na Figura 18 nos primeiros anos de governo de Nicolás Maduro o número de impressos que deixou de circular não foi tão elevado: em 2013 e 2014, somente um jornal a cada ano cessou sua distribuição em papel; em 2015 e 2016, subiu para quatro e seis, respectivamente. Até junho 2019 foram fechados três jornais. Esta cifra pode ainda aumentar já que a situação econômica e, especificamente, o IPC para o final de 2019 poderia atingir 200.000%, segundo dados do FMI.

#### 4.2.3 Zonas silenciadas: Regiões e estados desligados

No governo de Nicolás Maduro, todas as regiões venezuelanas reduziram o número de jornais impressos. De acordo com o Figura 19, a Região Capital foi a única em que nenhum estado ficou sem circulação de jornais. Em todas as outras regiões, em pelo menos um dos estados não tinha qualquer tipo de impresso circulando. Na zona da capital do país foi afetado o estado de Miranda, com dois jornais paralisando sua impressão, e o estado de Vargas, com um jornal deixando de circular. No Distrito Capital foram afetados cinco jornais, mas mesmo assim é o lugar que tem o maior número de jornais em circulação em todo o país: *Tribuna*

*Popular, La Razón, 2001, Líder, Meridiano, Últimas Noticias, El Universal e Ciudad Caracas.*

A região mais afetada, por outro lado, foi a Oriental, com 13 jornais fora de circulação, distribuídos da seguinte forma: sete em Anzoátegui, três em Monagas e três em Sucre. Com os três jornais de Sucre fora de circulação, o estado passou a ser uma zona 86 silenciada<sup>29</sup>. Atualmente nesse estado, que possui saída para o Mar do Caribe, existe o tráfico de drogas feito por grupos de piratas. Entre 25 e 26 de setembro de 2018 houve um enfrentamento entre grupos de narcotraficantes, que deixou 22 mortos ou mutilados. Esse ficou conhecido como o “Masacre de San Juan de las Galdonas”. A polícia do estado até hoje não deu declarações e nem os meios de comunicação impressos puderam distribuir informações, pois nesse ano já não existiam jornais locais.

A Região Ocidental foi outra das mais afetadas com 11 jornais fora de circulação. O estado Portuguesa hoje não tem jornal, visto que neste período deixaram de circular os quatro existentes na província. Nesse mesmo estado, faz 17 anos que suas zonas rurais e alguns municípios como Guanare e Acarigua não recebem água potável (GONZÁLEZ, 2019). Devido à falta de meios de comunicação, esta informação não é reportada com frequência. Os outros estados afetados da Região foram Falcón com dois jornais eliminados, Lara com outros dois e Yaracuy com três jornais fora de circulação.

As regiões Central e Andina apresentam a mesma quantidade de jornais extintos, nove em cada território. Na primeira região, a Central, foram afetados os estado de Aragua com quatro jornais fechados; Carabobo, com dois e Cojedes com três. Com esses fechados em Cojedes, o estado ficou sem jornais. A mesma coisa aconteceu no estado de Portuguesa. Em Sucre, nove dos dez municípios têm problemas com o sistema de distribuição de água potável (GONZÁLEZ, 2019). Poucos meios informativos acompanham essa situação, sem solução desde 2018. Na segunda região, a Andina, deixaram de circular meios impressos nos seguintes estados: um em Mérida, um em Táchira, quatro em Barinas e dois em Trujillo – sendo que os últimos dois estados não têm agora qualquer jornal em circulação. De acordo com Asobarinas, 20% do estado de Barinas foram invadidos ou expropriados pelo Estado (AGROSITIO, 2019). Nos últimos anos, a violência tem aumentado nesta zona, com os habitantes submetidos a extorsões, roubos e ocupações ilegais (GONZÁ LEZ, 2019). Tais

---

<sup>29</sup> De acordo com o informe *Zonas Silenciadas: regiones de alta peligrosidad para ejercer la Libertad de Expresión* da OEA (2017b), uma zona silenciada tem 6 fatores em comum: a existência de estruturas criminais que procuram control da região, a cooptação de setores da administração pública, a falta de resposta institucional, a falta de apoio e capacidade dos jornalistas locais, a inibição dos jornalistas a realizar sua labor, e os incentivos para perpetuar a violência sobre os jornalistas.

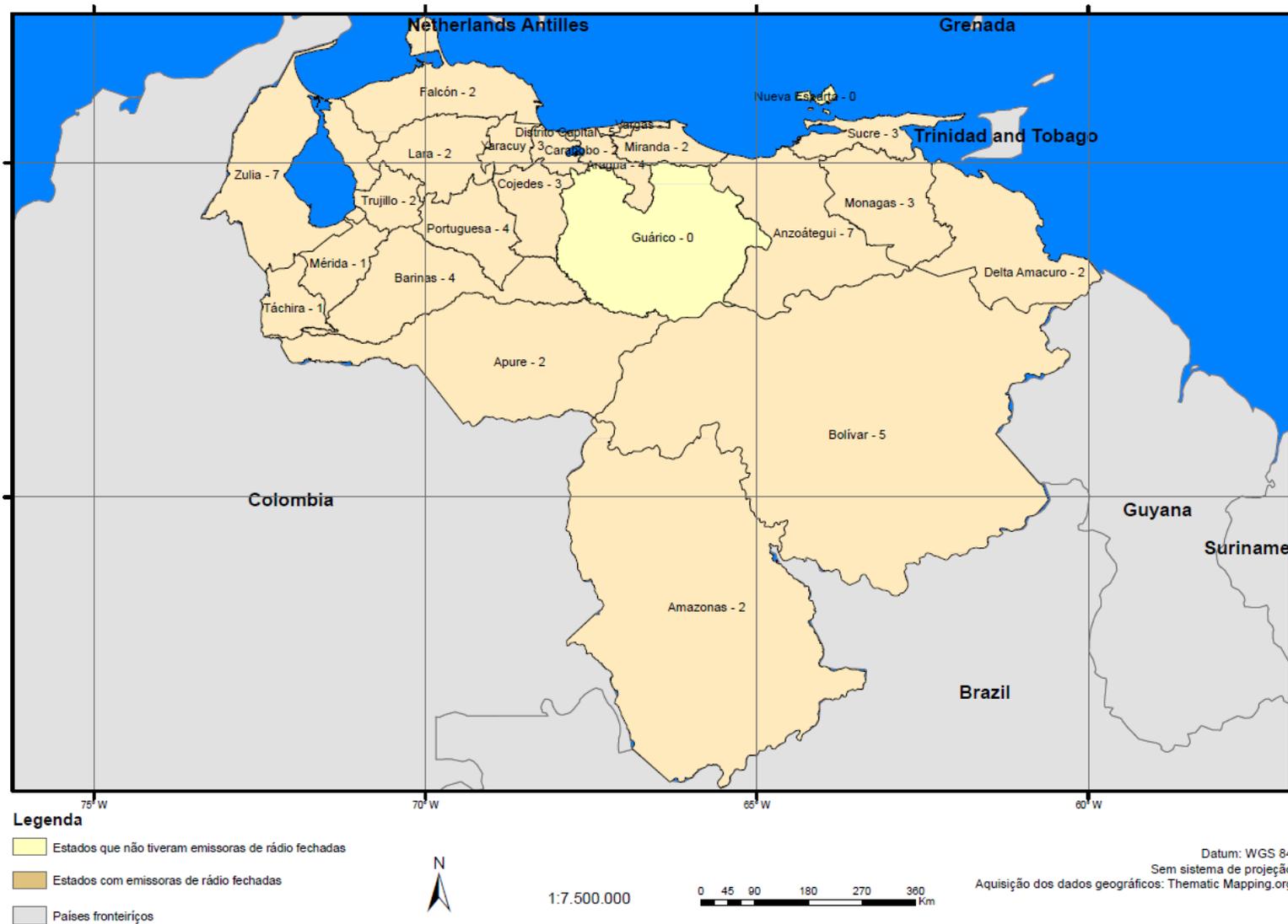
fatos têm permanecido impunes devido à ausência da institucionalidade e pela falta de meios para informar.

As Regiões de Guyana e Zulia tem oito e sete veículos fora de circulação respectivamente. Na Região de Guayana foram afetados os estados Amazonas e Delta Amacuro, sem circulação de dois jornais cada um, ficando os dois estados sem impressos. No estado de Bolívar, cinco jornais foram fechados, mas ainda há meios que publicam em papel com regularidade variada. Esta região é uma das mais afastadas da Capital do país, com população majoritariamente indígena. Os serviços hospitalares são deficientes e casos de malária e outras doenças têm aumentado, mas os números exatos são desconhecidos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 10 anos os casos de malária aumentaram 886% na Venezuela. Em 2017 quase 16 milhões de pessoas estiveram expostas ao risco de se contagiar em zona endêmicas do país. No mesmo ano, pelo menos 456

pacientes morreram na Venezuela devido à doença (ALAYÓN; MARCANO, 2019). Há cinco anos não há dados oficiais do Estado sobre a malária e outras doenças. A falta de jornais na região impede que os cidadãos estejam informados sobre a situação e possam tomar as precauções devidas. A Região Zuliana não possui qualquer jornal porque os sete antes existentes deixaram de circular. O estado de Zulia é o lugar na Venezuela com maior número de registros de apagões elétricos. Segundo Ocando (2019) é possível que os cortes de energia na cidade alcancem até 20 horas diárias. As pessoas não conseguem se informar pelo rádio, pela televisão e, desde 2019, nem pelo jornal impresso diário.

Na Região del Llano, o estado de Apure ficou sem jornais quando deixaram de circular os últimos dois títulos locais. O estado tem na sua fronteira grupos da guerrilha colombiana, assim como grupos criminosos e organizações paramilitares (GONZÁLEZ, 2019). Funda Redes (2018) informa que o número de sequestros e desapareções tem aumentado nos últimos anos. Mesmo assim, desde 2004 o Governo Nacional não publica números sobre criminalidade e violência no país. São poucas as informações publicadas pelos meios de comunicação sobre esses casos e desde 2018 são ainda mais raras as matérias sobre o tema, já que o estado teve seus jornais fechados. Apenas dois estados mantiveram jornais em circulação entre 2013 e 2019: Guárico e Nueva Esparta. Importante salientar que os jornais que atualmente ali circulam não são diários e não têm a mesma tiragem nem a mesma quantidade de cadernos que estavam habituados a imprimir.

Figura 19 - Mapa dos fechamentos de jornais na Venezuela, janeiro 2013 - junho 2019.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

#### 4.2.4 #SinPapelNoHayPeriódico: Causas da extinção dos jornais

Desde 2013 ONGs e meios de comunicação venezuelanos fazem uma campanha informativa nas redes sociais através do *Hashtag* #SinPapelNoHayPeriódico, divulgando os casos de jornais e outros impressos que desapareceram das bancas desde o início do governo de Nicolás Maduro. Políticos, artistas, caricaturistas e parte da sociedade civil se somaram a esta campanha publicando nas redes suas mensagens de solidariedade.

De acordo com a Figura 20 a causa principal do cese de circulação dos jornais impressos, entre janeiro 2013 e junho, é a “falta de insumos”. Pelo menos 38 dos jornais paralisaram a publicação em papel devido à dificuldade de abastecer-se de matéria prima, que acabou. Isso representa 58.5% do total dos casos, segmentados pelo tipo de insumo ausente no momento do anúncio oficial da paralisação:

Um primeiro grupo de 18 jornais anunciou que “a falta de papel” determinou sua saída quando deixaram de receber resposta do CEAM na tentativa de compra de bobinas ou não conseguiram comprar o produto pelo alto custo. De acordo com Rodríguez (2018), em outubro de 2016 o CEAM cobrava 17.334,42 Bs. por uma bobina e em fevereiro de 2017 o preço aumentou para 55.610,00 Bs., triplicando seu valor. Em agosto do mesmo ano, o preço chegou a 141.328,00 Bs., oito vezes a mais que em 2016. Em princípio o CEAM designava para todos os jornais a mesma quantidade de papel, independentemente da tiragem, da periodicidade ou do alcance da circulação (nacional ou regional). Os jornais menores geralmente emprestavam suas bobinas aos mais grandes, até que não deixaram de receber papel. A Asociación Colombiana de Editores de Diarios y Medios Informativos (Andiarios) fez empréstimos de papel aos jornais nacionais, enviado via terrestre de Cartagena, mas a ação não se sustentou.

Nesta categoria estão os seguintes jornais: Primera Hora, Notisemana, El Propio, El Carabobonó, Diario de Yaracuy, Diario La Costa, El Mío, Tal Cual, Diario La Manaña, La Verdad, El Raudal del Orinoco, Diario de Guayana, La Noticia de Cojedes, El Nacional, Versión Final, Semanario LUZ, Panorama e Mi Diario.

O segundo grupo formado por 15 jornais não mencionou que deixou de imprimir por “falta de insumos em geral”: papel, chapas de impressão, tintas e outros. Estes materiais chegaram a ser comprados algumas vezes no exterior pelos proprietários, mas com o difícil acesso às divisas e a alta taxa de inflação no país tampouco foi uma opção viável em longo prazo. Nesta categoria estão os jornais: Diario Antorcha, Diario de Sucre, NotiDiario, Diario

Los Andes, El Araguaenõ, La Prensa de Barinas, La Noticia, El Falconiano, Diario de Lara, El Impulso, Frontera, Diario Avance, Diario Mosca, Qué Pasa e El Regional del Zulia.

No terceiro grupo, os jornais El Oriental, El Periódico del Occidente e La Región manifestaram que a “falta de chapas” foi a causa do fechamento do impresso. O Diario El Católico indicou que deixou de produzir o jornal por “falta de tinta” e La Opinión de Cojedes por “falta de películas fotográficas”.

A segunda causa relacionada à saída de circulação “não foi especificada” pelos jornais nas suas redes sociais ou nas últimas edições impressas. Pelo menos 15 jornais, ou 23.1% do total fora de circulação, não apresentaram uma justificativa para os motivos que causaram o seu fechamento ou sua entrada nas plataformas digitais. Cabe destacar que a maioria desses meios mantém uma linha informativa favorável ao governo ou se identificam como chavistas ou maduristas. Neste grupo estariam os jornais do conglomerado de mídia do Estado, SiBCI, que optaram por compartilhar versões digitais de seus diários ou semanários na plataforma Issuu ou se transformaram em portais informativos. Nesta categoria estão os seguintes jornais: De Frente, El Yaracuyano, El Chamancito, Ciudad Barinas, Ciudad Maturín, Diario Metropolitano, Ciudad Maracay, La Lupa, El Clarín, Ciudad Cojedes, El Nuevo País, Semanario Ciudad Portuguesa, El Regional, Diario Provincia e Vargas es Noticia.

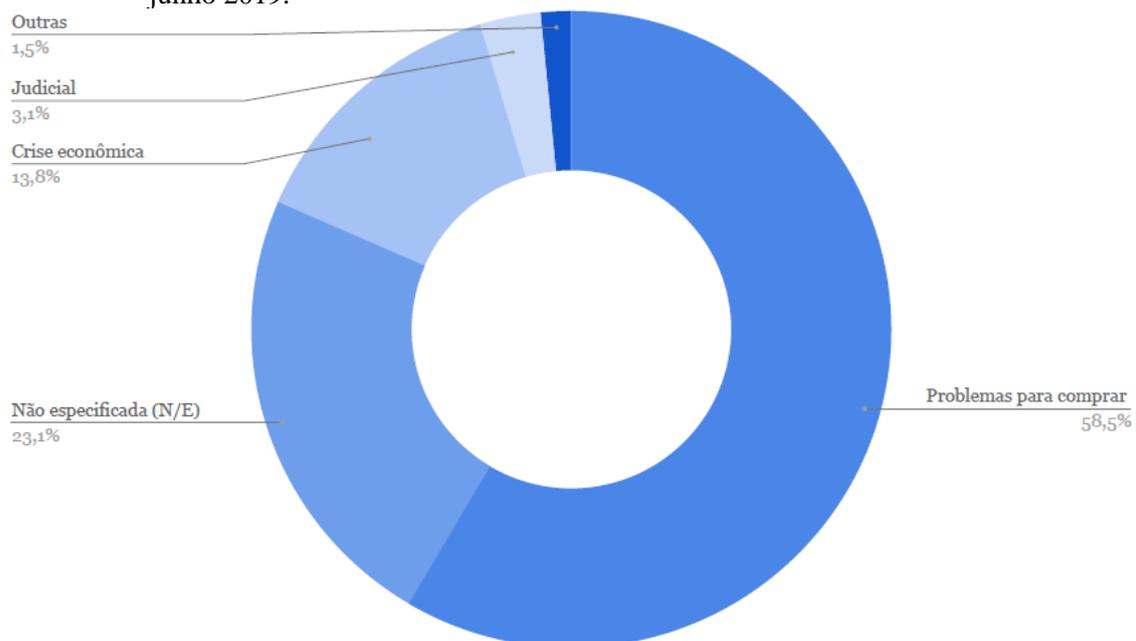
A terceira causa declarada pelos jornais foi “crise econômica”. Um grupo de nove impressos (13.8% do total de meios fora de circulação) manifestou que a rápida deterioração da situação econômica levou os proprietários a tomar a decisão de fechar o meio ou, em outros casos, continuar com uma plataforma digital, reduzindo a equipe e com menos gastos.

É importante salientar que estes jornais deixaram de circular entre dezembro 2017 e maio 2019, mesmo período em que o país começa a registrar hiperinflação e também começaram a ser aplicadas medidas econômicas por parte do Governo Nacional. Alguns proprietários de jornais disseram que no momento de tomar a decisão já tinham dívidas de benefícios laborais dos seus empregados, incluindo atrasos de salários, pagamento de férias e vale-alimentação. Outro grupo de proprietários informou que com o aumento do salário mínimo realizado em maio de 2018 tomaram a decisão de não continuar devido à incapacidade de cobrir os custos básicos de operação. Nesta categoria estão os jornais La Verdad, Mundo Oriental, La Noticia de Oriente, Visión Apurenã, El Expreso, Nueva Prensa de Guayana, Diario Última Hora, El Tiempo e El Luchador.

A quarta causa de fechamento dos jornais está associada a razões do tipo “judicial” e representa 3.1% do total dos casos (apenas dois veículos). Um deles é o jornal Correo del Caroní, do estado Bolívar, de propriedade de David Natera. Em 2013, David foi réu por

difamação e injúria, depois de que o diário publicou uma série de reportagens sobre corrupção na empresa estatal CVG Ferrominera Orinoco. Apesar de as reportagens revelarem as pessoas envolvidas, mais tarde consideradas culpadas, os tribunais admitiram um processo criminal contra o proprietário, com multa por 126 milhões de dólares ao câmbio oficial da época, mais o embargo dos bens. A audiência do julgamento foi diferida durante 2 anos e 8 meses. Em 2016, o jornal denunciou um caso conhecido como o Massacre de Tumeremo, em que 28 mineiros foram encontrados mortos na localidade por prováveis grupos civis armados. A versão do governador no estado Bolívar foi de que se tratava de um massacre “virtual”. Devido aos fatos mostrados no jornal, o Tribunal Penal Sexto de Juicio retomou a causa contra o diretor do impresso, apesar de estar prescrito. David Natera foi culpado a quatro anos de prisão e uma multa de 1.137 unidades tributárias, equivalentes a 201.299 Bs. Depois de oito meses da sentença, o jornal impresso deixou de existir e o título migrou para a internet. O segundo caso é do Diario El Norte, o estado Anzoátegui. Em 2014 o impresso foi vendido por valor desconhecido ao Grupo Urbano Fermín, um conglomerado de empresas de comercialização e distribuição de transporte, madeira e aço, empreiteiras com contratos junto a governos e prefeituras administrados pelo PSUV. Em outubro de 2017, o jornal sofreu intervenção do Estado, com os três proprietários acusados de desfalque pela PDVSA. Naquele momento, 61 trabalhadores não estavam recebendo salário e vale-refeição.

Figura 20 - Causas pelas quais os jornais saíram de circulação na Venezuela, entre janeiro 2013 e junho 2019.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A última causa foi identificada como “outra”, e se trata de apenas um caso. O jornal *La Región* o primeiro jornal de circulação nos *Altos Mirandinos*, no estado de Miranda, decidiu pela fusão com o impresso *La Voz*, do mesmo estado, devido à impossibilidade de cobrir os custos do papel. Com estas mudanças o jornal passou de 12 empregados para apenas um.

Outras razões que têm dificultado a possibilidade de os jornais se manterem em formato impresso é a diminuição da publicidade devido à falta de insumos. Jornais como o *Correo del Caroní* mantiveram “12 anos sem publicidade” porque seus principais anunciantes eram as empresas estatais e o governo do estado de Bolívar. Com a chegada do Chavismo ao poder o governo deixou de comprar espaços publicitários no jornal. O mesmo aconteceu com *El Nacional*, *El Impulso*, *El Sol*, *La Prensa* y *La Noticia*, que deixaram de receber qualquer tipo de investimento publicitário por parte do Estado devido à sua linha editorial.

Outro problema destacado pelos proprietários foi a falta de cédulas em dinheiro, que dificultou a mobilidade dos empregados para seu lugar de trabalho, assim como impediu que as pessoas pudessem comprar o jornal nos pontos de venda. Isso ocorreu em consequência dos altos níveis de inflação e da desatualização de cédulas e moedas no país. De acordo com Alayón e Marcano (2018) a situação se agravou porque a maioria das cédulas em circulação eram de baixo valor.

#### 4.2.5 #NosVemosEnLaWeb

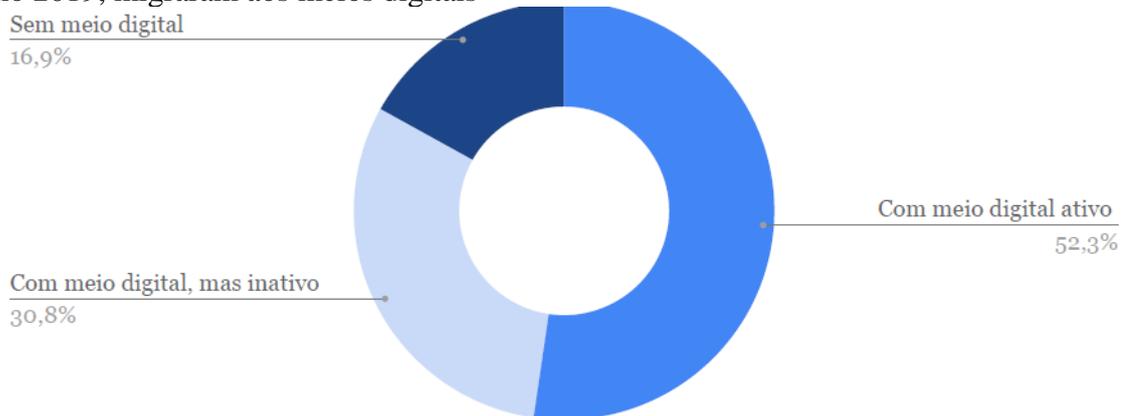
A partir de 2013, quando o número de jornais fora de circulação começou a aumentar, vários diários colocaram em suas últimas edições o hashtag #NosVemosEnLaWeb para informar a seus leitores que continuariam informando através de seus portais digitais. De acordo com a Figura 21, dos jornais fora de circulação entre janeiro 2013 e junho 2019, um total de 34 possuía um “meio digital ativo”. Ou seja: 52.3% ou quase a metade dos impressos afetados continua na web. Pelo menos 29 dos veículos possuem portal de divulgação de notícias diárias, em que se destacam as notas curtas e o conteúdo audiovisual. Os cinco jornais restantes, *La Verdad de Monagas*, *El Araguënõ*, *La Noticia de Barinas*, *El Luchador* e o *Diário Avance* mantêm edições digitais com menos conteúdo que a versão impressa. Deste grupo, o *Diário Avance* é o único com um sistema de assinatura mensal ou anual para acessar as diferentes edições digitais.

Vinte jornais contam com versão “digital, mas inativa”. Isto quer dizer que 30.8% dos meios afetados têm um site, com material que continua a ser publicado na maioria das redes

sociais desses veículos, mas sem acesso. Em pelos menos 18 destes jornais, quando o usuário tenta entrar no site ocorrem duas situações: redirecionamento a outro portal web, geralmente de publicidade; ou o aparecimento de mensagens como “este site não existe”, “servidor não encontrado”, “conta suspensa”, “is coming soon”, ou “Esta página da Web não está disponível”. Os dois jornais restantes desse grupo, *El Expreso* e *El Diario de Lara* têm site sem atualização desde 2018..

Finalmente, 11 jornais estão “sem meio digital” desde que deixaram de circular, o que indica que estão fora da indústria de mídia. O grupo representa 16.9% do total de impressos afetados, entre eles um jornal de distribuição gratuita do Distrito Capital, dois jornais estatais e oito jornais distribuídos nas regiões mais afastadas do centro do país.

Figura 21 - Jornais que durante a paralisação da impressão do veículo, entre janeiro 2013 e junho 2019, migraram aos meios digitais



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

#### 4.3 Caso 3: Televisão aberta, autocensura ou fechamento

Em outubro de 2001, o presidente Hugo Chávez fez a primeira ameaça pública de retirar a concessão de um canal de televisão. “Não é de estranhar que por razões de interesse nacional se revise essas concessões. Não pensem que porque estamos empenhados em que a revolução avance pelo caminho da legalidade. [...] Vamos aceitar o abuso da liberdade”, disse ele referindo-se ao canal de notícias Globovisión (QUINONEZ, 2016). Organizações como o Comité para la Protección de los Periodistas (CPJ), a Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) e a OEA se manifestaram contra as palavras do Presidente. Esse tipo recorrente de avisos ocorreu durante todo o seu mandato, tendo como alvo qualquer meio de comunicação com uma linha editorial de oposição ao governo. No caso específico da televisão nacional aberta, as ameaças foram dirigidas a quatro canais que o presidente chamou de os cavaleiros do

apocalipse: RCTV, Globovisión, Venevisión e Televen. Hoje a situação ou posição destes quatro canais dentro da mídia é diferente.

Em 2007, como já foi dito, o canal RCTV saiu do ar devido à não renovação da sua concessão. A forma com que foi executada a decisão por parte do Tribunal Supremo de Justicia (TSJ) foi criticada no que se refere a recursos legais e à transparência durante o processo. Em primeiro lugar o TSJ não recebeu, por ordem presidencial, os recursos legais formalizados pelos representantes do canal televisão (CANIZÁLEZ, 2016a), mesmo que o processo se baseasse na *Ley de Telecomunicaciones* vigente. Assim se impediu que o canal apresentasse provas para reverter a decisão. Em segundo lugar, na noite da sexta feira de 25 de maio, o TSJ anunciou que os equipamentos de RCTV deviam ser entregues como um “empréstimo” à nova estação televisiva do Estado, TVES. Na sentença se ordenava o seguinte:

[...] esta Sala de Ofício acorda de maneira temporária e para fins de continuar com a prestação de um serviço público universal, o uso da frequência que tem sido designada para televisão aberta na rede de transporte e teledifusão que inclui entre outros, micro-ondas, teleportos, transmissores, equipamentos auxiliares de televisão, equipamentos auxiliares de energia e clima, torres, antenas, caixas de transmissão, caixas de planta, cerca perimetral e a instalação eléctrica [...] (Tribunal Supremo de Justicia, Sala de Ofício, 957, 2007)

Esta informação se tornou pública dois dias antes do fechamento do canal, programado para a madrugada de domingo, 27 de maio. Mesmo com o curto intervalo de tempo, os advogados da RCTV se apresentaram no sábado no TSJ, dia seguinte ao anúncio, mas não foram atendidos no Tribunal, tirando novamente a possibilidade de apelar à decisão. O confisco dos equipamentos da RCTV deixou aberta a possibilidade de “ceder” os equipamentos de um meio de comunicação fechado ou em processo judicial para outro, o que já havia sido considerado ilegal pela justiça do país já que a Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999) garante o direito à propriedade no seguinte artigo:

Toda pessoa tem o direito ao uso, goze, desfrute e disposição de seus bens [...] Só por causa de utilidade pública ou de interesse social, mediante sentença firme e pago oportuno de justa indemnização, poderá ser decretada a expropriação de qualquer bem (CONSTITUIÇÃO, 1999, art.115).

O confisco dos equipamentos da RCTV e de outros meios de comunicação não tem ocorrido de forma temporária como indica a sentença do TSJ. Hoje TVs e outros veículos comunitários se mantêm em funcionamento com equipamentos na qualidade de “empréstimo”. Nenhum dos meios afetados recebeu pagamento de indemnização como indica a Constituição.

Dois meses depois do fechamento da RCTV, o canal ingressou na lista de empresas de cabo nacionais com o nome de RCTV Internacional. O veículo foi registrado como empresa

mista, com sede em Miami, dedicada a programas e conteúdos internacionais. Mas a Conatel ordenou que o novo canal de TV, assim como outros 29 no país, deveriam registrar-se como produtores nacionais independentes (PNI) e submeter-se ao descrito na *Ley de Responsabilidad Social de Radio de Televisión*, já que o seu percentual de programação nacional superava 70% do conteúdo. Esta nova medida foi aprovada em 22 de dezembro de 2009, na Gaceta Oficial 39.333, incluindo a extensão de 15 dias úteis para que os meios solicitassem permissão. Como produtora independente, a nova RCTV Internacional, mesmo que operasse via cabo, devia retransmitir em cadeias de rádio e televisão do país. De acordo com a nova norma técnica sobre os serviços de Producción Nacional Audiovisual, replicada na Ley de Responsabilidad Social de Radio y Televisión (2011):

Os prestadores de serviços de rádio ou televisão e difusão por subscrição não poderão interferir, de forma nenhuma, com as mensagens e alocações do Estado [...] e deverão conservar a mesma qualidade e aspecto da imagem e som que possua o sinal em formato original (Gaceta Oficial No 39.610, 2011, art. 10)

Depois de quase quatro anos no ar, RCTV Internacional foi retirada da lista das operadoras nacionais via cabo por ordem da Conatel, com a justificativa de que não foi aprovado seu registro como produtora independente. Segundo a Conatel o prazo para fazer a inscrição formal como produtor nacional independente era de 15 dias empresa ultrapassou o prazo em cinco dias. Úteis.

O fechamento de RCTV marcou um antes e um depois na liberdade de expressão venezuelana, sobretudo para a televisão nacional. Dos canais que se mantiveram em sinal aberto, somente a Globovisión continuou com uma linha editorial crítica ao governo, já que Televen e Venevision reorganizaram parte da sua programação nas áreas informativa e de opinião. Com 24 horas dedicadas à informação, a Globovisión conseguiu manter um espaço com maior liberdade e tempo para a oposição; por isso o governo a comparou em várias oportunidades com “um partido de oposição” e com “uma trincheira política”. Esta atitude teve consequências para o canal, com multas milionárias da parte da Conatel, pelo menos dez procedimentos administrativos e a impossibilidade de expandir seu sinal aberto a outras cidades, com a retenção das unidades de micro-ondas pela Conatel em 2003 (DÍAZ, 2013).

Em 2015 a concessão da Globovisión deveria ser renovada, mas devido ao histórico com a Conatel e o Estado, em maio de 2013 os proprietários decidiram concretizar a venda do canal para os empresários Raúl Gorrín, Juan Domingo Cordero e Gustavo Perdomo. O presidente do canal, Guillermo Zuloaga, informou em carta aberta aos empregados que as razões da venda se deviam “ao acúmulo de processos judiciais e por ter uma concessão de dois anos, sem possibilidade de renovação”, assim como “ao declínio da economia e sua direta consequência no fluxo de caixa” (ZULOAGA, 2013).

Em declarações no Instituto Cato em Washington, Zuloaga indicou que o canal seguiria uma “transição” e procuraria uma linha editorial de “centro” (EL NUEVO HERALD, 2013). Poucos dias depois da compra, jornalistas importantes como Roberto Giusti, Gladys Rodríguez, Román Lozinski, María Elena Lavaud, Ana Karina Villalba e María Isabel Párraga renunciaram aos seus programas, inconformados com o novo esquema informativo. Os seis escreveram sobre os motivos em uma carta: “Progressivamente temos visto mudanças e condições inaceitáveis para o livre exercício de nossa profissão: a promessa básica do equilíbrio, que certamente sempre temos tentado alcançar, tem se transformado em censura a notícias e programas” (GIUSTI et al., 2013). As renúncias por disvordância com a linha editorial continuam sendo notícia até hoje.

À falta de espaços de oposição na televisão aberta – que se manteve depois do fechamento da RCTV, da venda da Globovisión e da autocensura na Venevisión e na Televen – se somaram o número de cadeias obrigatórias de rádio e televisão. De acordo com o site (CADENÓMETRO, 2019), Nicolás Maduro utilizou os pronunciamentos públicos de forma contínua, aumentando a duração nos momentos de conflitos nas ruas e nos períodos de campanhas políticas. Entre janeiro 2013 e outubro 2019, o software de contagem de acessos revelou que o Presidente esteve em cadeia nacional por 1.134 horas, 21 minutos e 22 segundos desde que começou o mandato.

Cabe destacar que, de acordo com as leis que regulam a mídia, durante os pronunciamentos presidenciais os canais de televisão não podem transmitir outras programações, sendo passíveis da penalidade de multa ou de interrupção de transmissão. A maioria das cadeias de televisão não respondem a informações de interesse nacional ou emergências como acontece nos países democráticos. Os temas dos discursos do Presidente Nicolás Maduro podem ser variados, como o segmento “noticiário da pátria”, que tem duração aproximada de 15 minutos; as “inaugurações de obras públicas”; as “concentrações políticas do partido”; “as formaturas nas faculdades criadas por Hugo Chávez”, entre outras informações.

#### 4.3.1 A TV regional, a mais afetada

Depois da saída do ar do canal RCTV, a televisão venezuelana teve um intervalo de dez anos sem registro de caso parecido. O custo político havia sido alto, as críticas sobre a decisão vieram de organismos internacionais de direitos humanos e dos próprios venezuelanos. Segundo pesquisa da Datanalisis, cerca de 70% dos venezuelanos estavam contra o fechamento de RCTV (SÁ CHEZ, 2007).

Como se mostra na Tabela 4, apenas em 2017 foram registrados outros casos de fechamento de canais de televisão, neste caso direcionados à televisão regional. De acordo com o trabalho de campo aqui empreendido, entre janeiro 2013 e junho 2019 pelo menos seis canais de televisão deixaram de transmitir seu sinal. Por serem canais de menor alcance, os protestos, os pronunciamentos e a cobertura midiática dessa notícia não tiveram o alcance que teria gerado o fechamento de um canal de sinal aberto.

Como mostra a Figura 22, no caso das estações de televisão, os estados mais afetados no governo de Nicolás Maduro foram aqueles localizados nas regiões Andina, Capital e Zuliana. Em 2017 foram fechados três canais de televisão em Los Andes – TCT, ZEA TV e ULA TV, localizados no estado Mérida. Os três veículos foram retirados também da grade das companhias de TV a cabo locais e nacionais onde operavam. Os três fechamentos de canais ocorreram durante o período de protestos que durou quase cinco meses seguidos, anteriormente mencionados e explicados no caso do rádio.

No final de dezembro em 2018 foi fechado um canal de televisão comunitária, Afro TV, localizado na região Capital. O veículo funcionava no estado de Miranda e era a única televisão comunitária que cobria as notícias do município San José de Barlovento, onde mantinha suas instalações. Foi o primeiro canal que nasceu com a ideia de promover a cultura afrodescendente na América Latina e na Venezuela. Apesar de o meio se declarar como oficialista, desde o encerramento das transmissões não tem recebido ajuda ou alguma posição do Estado para voltar ao ar.

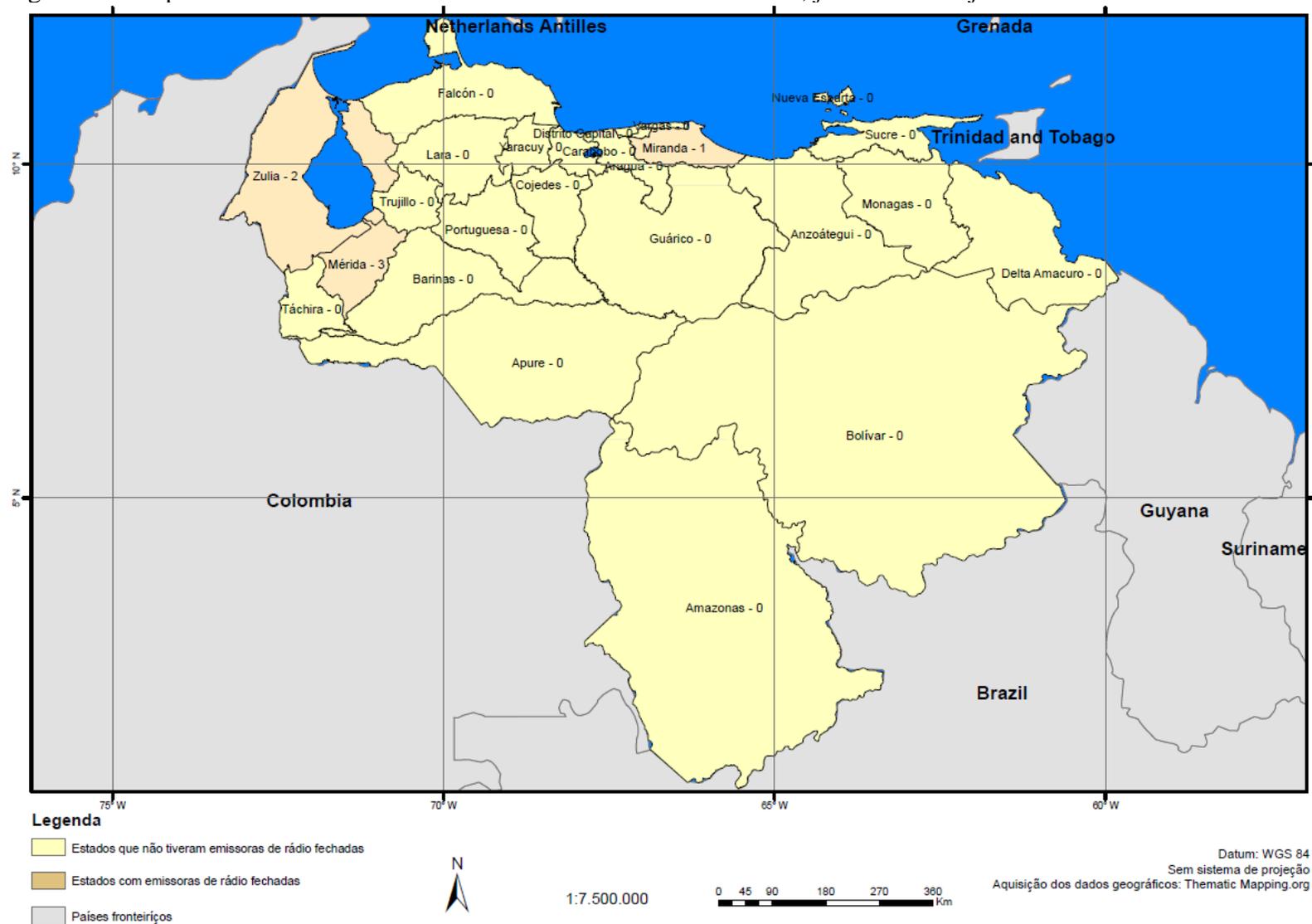
Tabela 4 - Canais de televisão aberta que deixaram de transmitir: janeiro 2013 e junho 2019.

Ano	Nome do meio
2017	ULA TV
	Televisión Cultural Tovar (TCT)
	ZEA TV
2018	Afro TV
2019	Aventura TV
	Global TV

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Um ano depois, em 2019, foram fechados dois canais na região Zuliana, Global TV e Aventura TV, os quais compartilhavam as instalações e as antenas no Sector Valle Frío. Ambos também estavam disponíveis na lista das empresas de TV a cabo nacionais “Inter”, “NetUno”, “Multivisión” e “Matrix”, mas por ordens da Conatel foram retirados no mesmo dia de uma inspeção. Os dois fechamentos aconteceram durante os protestos de 2019, quando os venezuelanos tomaram as ruas para exigir de Nicolás Maduro a sua saída do cargo, enquanto a Assembleia Nacional nomeou Juan Guaidó como Presidente Interino.

Figura 22 - Mapa dos fechamentos dos canais de sinal aberto na Venezuela, janeiro 2013 - junho 2019.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

#### 4.3.2 Causas: Impacto político e legal

Como se mostra na Figura 23, a causa que mais motivou a saída de canais de televisão do ar entre janeiro 2013 e junho 2019 foi “transmissão de discursos de oposição”, atingindo dois dos canais fechados. De acordo com as informações do encarregado da Conatel – que realizou o procedimento contra os canais zulianos Global TV e Aventura TV – os dois meios saíram do ar por terem transmitido o discurso de proclamação de Juan Guaidó.

Em 23 de janeiro de 2019, na concentração convocada pelos setores de oposição em Caracas, o Presidente da Assembleia Nacional realizou um juramento público como Presidente Interino do país, baseado nos artigos 233, 333 e 350 da Constituição. Global TV e Aventura TV foram dos poucos canais que transmitiram a mensagem em tempo real. No mesmo dia, uma comissão da Conatel, acompanhada de 15 carros da Contra Inteligência Militar chegaram às suas instalações para fazer uma revista e, depois, ordenar a saída do ar dos dois canais. Nessa operação foram confiscados os transmissores e as câmeras de segurança dos meios, assim como foi cortada a energia elétrica em todo o prédio, afetando o portal web que funcionava nas mesmas instalações, o *Noticia Al Día*.

Cabe destacar que os canais de TV de sinal aberto (privados, estatais e por assinatura) não transmitiram ao vivo a proclamação de Guaidó, senão apenas alguns fragmentos nos noticiários. O canal VTV, televisão pública, dividiu sua transmissão unicamente entre o discurso de Nicolás Maduro e os diferentes pontos de protestos a seu favor, deixando fora as manifestações da oposição. O mesmo aconteceu com a *TVES* e o canal da FANB. Os canais *Venevisión* e *Televen* decidiram priorizar as novelas, enquanto *Globovisión* e *Canal I* decidiram continuar com a programação habitual.

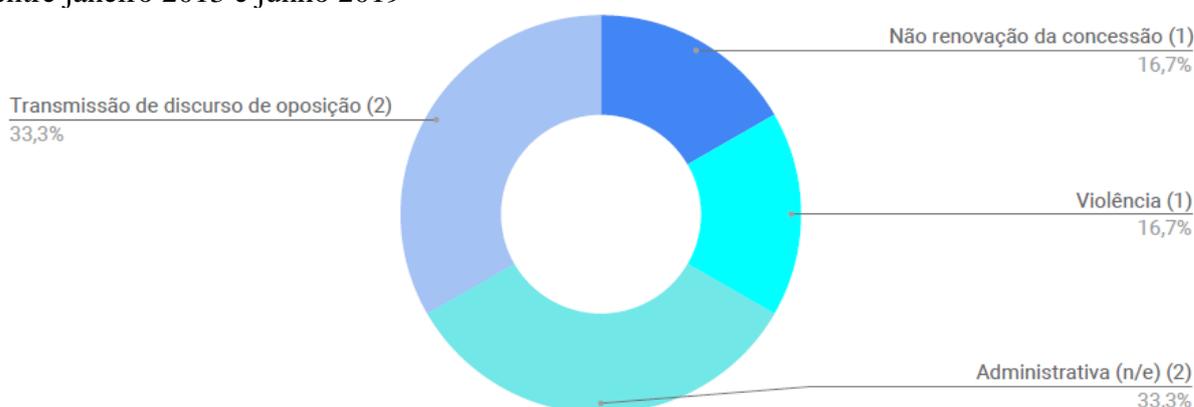
Segundo o *Balance Especial* de IPYS (2019) a informação em digital tampouco funcionou normalmente. Naquele dia, a conexão de Internet foi de 0,90 Mbps, quatro vezes abaixo da média da América Latina, segundo a *Comisión Económica para América Latina y El Caribe* (CEPAL). O mesmo informe indicou também que foram suspensos serviços do Google, como a plataforma de Gmail e Drive, a página da Wikipedia em espanhol; as aplicações para YouTube, Twitter e Instagram, de alto consumo no país; e os protocolos de conexão, o que impediu a consulta de conteúdos relacionados com a “Frente Amplio”<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> O Frente Amplio Venezuela Libre (FAVL) é uma organização política liderada pela coalizão da oposição, que nasce dos protestos no ano 2018. Entre seus objetivos estava a convocatória das manifestações de rua durante 2018.

A segunda causa mais frequente no fechamento de canais de TV foi a “administrativa, não especificada (n/e)”, que envolveu dois canais no estado Mérida: TCT e Zea TV. Em 16 de agosto de 2017, depois de uma inspeção da Conatel nos veículos, foi ordenado o desligamento dos equipamentos e a retirada dos canais das programações de TV a cabo onde estavam alocados. Segundo as explicações da Conatel, a ordem foi motivada pela falta de documentação no expediente administrativo dos canais. Não foi detalhado quais documentos estariam faltando. As duas estações de TV cobriam a área de Valle de Mocotíes, formada por cinco municípios do estado Mérida. Com esta decisão, ficaram ativos dois canais locais nesta área: TTV e TVCB.

Figura 23 - Causas pelas que os canais de televisão deixaram de transmitir na Venezuela, entre janeiro 2013 e junho 2019



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

A terceira causa está relacionada a “violência” e foi registrada no estado de Miranda, envolvendo a Afro TV. Na madrugada de 14 de dezembro de 2018, um grupo de pessoas não identificadas “roubaram os equipamentos da estação e a queimaram”. Entre os danos materiais se registraram o roubo de câmaras, consoles, computadores, switchers, microfones e outros aparelhos. Apesar de terem sido roubados todos os equipamentos, a perda mais significativa foi a queima dos arquivos fotográficos, sonoros e audiovisuais que haviam sido armazenados durante oito anos.

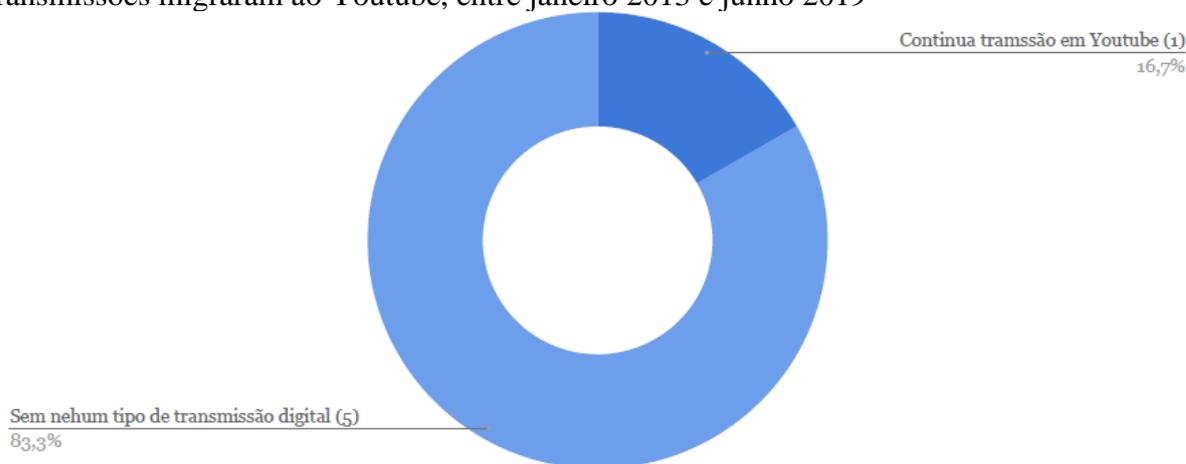
A quarta e última causa está relacionada à “não renovação da concessão” e foi registrada no estado de Mérida, contra a ULA TV, primeiro canal universitário no país. Depois de uma inspeção que durou 12 horas, a Conatel emitiu uma ordem em que registrava o pedido de encerramento das transmissões, a apreensão dos equipamentos e o início do procedimento contra o canal universitário. De acordo com a Conatel, a saída do ar se deu pela falta de documentação no expediente e, com isso, à violação dos artigos 165 e 172 da Ley Orgánica de Telecomunicaciones. De acordo com um comunicado emitido pelo *Observatorio*

de *Derechos Humanos* da Universidad de Los Andes, ULA (2017), a universidade solicitou a habilitação e concessão perante a Conatel em 2013, mas não receberam qualquer resposta durante quatro anos, até o dia do seu fechamento.

#### 4.3.3 Quantos no Youtube?

De acordo com a Figura 24, dos seis canais de televisão que saíram do ar apenas um continuou transmitindo no *streaming* de Youtube, através de seu canal “ULAtv oficial”, mas com interrupções. Atualmente, o canal universitário conta com apenas seis programas transmitidos ao vivo na plataforma de vídeos, e simultaneamente na página web: “tv.ula.ve” - Visión universitária, Universidad Somos Todos, La Universidad por dentro, La Mirada Plural, ARTV e Ula Informa. Mantêm atualizadas as suas contas em redes sociais no Facebook, Twitter e Instagram, nas quais publicam notícias do campus e do estado de Mérida.

Figura 24 - Porcentagem de canais de televisão que depois do cessamento de suas transmissões migraram ao Youtube, entre janeiro 2013 e junho 2019



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Cinco canais de televisão não continuaram suas transmissões em nenhuma plataforma online. O único sem canal no Youtube é a estação Aventura TV, os outros três estão registrados na plataforma, mas entre 2017 e 2018 não voltaram a fazer upload de conteúdo, tampouco na maioria das redes sociais. As atualizações mais recentes foram da Afro TV, que publicou seu último post no Instagram em abril 2019, e da Aventura TV que publicou no mesmo aplicativo pela última vez em março do mesmo ano. Por outra parte, o canal Global TV mantém informação diária na conta de Twitter “@globaltvzulia”, onde se identifica no

perfil apenas como uma conta de “noticias zulianas e do mundo” e não como um canal de televisão.

#### 4.4 Caso 4: TV satelital, bloqueios desproporcionados

Como mencionado anteriormente, em 2009 se realizou o primeiro controle direto dos canais de televisão por assinatura. O Ministerio del Poder Popular para las Obras Públicas, antigo diretor da Conatel, emitiu uma providência administrativa com a finalidade de que qualquer emissão via cabo que contasse com 30% de programação venezuelana – entendendo por isso qualquer programa com participação profissional, financeira ou técnica de origem nacional, incluindo a publicidade – adotasse as mesmas obrigações que a Ley de Responsabilidad Social impôs para a televisão aberta. Entre estas responsabilidades figurou a transmissão obrigatória das cadeias de rádio e televisão, medida que afetou os canais a cabo que operavam no país, sendo o caso mais emblemático a não aprovação do registro de produtora independente (PNI) para a RCTV Internacional.

Em 2010 a Ley de Responsabilidad Social en Radio e Televisión foi reformada, passando a incluir veículos serviços de difusão por assinatura em geral e os novos meios digitais. A partir desse ano, foi aberta a possibilidade de penalizar um canal a cabo em situações em que o Estado considere que incite o ódio, promova o delito, faça propaganda de guerra, induza ao homicídio ou se desconhecem autoridades. No governo do Presidente Hugo Chávez não se registrou nenhum fechamento de canal de televisão a cabo que tivesse instalações fora do país. Apesar de tornaram-se conhecidas as críticas e os insultos do Presidente através de seu programa *Aló Presidente* ou em cadeia de rádio e televisão contra os donos dos meios internacionais e seus principais jornalistas.

Em 2013 o Presidente Nicolás Maduro bloqueou pela primeira vez um canal de televisão a cabo nacional, e em 2014 um a cabo internacional. Estes bloqueios têm aumentado até hoje e se repetem no procedimento: poucas explicações e contradições com o marco legal. Apesar de que no site oficial da Conatel mostra-se a transparência como um valor (CONATEL, 2019), nem sempre se tem informação sobre as razões dos fechamentos.

Na maioria dos casos, na página web da instituição não se especifica a violação da lei a que corresponde cada bloqueio, nem o estado em que se encontra a medida aplicada. A partir de 2015 estes bloqueios se estenderam também para os programas de televisão. Dias antes da estreia da telenovela *La Reina del Sur* no canal internacional Pasioness, programado para 10 de novembro, a Conatel enviou um comunicado ao presidente executivo da DirecTV

para solicitar que se abstivessem de promover e difundir a produção, já que a história poderia enquadrar-se no gênero de narconovela. De acordo com o comunicado este conteúdo promove um conjunto de antivalores e expressa graves violações às disposições da Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión. O mesmo aconteceu um ano mais tarde com a telenovela *El Chapo* transmitida pelo canal Mundo Fox, que não foi transmitida na Venezuela.

Em 2017 com o hashtag #AquíNoSeHablaMalDeChávez a Conatel pediu aos usuários em sua conta no Twitter que denunciasses qualquer operadora de televisão a cabo que estivesse transmitindo o seriado *El Comandante*, inspirado na vida do Presidente Hugo Chávez. Este seriado foi produzido pela Sony Pictures Entertainmen, e seria transmitido por *RCN Colombia*. No dia da estreia, porém, algumas operadoras de TV a cabo deixaram de transmitir durante os 70 minutos a programação, devido às mensagens compartilhadas pela Conatel e outras pessoas do governo nas redes sociais.

#### 4.4.1 Bloqueios em Directv

De acordo com o encontrado nesta investigação, no período entre janeiro 2013 e junho 2019 foram bloqueados de forma definitiva dez canais de televisão via satélite e três canais de forma temporária. Os 13 canais estavam na grade do serviço de satélite da DirecTV e de outras empresas importantes de TV a cabo como Intercable, Netuno e Telefónica. De todos os casos de bloqueio, a primeira companhia que recebeu a ordem da Conatel foi DirecTV, talvez motivado pelo número de assinantes. Segundo o último informe de telecomunicações emitido pela Conatel (2018), a DirecTV concentra mais de 2 milhões dos usuários de TV paga no país, o que representa 44% do total das assinaturas. Outras empresas de televisão por cabo, sobretudo as que estão localizadas no interior do país, demoraram mais de uma semana para realizar o bloqueio destes canais. Inclusive ainda existem empresas que conservam o seu sinal.

A Tabela 5 resume os nomes dos veículos afetados, o número do canal em Directv e ano em que se realizou a paralisação.

Através da investigação se observou que pelo menos seis canais são da América Latina - quatro funcionam a partir da Colômbia (NTN24, El Tiempo TV, RCN e Caracol TV Internacional), um desde o Chile (24 Horas) e um desde a Argentina (Todo Noticias). Estes canais mantêm correspondentes no país, que dedicam parte dos seus espaços de notícias e opinião à informação sobre a situação política na Venezuela. Além disso, têm realizado

reportagens especiais como “Agresiones a la prensa en Venezuela” e “Repressão na Venezuela” de NTN24, que receberam prêmios de jornalismo.

Outros três canais operam a partir dos Estados Unidos. O primeiro, CNN em Espanhól dedica parte de sua programação às notícias da Venezuela. Nos programas Conclusiones e Nuestro Mundo quase todo o horário está ao tema quando há protestos prolongados ou notícias sobre o conflito político no país. A CNN Internacional, por sua vez, mantém cobertura menos frequente, como em relação a qualquer outro país da América Latina. As transmissões são em inglês e ou foco são notícias dos Estados Unidos e do Canadá. O Nat Geo é um canal dedicado à cultura, história e natureza. Dentro da sua programação não são transmitidas notícias, mas alguns usuários venezuelanos nas redes sociais costumam comentar documentários sobre os conflitos mundiais como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial ou ditaduras em vários países do mundo. Outros três canais bloqueados são transmitidos da Europa: Antena 3, da Espanha, Deutsche Welle, da Alemanha, e BBC Mundo da Inglaterra. Esses canais mantêm correspondentes permanentes no país e informações constantes na sua programação sobre a situação política na Venezuela. Apenas um canal dentre os bloqueados transmitia a partir da Venezuela: ATEL TV, que funcionava no estado de Zulia.

Tabela 5 - Canais de televisão que foram bloqueados de forma definitiva ou parcial em DIRECTV, entre janeiro 2013 e junho 2019.

Ano	Nome do meio
2013	Atel TV
2014	NTN24
	CNN Español
2017	RCN Todo Noticias
	Caracol TV Internacional El Tiempo TV
	Antena 3
2019	24 Horas Chile
	BBC Mundo
	Deutsche Welle DW
Temporários	CNN Internacional Nat Geo

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

#### 4.4.2 Causas dos bloqueios: “decisão do estado”

De acordo com a Figura 25, a causa que se relaciona com a maioria dos bloqueios é a “não especificada (n/e)” e representa 53.8% do total dos canais afetados. As sete emissoras saíram da grade da DirecTV sem ter recebido uma notificação prévia ou uma ordem legal da Conatel. Os proprietários dos meios acreditam que pode tratar-se de uma retaliação política. Os canais afetados respondem a situações diferentes, mas os bloqueios ocorrem principalmente dentro do contexto da cobertura das manifestações políticas:

- a) O primeiro caso foi contra o canal Atel TV. De acordo com o diretor da estação, Ricardo Bravo, a empresa estava com problemas econômicos e dívidas. Em maio de 2013 haviam iniciado conversas de venda com o grupo de comunicações 6to Poder, conhecido por ter uma linha editorial contrária ao governo em todos os meios que administra. A ideia dos compradores era começar uma estação dedicada 24 horas à informação. No entanto, em 23 de maio daquele ano, antes da venda ser concretizada, a Conatel emitiu a ordem de bloquear o canal. Apesar dos advogados e representantes do canal se apresentarem à instituição pedindo respostas e solicitando o retorno do sinal, o canal não foi desbloqueado e tampouco vendido.
- b) O segundo caso envolveu os canais Nat Geo e Antena 3, bloqueados pela Conatel durante a transmissão do show beneficente Venezuela Aid Live. A atividade foi realizada em 22 de fevereiro de 2019 na fronteira entre Venezuela e Colômbia, na ponte internacional Las Tienditas, com a intenção de recolher ajuda humanitária através de doações online, assim como concentrar na Colômbia os caminhões com donativos enviados por diferentes países que entrariam na Venezuela. Nem no dia do bloqueio do sinal, nem nos dias posteriores, a Conatel deu declarações sobre os motivos das paralisações. O Nat Geo foi restituído à grade da DirecTV em 15 de abril do mesmo ano, e o Antena 3 continua esperando alguma resposta.
- c) O terceiro caso aconteceu contra o canal 24 Horas Chile, no dia seguinte do show, quando a oposição tentou fazer ingressar a ajuda humanitária. Em 23 de fevereiro de 2019, o canal chileno estava na fronteira transmitindo esses acontecimentos ao vivo quando foi seu sinal foi bloqueado na operadora DirecTV. Como nos casos anteriores, a Conatel não especificou os motivos e até hoje o sinal não foi restituído.

- d) O quarto caso registrado foi contra o canal Deutsche Welle DW. Em 13 de abril de 2019, o canal alemão foi bloqueado. Nos meses anteriores o veículo havia ampliado sua cobertura sobre a situação da Venezuela, através de um espaço de 15 minutos diários ao vivo com maior análise, entrevistas, informes e conexões com especialistas sobre o país. O Ministro de Exteriores alemão e o diretor do canal pediram à Conatel para reconsiderar a decisão e em 15 de abril, o canal voltou a ser exibido em todas as empresas de TV a cabo no país, mas nunca se conheceu o que motivou o bloqueio.
- e) O quinto caso diz respeito aos canais de notícias BBC Mundo e CNN Internacional. Em 30 de abril de 2019 se desenvolveu uma tentativa de golpe de Estado contra Nicolás Maduro. O foco principal do movimento estava na Base da Força Aérea La Carlota em Caracas. Os canais informavam sobre a situação quando foram retirados do sinal da DirecTV. A BBC Mundo ainda não foi desbloqueada, mas a CNN Internacional voltou ao ar em 9 de maio. Também não houve explicações nem notificações sobre a causa do bloqueio por parte da Conatel.

A segunda causa associada aos bloqueios de canais de televisão a cabo é a “instigação ao ódio” e a “assassinato”, e representa 46.2% do total de meios afetados. Segundo declarações de funcionários da Conatel estes veículos ‘afetam a paz e tranquilidade da nação’.

Os quatro casos apresentados a seguir estão associados a “instigação ao ódio”.

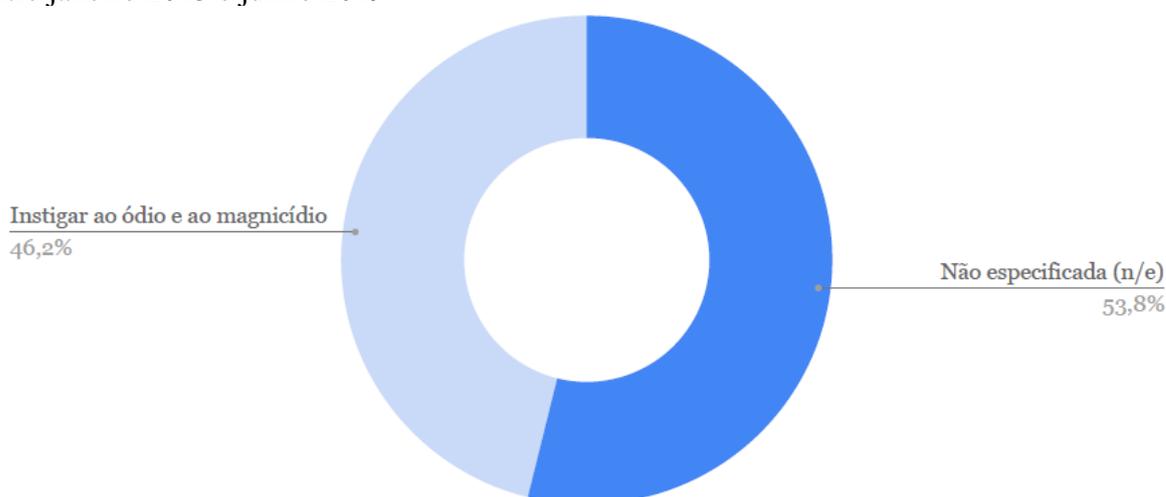
- a) O primeiro foi contra o sinal de NTN24. Em 12 de fevereiro de 2014, durante a cobertura de protestos denominados “La Salida”, o canal foi retirado das operadoras de TV a cabo. De acordo com declarações do diretor da Conatel, William Castillos, a cobertura realizada pelo canal estaria violando o artigo 27 da Ley de Responsabilidad Social em Radio e Televisión, que proíbe “a incitação ou a promoção ao ódio e à intolerância”. No entanto, segundo as declarações do Presidente Nicolás Maduro, esta foi “uma decisão do Estado”. Até hoje, o canal se está bloqueado nas grades de TV a cabo do país.
- b) O segundo bloqueio foi da CNN em Espanhól em 2017, depois da reportagem “Pasaportes en la sombra”, que revelou a emissão fraudulenta de vistos e passaportes venezuelanos para pessoas do grupo terrorista Hezbollah. A investigação mostrou que o vice-Presidente venezuelano, Tareck El Aissami, estaria por trás deste caso de corrupção. O governo da Venezuela

desmentiu esta informação e aplicou a penalidade. De acordo com comunicado da Conatel, o procedimento aplicado à CNN em Espanhól respondeu à divulgação de “conteúdos que constituem agressões diretas que atentam contra a paz e a estabilidade democrática de nosso povo venezuelano” (CONATEL, 2017). Dias mais tarde o Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros do Tesouro dos EUA (OFAC) incluiu Tareck na lista de pessoas mais procuradas pelo delito de “tráfico de narcóticos” (ICE, 2019). O canal não regressou à grade da DirecTV nem de outras operadoras a cabo do país. Desde o bloqueio, a Conatel não tem apresentado qualquer avanço sobre os procedimentos legais aplicados.

- c) O terceiro caso se refere aos canais Todo Noticias e El Tiempo TV. Em 19 de abril de 2017, na cobertura de um protesto da oposição, os dois canais foram bloqueados e não receberam confirmação oficial da Conatel acerca dos motivos. No mês posterior, o Presidente da Comissão, Andrés Eloy Méndez, declarou que a medida foi tomada pelo fato de que esses veículos “pretendiam injetar violência no país”.

Outros dois casos estão relacionados a “instigação a assassinatos” e envolveram os canais colombianos Caracol TV e RCN. De acordo com as declarações do diretor da Conatel, Andrés Eloy Méndez, estas medidas foram tomadas depois de uma entrevista transmitida pelos canais, na qual o ex-Presidente mexicano Vicente Fox fez críticas ao governo venezuelano. Ele disse que se Nicolás Maduro não renunciar ao poder “sairá com os pés em um ataúde”.

Figura 25 - Causas pelas quais os canais de televisão a cabo foram bloqueados na Venezuela, entre janeiro 2013 e junho 2019



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

É importante mencionar que os meios foram bloqueados em 24 de agosto de 2017, uma semana antes que a Fiscal Geral, Luisa Ortega Díaz, solicitasse asilo político na Colômbia. Os meios de comunicação cobriram as declarações e atividades realizadas pela ex-Fiscal desde a sua chegada ao país vizinho.

É importante mencionar que, de acordo com os informes anuais do IPYS e do Espacio Público, antes de ocorrer os bloqueios estes meios de comunicação haviam tido dificuldades para manter sua cobertura jornalística na Venezuela. Entre os incidentes mais graves registrados pelas organizações estão os seguintes:

- *NTN24*

- Em 2014: O câmera Gonzalo Ruiz e o repórter Jesus Medina foram agredidos fisicamente depois de entrevistar o governador Vielma Mora na sua residência. O sinal na DirecTV foi bloqueado e seu site mudou de domínio 16 vezes tratando de evitar o bloqueio (ESPACIO PÚBLICO, 2014c):.

- Em 2015: Uma equipe de repórteres que se encontrava no Hospital Universitário de Caracas foi retida por aproximadamente 30 manifestantes do governo e o correspondente Gonzalo Ruiz, recebeu uma pedrada na mão durante a cobertura de um enfrentamento entre a PNB e estudantes de ensino meio da Universidade Católica del Táchira (UCAT).

- Em 2016: Um manifestante do governo apontou com uma pistola no peito do jornalista Rafael Hernández, no momento em que ingressava à Assembleia Nacional.

- *CNN en Español e CNN Internacional* :

- Em 2014: O Ministério de Comunicação negou credenciais à jornalista Patricia Janiot, à produtora Magdalena Cabral e aos correspondentes Osmar Hernández e Rafael Romo. No mesmo ano, uma equipe de repórteres foi assaltada enquanto cobria as manifestações estudantis de oposição.

- Em 2015: A jornalista Patricia Janiot foi detida por três horas no aeroporto de Caracas. Foram confiscadas oito caixas de equipamento técnico que não tinham permissão temporal (que não havia sido solicitada no pedido de credenciamento).

- Em 2019: O jornalista Rafael González foi detido no Aeroporto Internacional Simón Bolívar por pessoas não identificadas como funcionários públicos. Depois de 40 horas desaparecido informaram aos seus familiares que ele estava preso por delinquência, atestado falso e instigação. No mesmo ano foram detidas pelos SEBIN as jornalistas Osmar Hernández e Beatriz Adrián, da Caracol TV, por informar sobre a detenção de Juan Guaidó.

- *Caracol Tv*

- Em 2015: Correspondentes do canal foram detidos por mais de três horas quando ingressavam no país para fazer a cobertura das eleições legislativas. Por falta de “um documento de importação” os equipamentos de gravação não puderam entrar no país.
- Em 2017: Funcionários da GNB agrediram fisicamente a jornalista Elyangelica González, enquanto ela fazia uma transmissão via ligação telefônica nos arredores do TSJ.

- *BBC*

- Em 2017: Os correspondentes Ian O39; Reilly e Stephen Sackur, que recolhiam informação sobre as condições de encarceramento do líder de oposição Leopoldo López foram detidos por 12 horas no Sebin e depois deportados.

- *DW*

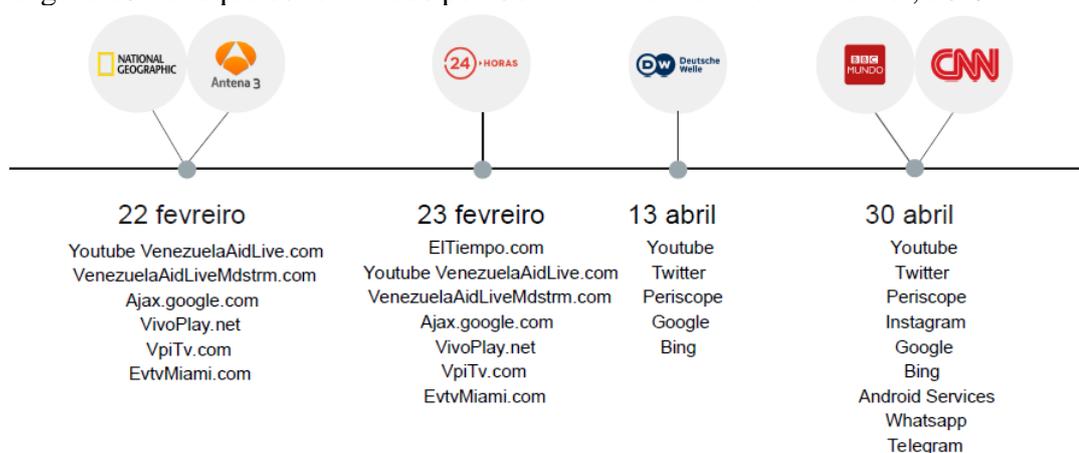
- Em 2018: o canal foi bloqueado durante uma hora, no início da transmissão do documentário “Venezuela la huida de un Estado fallido”, realizado pelo jornalista Óscar Schlenker.

#### 4.4.3 Mais conflitos = mais bloqueios na TV a cabo e na Internet

De acordo como a Figura 26, nos dias de 2019 em que foram realizados os bloqueios nos canais de TV a cabo, também foram bloqueadas diferentes páginas de reprodução de *streaming*, assim como serviços de busca, redes sociais e sites dedicados à informação sobre a Venezuela. No mês de fevereiro, durante a transmissão do show de coleta de ajuda humanitária, foram bloqueadas as páginas da organização nas quais era possível reproduzir o concerto ao vivo. Também se impediu o acesso aos portais de notícias que estavam transmitindo o evento: El Tiempo TV, Vivoplay, VPI e Evtv Miami, e a plataforma Youtube. No mês de abril, durante o contexto dos protestos liderados por Juan Guaidó e a tentativa de golpe de Estado, os bloqueios estiveram dirigidos principalmente às redes sociais como Youtube, Twitter, Periscope, Instagram, Whatsapp, Telegram, assim como aos serviços de busca como Google e Bing.

Estes bloqueios simultâneos aumentam a desinformação, ao impedir que as pessoas dentro do país tenham condições mínimas de pluralismo para se manter informadas. Somado a isto, quando os conflitos aumentam, as transmissões em cadeias obrigatórias pelo Presidente Nicolás Maduro tiram a possibilidade de saber informações produzidas pela da televisão nacional aberta e o rádio.

Figura 26 - Bloqueios realizados por Conatel em Directv e na internet, 2019.



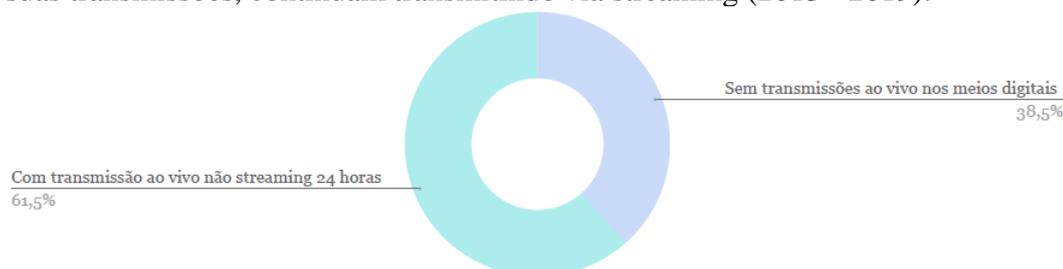
Fonte: NetBlocks e VeSinFiltros (2019).

#### 4.4.4 Streaming : Disponível somente para Venezuela

De acordo com a Figura 27 a maioria dos canais de televisão a cabo conta “com transmissão ao vivo no streaming, 24 horas”. Isso significa que 61,5% dos veículos afetados ainda podem ser assistidos na Venezuela via meios digitais. No caso da DW, CNN em Espanhól e Antena 3, os canais não contavam com programação ao vivo na plataforma digital. Como consequência do bloqueio na Venezuela, os canais disponibilizaram o streaming nos seus portais web unicamente para pessoas dentro do território nacional venezuelano. Outros canais como NTN24, RCN, Caracol TV, 24 Horas e Todo Noticias já mantinham o serviço através do YouTube e de um reprodutor na página web aberta para todos os países, sem restrição.

Por outro lado, 30.8% dos canais bloqueados estão “sem transmissões ao vivo nos meios digitais”. Atel TV, Nat Geo, CNN Internacional, BBC Mundo e El Tiempo TV não dispõem desse serviço para usuários na Venezuela. Desde que foram realizados os bloqueios não existe outra opção para assistir sua programação no país ao vivo. Todos têm canal no YouTube onde são publicados vídeos com segmentos ou resumos dos conteúdos mais importantes da programação.

Figura 27 - Porcentagem de canais de televisão a cabo que depois do bloqueio de suas transmissões, continuam transmitindo via streaming (2013 - 2019).



Fonte: Elaboração da autora

## CONCLUSÃO

A situação democrática e econômica da Venezuela é um fator chave para entender o funcionamento do sistema de meios de comunicação atual.

Primeiramente, de acordo com o paralelismo entre os índices da Freedom House sobre a Venezuela, publicados nos últimos cinquenta anos, e o conceito de “desdemocratização” de Tilly (2007), a relação que mantém o Estado com os cidadãos e outras instituições do país têm se deteriorado desde finais da década de 90 e agravado no governo de Nicolás Maduro. Os direitos e liberdades políticas, entre elas a liberdade de expressão e imprensa, não se encontram garantidos totalmente. Isto posiciona ao sistema de governo venezuelano cada vez mais longe da definição da democracia ideal ou poliarquia, e cada vez mais perto da “desdemocratização”. No caso específico dos direitos da liberdade de imprensa, esta “desdemocratização” é observada no aumento da censura, a autocensura, a violência contra jornalistas e donos de meios de comunicação, e a diminuição evidente do número de veículos comunicacionais.

Da mesma forma em que o sistema político configura a relação entre a sociedade civil e o governo, e entre a mídia e o governo; também o sistema econômico é um fator determinante. Em primeiro lugar, devido à própria natureza do Estado venezuelano, que tem como base econômica os ingressos do petróleo, o governo tem evitado uma dinâmica de negociação com empresas privadas ou empreendimentos da sociedade civil, entre os que destacam as grandes corporações de meios de comunicação e os pequenos empresários. Se bem depois do estabelecimento da democracia o setor comunicacional tenha-se mantido alinhado à maioria dos governos, depois do Golpe de Estado falido contra o Presidente Hugo Chávez em 2002, este pacto se dissolveu. Tal acontecimento abriu uma brecha entre ambas partes. Nos últimos vinte anos, a maioria das decisões relacionadas com a criação de leis e a alteração das legislações comunicacionais foram aprovadas sem a presença de todas as partes. Algumas destas normas foram incorporadas inclusive através de Leis Habilitantes, sem ser discutidas pela Assembleia Nacional.

Em segundo lugar, a alta capacidade estatal permitiu que o governo alterasse a distribuição dos recursos, mudando as relações entre as diferentes instituições do país. É dizer, incluindo e retirando da repartição monetária a quem não compartilhava seus objetivos. No caso dos meios de comunicação, esta redistribuição da renda petroleira e reorganização das relações incluiu um maior controle sobre as concessões ou permissões de exploração radioelétrica por parte de Conatel; o desenvolvimento de vários sistemas de controle

cambiário para a venda de dólares preferenciais (Cadivi e Cencoex), a monopolização do papel de jornal, e a transferência de contratos de publicidade a veículos a favor da gestão do Estado. Da mesma forma se evidenciou o investimento milionário aos meios de comunicação estatais, comunitários e alternativos, com linhas editoriais pro-governo, tendo como consequências a evolução de uma concentração da mídia privada para uma mídia estatal.

Nessas condições de “desdemocratização” e pouco consenso, entre janeiro 2013 e junho 2019, foram fechados no total 153 meios de comunicação (jornais, emissoras de rádio e canais de televisão aberta) e bloqueados 10 canais de sinal internacional de forma definitiva. Na maioria dos casos analisados no Capítulo IV, acharam-se várias características comuns durante os fechamentos ou bloqueios. A partir delas pode-se concluir o seguinte:

- a) Na Venezuela, as renovações das concessões são utilizadas de forma politizada como um método de censura e autocensura. Amparado no artigo 31 da LOTEL, Conatel mantém silêncio enquanto as permissões dos veículos chegam ao seu vencimento, o que leva aos meios de comunicação a permanecer em um status de ilegalidade. Com o prazo da renovação vencido, a instituição apenas oferece a oportunidade de continuar no ar aos meios de comunicação que omitem certas discussões políticas ou que evitam ir em profundidade sobre temas que comprometem os interesses do governo e seus funcionários.
- b) O processo judicial não é garantido. Na maioria dos casos apresentados, não se mostram as ordens respectivas da instituição ou se especificam os motivos das sanções, assim como também não são respeitados os horários habituais de escritório e os tempos estabelecidos na Ley de Responsabilidad Social en Radio e Televisión para inciar o procedimento de recurso. Cabe destacar que há casos nos quais ainda se desconhece a motivação da Comissão para o bloqueio do sinal ou do fechamento do veículo.
- c) As confiscações realizadas por Conatel como parte do procedimento judicial, não são apenas dos transmissores propriedade do Estado, pois também estiveram incluídos todos os aparelhos de informática, comprados pelos donos dos veículos. Uma parte dos proprietários, especialmente das emissoras de rádio, declarou que até hoje não tem recebido informação sobre a localização dos bens.
- d) Geralmente, o cancelamento das transmissões acontece em períodos de alta tensão política, nos momentos em que é preciso uma maior cobertura das

notícias nacionais. Principalmente em situações em que se reportam frequentes protestos da oposição, situações de violência e saques a comércios ou cortes gerais de energia elétrica dentro do país.

- e) Durante estes procedimentos realizados pela Conatel, também se tornou uma rotina que os funcionários da instituição ingressarem às instalações dos meios de comunicação em companhia de equipes grandes de GNB ou militantes do PSUV. Mesmo tratando-se de operações regulares que não requerem da presença de corpos de segurança. Em algumas oportunidades é utilizada a violência ou a detenção contra os trabalhadores das estações.
- f) Os veículos administrados por políticos de oposição ou com programas conduzidos por deputados ou militantes distintos aos do PSUV são alvos de fechamentos, bloqueados ou violência.
- g) Os meios de comunicação comunitária e alternativa (tanto de oposição quanto do governo), especialmente aqueles com programas dedicados às denúncias dos cidadãos, são mais suscetíveis a serem roubados e não voltar às atividades pelo elevado custo dos equipamentos. É importante mencionar que as investigações realizadas para encontrar os culpados não foram atendidas pelos organismos de segurança pertinentes.
- h) Os estados do país com maior número de fechamentos estão localizados nas regiões mais afastadas da Capital (i.e., regiões central, andina, ocidental e zuliana), e mais próximas do território colombiano. Entre estes estados destacam Yaracuy, com 17 meios fechados; Barinas e Cojedes, cada um com 14 veículos fechados; Falcón com 11 veículos fechados; e Mérida e Zulia, cada um com 10 veículos fechados.
- i) Particularmente, os jornais e os canais de sinal internacional são os que têm mais possibilidades de continuar nos meios digitais, através das suas páginas Web e ao vivo na plataforma Youtube. Alguns dos meios impressos já funcionavam no formato digital antes de deixar de circular. A maioria dos canais internacionais habilitaram um sinal especial para residentes da Venezuela no Youtube, dado que não prestavam este serviço anteriormente. Apesar da presença dos veículos na Internet, é importante salientar que na Venezuela existe uma velocidade de navegação baixa e que, desde o último ano, o bloqueio de redes sociais e portais informativos têm incrementado.

Através do estudo de casos foi possível inferir que a liberdade de expressão e imprensa não estão completamente garantidas. Cada vez estão mais limitadas as alternativas de consumo. Entre os anos 2013 e 2018, foram fechados no país pelo menos 22 meios de comunicação a cada ano. Se bem o governo iniciou políticas públicas para estimular o crescimento dos meios comunitários, desde o ano 2011, Conatel não atualiza a cifra do número de habilitações outorgadas para conhecer se houve modificações positivas ou negativas. A tendência está cada vez mais direcionada ao monopólio governamental das comunicações e à desapareição de meios de comunicação privados.

Apesar de que existe uma quantidade considerável de leis na área das comunicações, estas são restritivas em relação ao tipo de programação e publicação que pode ser abordado. Através de argumentos como a “defensa do país” e a proibição da “instigação ao ódio e à violência” muitos veículos foram retirados do ar. Consequentemente, os meios de comunicação optaram pela autocensura dos conteúdos, perdendo a liberdade necessária para informar. Somado a isto, os organismos encarregados de cumprir as leis, Conatel e o TSJ, nem sempre atuam de forma equilibrada, manifestando abertamente seu apoio com os ideais do partido do governo.

Uma das possíveis direções a ser consideradas para trabalhos futuros consiste em analisar os casos de bloqueios na Internet, dado que estes casos têm incrementado e possuem um funcionamento totalmente diferente aos registrados na mídia convencional. Assim mesmo, levando em conta que os cortes de energia eléctrica no país são quase diários, também outra direção apontaria à abordagem da desinformação baixo tais condições.

## REFERÊNCIAS

- AGROSITIO. 20 por ciento de la superficie de Barinas está afectada por invasiones y expropiaciones del Gobierno. Barinas, 2019. Disponible em: <<https://www.agrositio.com.ar/noticia/205236-20-de-la-superficie-de-barinas-esta-afectada-por-invasiones-y-expropiaciones-del-gobierno>>.
- ALARCÓ, N, B. Transición y consolidación democrática. la gobernabilidad de una transición política. In:\_\_\_\_\_. *La Consolidación de una Transición Democrática: El desafío venezolano* iii. 2. ed. Caracas: Colección Visión Venezuela, 2018. p. 33-60.
- ALAYÓN, A.; MARCANO, O. *El shock del efectivo en Venezuela*. 2018. Disponible em: <<http://especiales.prodavinci.com/elshockdelefectivo/>>
- ALAYÓN, A.; MARCANO, O. *La escala de la malaria en Venezuela*. 2019. Disponible em: (<http://factor.prodavinci.com/escalademalaria/index.html>).
- ALBUQUERQUE, A. Protecting democracy or conspiring against it? media and politics in latin america: A glimpse form brazil. *Journalism*, Washington, v. 7, n. 20, p. 906-923, 2017.
- ALVARADO, G. et al. *Balance Especial IPYSve — 881: la lista de la censura digital en Venezuela*. 2019. Disponible em: (<https://ipysvenezuela.org/alerta/balance-especial-ipysve-881-la-lista-de-la-censura-digital-en-venezuela/>).
- ANDA. Informe de Inversión Publicitaria en Venezuela 2013. Caracas, 2013. ARROCHA, P. *La escasez de papel pone en jaque a diarios venezolanos*. 2014. Disponible em: <<http://www.laverdad.com/politica/44225-la-escasez-de-papel-pone-en-jaque-a-diarios-venezolanos.html>>.
- AVENDANO, E. *Lecciones del periodismo en dictadura*. 2017. Disponible em: <https://elestimulo.com/climax/lecciones-del-periodismo-en-dictadura/>
- BANCO MUNDIAL. Informe: Migración desde Venezuela a Colombia. Colombia, 2018.
- BARRÍA, C. Los 10 países con la mayor inflación del mundo (y dos son latinoamericanos). 2017. Disponible em: (<https://www.bbc.com/mundo/noticias-41848661>).
- BARTLEY, K.; OBRIAIN, D. *La Revolución no será televisada: Chávez: dentro del golpe*. New York: Vitagraph Films, 2003. Documental 74 min.
- BAUTISTA, D. *La Política venezolana desde 1958 hasta nuestros días*. Caracas: Fundación Centro Gumilla, 2007.
- BBC MUNDO. Crisis en Nicaragua: Ortega suspende “temporalmente” las visitas de expertos de la CIDH que investigan la violencia en las protestas en su contra. Londres, 2018.
- BECERRA, M.; MASTRINI, G. *La Concentración Infocomunicacional en América Latina (2000-20015)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quimes, 2017.

BENÍTEZ, J. Líneas gubernamentales en medios alternativos y comunitarios. *Comunicación*, Caracas, v. 34, n. 144, p. 74–82, out./dez. 2008.

BERMÚDEZ, M. *Radio. Diccionario de Historia de Venezuela*. Caracas: Fundación Empresas Polar, 1997.

BERRY, J.; GOLDMAN, J.; JANDA, K. *The Challenge of Democracy*. Boston: Cengage Learning, 2011.

BISBAL, M. *Periodismo. Diccionario de Historia de Venezuela*. Caracas: Fundación Empresas Polar, 1997.

BISBAL, M. Los medios en venezuela. ¿dónde estamos? *Revista Espacio Abierto, Cuaderno Venezolano de Sociología*, Caracas, v. 16, n. 4, p. 643–668, 2007.

BISBAL, M. De la nueva política comunicacional a la desmesura del poder. *Comunicación*, Caracas, v. 34, n. 141, p. 70–79, 2008.

BISBAL, M. Un nuevo régimen comunicativo. política, poder y comunicaciones en tiempos de chávez. In: \_\_\_\_\_. *La Comunicación bajo asedio: Balance de 17 años*. 1. ed. Caracas: AB UCAB ediciones, 2016. p. 49–67.

BISBAL, M. Rctv: después de diez añ. *Comunicación*, Caracas, v. 42, n. 178, p. 10–13, 2017.

BISBAL, M.; RODRIGUEZ, V. *Televisión, pan nuestro de cada día*. Caracas: Alfadil Ediciones, 2005.

BLANCO, D.; ARCILA, C. O panorama midiático na venezuela: censura, confronto e crise. *Lumina*, Brasil, v. 13, n. 2, p. 73–84, 2019.

BOAS, T. Mass media and politics in latin america. In: \_\_\_\_\_. *Constucting Democratic Governance in Latin America*. 1. ed. Baltimore: Johns Hopkins, 2013.

BOBBIO, N. *El futuro de la democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

BOBBIO, N. *Teoría General de la Política*. Madrid: Trotta, 2003.

BOURDIEU, P. *Réponses*. París: Seuil, 1992.

CABALLERO, M. *La crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)*. Caracas: Alfadil Ediciones, 2007.

CADENÓMETRO. Contador de horas de Nicolás Maduro en Cadena Nacional de Radio y Televisión en Venezuela. Caracas, 2019. Disponible em: (<http://monitoreociudadano.org/cadenometro/>).

CALI, O. *El derecho a la Libertad de Expresión en las Constituciones venezolanas de 1961 y 1999*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2012.

CANELÓN, A. Del estado comunicador al estado de los medios. catorce años de hegemonía comunicacional en Venezuela. *Revista Palabra-Clave*, La Sabana, v. 17, n. 4, p. 1243–1278, 2014.

CANIZÁ LEZ, A. Ley mordaza en Venezuela. *Revista Latinoamericana de Comunicación CHASQUI*, Quito, v. 4, n. 83, p. 60–67, 2003.

CANIZÁ LEZ, A. Rctv: después de diez años. *Comunicación*, Caracas, v. 42, n. 178, p. 10–13, abr./jun. 2016.

CANIZÁ LEZ, A. ¿qué entendemos por políticas públicas de comunicación? *Comunicación*, Caracas, v. 41, n. 173, p. 29–35, 2016.

CANIZÁ LEZ, A.; COSCUJUELA, S. Recadi y la libertad en Venezuela (1986-87). *Comunicación*, Caracas, v. 42, n. 177, p. 7–21, jan./mar. 2017.

CANIZÁ LEZ, A.; LUGO, J. Telesur. estrategia geopolítica con fines integracionistas. *Revista CONfines*, Monterrey, v. 1, n. 6, p. 53–64, 2007.

CANIZÁ LEZ, A.; MATOS, M. El caso de globovisión y la implantación del modelo mixto-autoritario en el sistema de medios. *Iberoamericana*, Espanha, v. 15, n. 59, p. 127–140, 2015.

CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA. Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da Organização de Estados Americanos. Lima, 2011.

CHIRINOS, M. Hitos comunicacionales del proceso revolucionario (1999-2012). In: \_\_\_\_\_. *La Comunicación bajo asedio: Balance de 17 años*. 1. ed. Caracas: AB UCAB ediciones, 2016. p. 133–155.

CLARKE, P.; FOWERAKER, J. *Encyclopedia of Democratic Thought*. London: Routledge, 2001.

CLIMENT, G. Análisis de los orígenes de la libertad de expresión como explicación de su actual configuración como garantía institucional. *Iuris Tantum Revista Boliviana de Derecho*, Bolivia, v. 8, n. 22, p. 236–253, abr. 2016.

CÓDIGO DE ÉTICA DEL PERIODISTA. Ministério de Comunicação e Informação. Caracas, 2006.

CONATEL. Méndez: decisión sobre CNN está ajustada a la Constitución y la soberanía. Caracas, 2017. Disponible em: (<http://www.conatel.gob.ve/mendez-decision-sobre-cnn-esta-ajustada-a-la-constitucion-y-la-soberania/>).

CONATEL. Informe de las cifras del sector Telecomunicaciones, I Trimestre. Caracas, 2018.

CONATEL. Misión, Visión y Valores. Caracas, 2019. Disponible em: <<http://www.conatel.gob.ve/la-comision/>>.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA. Assembleia Nacional Constituinte. Caracas, 1961.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA. Assembleia Nacional Constituinte. Caracas, 1999.

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS. Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos. São José, 1969.

CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM E AS LIBERDADES FUNDAMENTAIS. Conselho da Europa. Roma, 1953.

CORONIL, F. *The magical state, nature, money and modernity in Venezuela*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

CUNNINGHAM, J. M. *A Brief History of Press Freedom*. 2019. Disponível em: (<https://www.britannica.com/story/250-years-of-press-freedom>).

CUNTO, G. *¿Venezuela libre de analfabetismo? ¿Qué es lo que dicen las cifras de Unesco?* 2016. Disponível em: (<http://historico.prodavinci.com/blogs/venezuela-libre-de-analfabetismo-que-es-lo-que-dicen-las-cifras-de-unesco-prodavincidatos/>)

DAHL, R. *Poliarquia - Participacion y Oposicion*. Madrid: Tecnos, 1995. DAHL, R. *On democracy*. London: Yale University Press New Haven, 1998. DAHL, R. La democracia. *Post Data*, Caracas, n. 10, p. 11–55, 2004.

DAHL, R. *A democracia e seu críticos*. Londres: Yale University Press, 2012. DANE. Información II trimestre de 2019. Bogotá, 2019.

DECLARAÇÃO AMERICANA DO DIREITOS E DEVERES DO HOMEM. Conferência Internacional Americana. Bogotá, 1948.

DECLARAÇÃO DE CHAPULTEPEC. Conferência Hemisférica sobre a Liberdade de Expressão. Cidade de México, 1994.

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO. Comissão Interamericana de Direitos Humano. Washington, 2000.

DECLARAÇÃO DE WINHOEK. Seminário para a promoção de uma imprensa africana independente e pluralista organizada pelas Nações Unidas. Winhoek, 1991.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral da Nações Unidas. Paris, 1948.

DELGADO, C. La gestión comunicacional en la administración Chávez. de la dominación mediática al control estatal. *Comunicación*, Caracas, v. 32, n. 134, p. 11–14, abr./jun. 2006.

DESANTES, J. *La Cláusula de la Conciencia*. Espanã: Eunsa, 1978.

DÍAZ, L. La venta de globovisión y de la cadena capriles activó alarmas. el control de los medios de significación. *SIC*, Caracas, v. 76, n. 757, p. 296–297, ago. 2013.

DIJKT, T. V. How globo media manipulated the impeachment of brazilian president dilma rousseff. *Discourse Communication*, Washington, v. 2, n. 11, p. 199–229, 2017.

DINERO. I Cronología de nacionalizaciones y expropiaciones en Venezuela desde 2007. Bogotá, 2010.

EFEECTO COCUYO. Bolívar se deprecia 15,16 por ciento frente al dólar en una semana. Caracas, 2019. Disponible em: <https://efectococuyo.com/economia/bolivar-se-deprecia-1516-frente-al-dolar-en-una-semana/>).

EL NUEVO HERALD. Venden TV venezolana Globovisión y anuncian nueva línea editorial de 'centro'. Caracas, 2013. Disponible em: (<https://www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/america-latina/venezuela-es/article2023054.html>).

ENCOVI. VENEZUELALA CAÍDA SIN FIN ¿hasta cuándo? Encuesta Nacional de Condiciones de Vida. Caracas, 2017. Disponible em: (<https://encovi.ucab.edu.ve/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/encovi-2016-venezuela-la-caida-sin-fin-hasta-cuando.pdf>).

ESCOVAR, R. *El Pacto de Punto Fijo*. 2019. Disponible em: ([http://www.el-nacional.com/noticias/columnista/pacto-puntofijo\\_267340](http://www.el-nacional.com/noticias/columnista/pacto-puntofijo_267340)).

ESPACIO PÚBLICO Informe 2002: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2002.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2003: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2003.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2004: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2004.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2005: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2005.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2006: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2006.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2007: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2007.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2008: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2008.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2009: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2009.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2010: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2010.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2011: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2011.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2012: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2012.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2013: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2013.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2014: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2014.

ESPACIO PÚBLICO El viacrucis de conseguir papel prensa en Venezuela. Caracas, 2014. Disponible en: (<http://espaciopublico.org/papel-prensa-ceam/#.XdCA30N7n0s>).

ESPACIO PÚBLICO Portal de NTN24 fue desbloqueado. Caracas, 2014.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2015: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2015.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2016: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2016.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2017: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2017.

ESPACIO PÚBLICO Informe 2018: Situación del derecho a la libertad de expresión e información en Venezuela. Caracas, 2018.

FAÚNDEZ, H. *Los Límites de la Libertad de Expresión*. DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

FERRAJOLI, L. *La crisis de la democracia constitucional*. Madrid: Mínima Trotta, 2011.

FGV IBRE. IPC. Brasil, 2019. Disponible en: (<https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indices-de-precos/ipc/>).

FLORES, L. *Introducción al Estudio del Derecho*. Puebla: Grupo Editorial Patria, 2014. FMI. Inflation rate, average consumer prices. Annual percent change. Washington, 2019. Disponible en: ([https://www.imf.org/external/datamapper/PCPIPCH@WEO/WEO\\_WORLD/VEN](https://www.imf.org/external/datamapper/PCPIPCH@WEO/WEO_WORLD/VEN)).

FORO PENAL. Reporte sobre la Represión en Venezuela. Caracas, 2019. FREEDOM HOUSE. Relatório Freedom House in The World, 2018. New York, 2018.

FUENMAYOR, C. Breve historia de la radio en Venezuela. *Revista Temas de Comunicación*, Caracas, v. 1, n. 13, p. 83–94, 2006.

FUNDA REDES. Boletín 004 – SECUESTROS Y DESAPARICIONES: UN DRAMA QUE CRECE EN LA FRONTERA VENEZOLANA. Caracas, 2018. Disponible en: (<https://www.fundaredes.org/2018/06/08/>)

boletin004fundaredes-secuestros-y-desapariciones-un-drama-que-crece-en-la-frontera-venezolana/

García, B. *Uma análise dos modos de regulação da radiodifusão no Brasil e na Venezuela*. 2010. 187 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

GARRIDO, H. *La arquitectura en el “medio”: comunicación y poder en la Venezuela del siglo XX*. 2017. Disponible em: (<https://prodavinci.com/la-arquitectura-en-el-medio-comunicacion-y-poder-en-la-venezuela-del-siglo-xx/>).

GIUSTI, R. et al. *La Hora Menguada*. 2013. Disponible em: (<https://diariolaregion.net/2013/08/21/comunicado-periodistas-anclas-y-fundadores-de-globovision-la-hora-menguada/>).

GONZÁLEZ, M. *Las Zonas Silenciadas en Venezuela*. 2019. Disponible em: (<http://espaciopublico.org/las-zonas-silenciadas-en-venezuela/#ftn1>).

GUTIÉRREZ, J. *Hegemonía comunicacional y compra de medios privados*. 2016. 210 p. Dissertação (Especialización en Opinión Pública y Comunicación Política) — Universidad Simón Bolívar, Caracas, 2016.

HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Trotta, 2010.

HAGGARD, S.; KAUFMAN, R. *Democracy is under threat in Hungary, Venezuela and Turkey. Could the U.S. be next?* Washington: The Washington Post, 2018.

HAUSMANN, R.; RODRÍGUEZ, F. *Venezuela Before Chávez: Anatomy of an Economic Collapse*. Pensilvania: The Pennsylvania State University Press, 2014.

HERNÁNDEZ, A.; MARCHESI, M. 60 años de la radio popular y comunitaria en América latina: historia, incidencia y prospectiva. *Comunicación*, Caracas, v. 34, n. 144, p. 15–21, 2008.

HERNÁNDEZ, G. Hegemonía gubernamental y comunicación en Venezuela. *Comunicación*, Caracas, v. 32, n. 134, p. 23–29, 2006.

HERNÁNDEZ, R. *Metodología de la investigación*. Distrito Federal: McGRAW-HILL, 2014.

HOCEVAR, M. Constitución y estado de derecho en Venezuela. *Humania del Sur*, Mérida, v. 6, n. 10, p. 135–155, 2011.

HUNTINGTON, S. *La tercera ola, la Democratización a finales del siglo XX*. Barcelona: Paidós, 1994.

ICE. Wanted: Tarek El Aissami. United States, 2019. Disponible em: (<https://www.ice.gov/most-wanted/tareckZaidanElAissamiMaddah#wcm-survey-target-id>). INE. XIV CENSO NACIONAL DE POBLACIÓN Y VIVIENDA. Caracas, 2014.

INFOBAE. Maneiro, el monopolio chavista para controlar el papel prensa en Venezuela. Caracas, 2014. Disponible em: (<https://www.infobae.com/2014/10/19/1602774-maneiro-el-monopolio-chavista-controlar-el-papel-prensa-venezuela/>).

INFOBAE. La OEA anunció que los venezolanos exiliados ya superan los 4,6 millones: qué países han recibido más y cuáles les exigen visado. Caracas, 2019. Disponible em: (<https://www.infobae.com/america/venezuela/2019/10/07/la-oea-anuncio-que-los-venezolanos-exiliados-ya-superan-los-46-millones-que-paises-han-recibido-ma>

IPYS. Banco Central rechazó solicitud de El Nacional para participar en subasta del SICAD. Caracas, 2014. Disponible em: (<https://ipysvenezuela.org/alerta/caracas-banco-central-nego-divisas-para-periodico-de-circulacion-nacional/>).

IPYS. Balance especial IPYSve — Enero 23 y 24 — La censura y la cautela informativa marcaron la agenda política en Venezuela. Caracas, 2019. Disponible em: (<https://ipysvenezuela.org/alerta/balance-especial-ipysve-23-y-24enero-la-censura-y-la-cautela-informativa-marcaron-la-agenda-politi>

KNOEMA. Cost of Producing a Barrel of Crude Oil by Country. Washington, 2014.  
KODRICH, K. The role of state advertising in latin american newspapers: Was the demise of nicaragua's barricada newspaper political sabotage. *Bulletin of Latin American Research*, Reino Unido, v. 1, n. 27, p. 61–82, 2008.

KURMANAEV, A. *Venezuela vive la peor crisis económica para un país sin guerra, según los expertos*. 2019. Disponible em: (<https://nyti.ms/2Qok1lh>).

LEVITSKY, S.; ZIBLAT, D. *Como as democracias morrem*. Río de Janeiro: Zahar, 2018.

LEY CONSTITUCIONAL CONTRA EL ODIO, POR LA CONVIVENCIA PACÍFICA Y LA TOLERANCIA. Gaceta Oficial Extraordinaria de la República Bolivariana de Venezuela n 41274. Caracas, 2017.

LEY DE RESPONSABILIDAD SOCIAL DE RADIO Y TELEVISIÓN. Gaceta Oficial Extraordinaria de la República Bolivariana de Venezuela n 39610. Caracas, 2011.

LEY DE TELECOMUNICACIONES. Gaceta Oficial Extraordinaria de la República Bolivariana de Venezuela n 36920. Caracas, 2000.

LEY DE TELECOMUNICACIONES. Gaceta Oficial Extraordinaria de la República Bolivariana de Venezuela n 39610. Caracas, 2010.

LEY DEL EJERCICIO DEL PERIODISMO. Gaceta Oficial Extraordinaria de la República Bolivariana de Venezuela n 4883. Caracas, 1995.

LEY ORGÁNICA DE PROCESOS ELECTORALES. Gaceta Oficial Extraordinaria de la República Bolivariana de Venezuela n 5928. Caracas, 2009.

LEY ORGÁNICA DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. Gaceta Oficial Extraordinaria de la República Bolivariana de Venezuela n 5859. Caracas, 2007.

LINDBLOM, C. Cómo adecuar la política en el análisis de las políticas públicas. *Gestión y Política Pública*, México, v. 6, n. 2, p. 239–255, 1997.

LORETI, D. Derecho a la información). In: \_\_\_\_\_. *El Derecho a la Información: Relación entre medios, público y periodistas*. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 1995.

LORETI, D.; LOZANO, L. Grito de libertad. *Revista Voces*, Argentina, v. 6, n. 46, p. 6–9, out. 2015.

LOZADA, O. *Renny Ottolina, el siempre rey de la tele*. 2018. Disponible em: (<http://elestimulo.com/climax/renny-ottolina-el-rey-de-la-tele/>).

LUGO, J.; CANIZÁ LEZ, A. Telesur. estrategia geopolítica con fines integracionistas. *CONfines*, Monterrey, v. 1, n. 6, p. 53–64, 2007.

MACHADO, S. *Se cumplen diez años de la salida de RCTV*. 2017. Disponible em: (<https://www.panorama.com.ve/experienciapanorama/Se-cumplen-10-anos-de-la-salida-de-RCTV-20170526-0097.html>).

MADURADAS. ¡DE MAL EN PEOR! Otro récord negativo: Venezuela tiene peor conexión a internet que Cuba e Iraq. Caracas, 2019. Disponible em: (<https://maduradas.com/mal-peor-record-negativo-venezuela-peor-conexion-internet-cuba-e-iraq/>).

MARKOFF, J. *Ola de democracia*. Granada: Comares, 1996.

MARTURET, C. *Gobierno de Isaías Medina Angarita, un régimen de libertades que duró cuatro años*. 2003. 229 p. Dissertação (Graduação em Comunicação Social) — Faculdade de Humanidades e Educação, Universidad Católica Andrés Bello, Caracas, 2003.

MATOS, C. *Media and Politics in Latin America: Globalization, Democracy and Identity*. London: Tauris, 2012.

MCCONNEL, S.; MCCOY, J.; MCCARTHY, M. Desafiando la norma. acompañamiento electoral internacional en nicaragua y venezuela. *América Latina Hoy*, Española, n. 70, p. 109–132, 2015.

MCQUAIL, D. *Media Performance: Mass Communication and the Public Interest*. London: Sage, 1992.

MIGDALL, J. *Strong Societies and Weak States: State-Society Relations and State Capabilities in the Third World*. Nueva Jersey: Princeton University Press, 1989.

MIGUEL, L. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, p. 155–184, 2002.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN. *El socialismo del siglo XXI: Hugo Chávez*. Caracas, 2013.

MONTANELLI, I. *Historia de los griegos*. Barcelona: Editorial Planeta, 2009. MORALES, M. The people show. la historia televisada de un presidente. In: \_\_\_\_\_.

*La Comunicación bajo asedio*: Balance de 17 años. 1. ed. Caracas: AB UCAB ediciones, 2016. p. 209–225.

MORLINO, L. *Democracias y democratizaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2009.

MPPE. Aló, Presidente: ¡Cómo un Presidente cautivó una audiencia, oyendo pasar los años! Caracas, 2009. Disponible em: (<http://www.alopresidente.gob.ve/historia/28/1633>).

NET BLOCKS. Second national power outage detected across Venezuela. London, 2019. Disponible em: (<https://netblocks.org/reports/second-national-power-outage-detected-across-venezuela-dQ8o728n>).

NIXON, R. Historia de las escuela de periodismo. *Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación*, Ecuador, v. 1, n. 2, p. 13–19, abr. 1982.

NOHLEN, D.; KRENNERICH, M.; THIBAUT, B. *Elections in Africa*. New York: Oxford University Press, 1999.

OBSERVATORIO VENEZOLANO DE CONFLICTIVIDAD SOCIAL. Informe 2017: Conflictividad social en Venezuela en 2017. Caracas, 2017.

OCANDO, G. *Apagones en Venezuela: los ciudadanos que se ven obligados a migrar a Caracas desde Zulia, el estado con más cortes de luz del país*. 2019. Disponible em: (<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-49898499>).

ODONELL, G. a. S. *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

ODONNELL, G. Exploración sobre el desarrollo de la democracia. In: \_\_\_\_\_. *La Democracia en América Latina: Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos*. 2. ed. Buenos Aires: Aguilar, 2004. p. 49–73.

ODONNELL, M. *Propaganda K: Una Maquinaria de Promoción con Dinero del Estado*. Buenos Aires: Planeta, 2007.

OEA. Comunicado de prensa R179/17. Relatoría especial para la libertad de expresión manifiesta su grave preocupación por la aprobación de la ley contra el odio en Venezuela y sus efectos en la libertad de expresión y de prensa. New York, 2017.

OEA. ZONAS SILENCIADAS: Regiones de alta peligrosidad para ejercer la libertad de expresión. Washington, 2017. Disponible em: ([http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/publicaciones/ZONAS\\_SILENCIADAS\\_ESP.pdf](http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/publicaciones/ZONAS_SILENCIADAS_ESP.pdf)).

ONU. *La Democracia en América Latina*. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus e Alfaguara, 2004.

OTÉYZA, C.; GONZÁLEZ, L. *CAP 2 INTENTOS* : Carlos Andrés Pérez. Caracas: Siboney Films, 2016. Documental 100 min.

OVCS. Informe: Conflictividad Social en Venezuela durante el primer semestre 2019. Caracas, 2019.

OXFORD LEARNER'S DICTIONARIES. Streaming. UK, 2019. Disponible em: (<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/streaming?q=streaming>).

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS. Assembleia Geral das Nações Unidas. Paris, 1966.

PASQUALI, A. et al. Debemos rechazar el proyecto de ley sobre la responsabilidad social en radio y televisión: propuesta política destinada a ejercer control gubernamental. *Comunicación*, Caracas, v. 29, n. 123, p. 93–94, 2003.

PELLEGRINO, F. Breve historia económica de los medios venezolanos: De la aceptación social a la concentración de capital. *Comunicación*, Caracas, v. 30, n. 127, p. 4–9, 2004.

PÉREZ, A. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. UK: Cambridge University Press, 2017.

PORTO, M. The international encyclopedia of political communication. In: \_\_\_\_\_. 1. ed. Hoboken: John Wiley Sons, 2015.

PRODAVINCI. Industria petrolera: un mapa de propuestas. Caracas, 2019.

PUYOSA, B. Control político de internet en el contexto de un régimen híbrido (Venezuela 2007-2015). In: \_\_\_\_\_. *La Comunicación bajo asedio: Balance de 17 años*. 1. ed. Caracas: UCAB Ediciones, 2016.

QUINONEZ, R. Cronología de las tensas relaciones en el gobierno de Hugo Chávez y las comunicaciones en la cultura. In: \_\_\_\_\_. *La Comunicación bajo asedio: Balance de 17 años*. 1. ed. Caracas: AB UCAB ediciones, 2016. p. 351–364.

RADIOS LIBRES. La radio en América Latina y el Caribe, Mapa interactivo. Bogotá, 2017.

RODRÍGUEZ, R. *La Verdad en caída libre*. 2018. Disponible em: (<https://transparencia.org.ve/monagas/>).

ROJAS, R. *Estudio de casos de los medios alternativos y comunitarios del área metropolitana de Caracas*. 2015. 618 p. Dissertação (Especialización en Opinión Pública y Comunicación Política) — Universidad Simón Bolívar, Caracas, 2015.

SÁNCHEZ, F. *La opinión pública venezolana no aprueba medida contra Radio Caracas*. 2007. Disponible em: (<https://www.pressreader.com/usa/el-nuevo-herald/20070426/281917358640628>).

SALVADOR, A. *Liberdade de expressão na Venezuela e no Brasil a partir do caso da RCTV*. 2011. 187 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, M. *Venezuela, corriendo hacia el abismo*. Nova York: The New York Times, 2017.

SARTORI, G. *La democracia en treinta lecciones*. DF: Santillana, 2009.

SIMIONI, M. *Comunicação e disputa hegemônica na Venezuela no pós-golpe de abril de 2002*. 2007. 184 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOLOZÁ BAL, J. Aspectos constitucionales de la libertad de expresión y el derecho a la información. *Revista Española de Derecho Constitucional*, Caracas, v. 8, n. 23, p. 139–155, mai./ago. 1988.

SORIA, C. *La crisis de identidad del periodista*. Barcelona: Mitre, 1989.

SOURCE US. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. Petroleum other liquids, U.S. FOB Costs of Venezuela Crude Oil. Washington, 2019. SOUZA, J. *A radiografía do golpe*. Brasil: Leya, 2016.

STAMBOULI, A. *La política extraviada: una historia de Medina a Chávez*. Caracas: Fundación para la Cultura Urbana, 2002.

STRAUSS, R. *Historia de Venezuela en imágenes digitales*. Caracas: Editorial El Nacional, 2000.

TILLY, C. *Democracia*. Madrid: Cambridge University Press, 2007. TORREALBA, C. Venezuela: contexto, análisis y escenarios. *Revista Mexicana de sociología*, México, v. 81, n. 2, p. 443–455, 2019.

TREJO, R. *Ley Televisa. Qué cambió. Qué sigue*. 2007. Disponible em: (<https://mediocracia.wordpress.com/2007/06/14/ley-televisa-que-cambio-que-sigue/>).

ULA. Comunicado ante el Cierre de ULA Tv. Mérida, 2017. Disponible em: (<http://www.uladdhh.org.ve/index.php/2017/06/20/comunicado-ante-el-cierre-de-ula-tv/>).

WAISBORD, S. *Watchdog journalism in South America : news, accountability, and democracy*. New York: Columbia University Press, 2000.

WAISBORD, S. Latin america. In: \_\_\_\_\_. *Public Sentinel : News media and governance reform*. 1. ed. Washington: World Bank, 2009.

WEFFER, L. *ENTREVISTA: ANDRÉS IZARRA considera que deben evaluarse todos los operadores de la TV*. 2007. Disponible em: (<http://venezuelareal.zoomblog.com/archivo/2007/01/08/entrevista-Andres-Izarra-considera-que.html>).

YIN, R. *Case Study Research: Design and Methods*. Los Angeles: SAGE Publications, 2014.

ZULOAGA, C. Carta del presidente de globovisión a los trabajadores de la televisora. *Comunicación*, Caracas, v. 38, n. 162, p. 8, abr./jun. 2013.

## ANEXO A – Primeiras páginas dos jornais nos dias prévios às saídas de circulação

Figura 28 - El Carabobeno, 17 de março 2016

**EL CARABOBEÑO**  
EL DIARIO DEL CENTRO

Twitter: @el\_carabobeno Facebook: /elcarabobeno Bs 50,00

Jueves 17 de Marzo de 2016 - Valencia, Venezuela www.el-carabobeno.com AÑO LXXXII - NÚMERO 29.362  
RIP: J-00512240-7

# ZARPAZO A LA LIBERTAD

**H**oy se está concretando un vil zarpazo contra uno de los más sagrados derechos del ser humano: El derecho a estar informado. Ha llegado el impensable día en que El Carabobeno pone fin a sus ediciones impresas. Es el resultado de un enfrentamiento entre la verdad y el derecho que tiene la ciudadanía a estar informada, y un gobierno que llegó al poder a través de la malicia y el engaño para administrar el erario nacional y las instituciones como mejor les convenga.

La agonía ha sido larga y dolorosa. Se agotaron las gestiones en procura de la asignación de divisas a El Carabobeno para pagar deudas por insumos adquiridos en el exterior. Luego, con la creación de la Corporación Alfredo Maneiro, al Diario del Centro se le ha negado, desde hace un año, la cuota de papel que legalmente le corresponde, porque se trata de una mercancía adquirida con dinero del Estado venezolano. Ha sido un ensañamiento con una empresa que, desde su fundación en 1933, nunca le temió a los ocupantes del Palacio de Miraflores, ni siquiera al tirano Juan Vicente Gómez, quien mandó al exilio en Cuba a nuestro director fundador don Eladio Alemán Sucre.

El Carabobeno no estará más en papel impreso en los hogares, como ha sido durante generaciones, a menos que haya un cambio en la conducción de Venezuela, que erradique tanta maldad, tanto odio y tanto resentimiento, como hemos tenido en los 17 años más tenebrosos de la historia de este país, que a pesar de ello no ha perdido la esperanza de recuperar su alegría y el estímulo para volver a convertirse en una de las naciones más prósperas de América Latina.

En el penoso transitar que hemos vivido estos últimos años, el diario ha recibido manifestaciones solidarias de la comunidad, con huelgas de hambre, foros y concentraciones. El lunes 13, una distinguida representación de las instituciones del estado, encabezadas por el señor arzobispo de Valencia, Reinaldo Del Prette y la rectora de la Universidad de Carabobo, Jessy Divo, y el presidente de la Academia de la Historia, Carlos Cruz, visitó el Capitolio con la finalidad de solicitarle al gobernador Francisco Ameliach sus gestiones para solucionar el problema, pero el funcionario no asistió argumentando que tenía compromisos en Caracas.

Venezuela no es un país libre ni democrático, por lo cual la libertad de expresión y de prensa son derechos apropiados. Comenzaron eliminándole las concesiones a emisoras de radio y estaciones de televisión. No se escatimaron costos para apoderarse de medios impresos y para crear panfletos de circulación gratuita, estableciendo así lo que el propio Gobierno denomina hegemonía comunicacional. Para los medios independientes que resistieron la embestida fue creada la Corporación Alfredo Maneiro, que tiene la potestad de determinar cuáles reciben papel y cuáles no.

## NOS VEMOS PRONTO

Hoy nos despedimos, pero es solo un hasta luego. Volveremos, lo sabemos. No se puede acabar una historia de 82 años por el simple capricho de unos gobernantes soberbios y antidemocráticos.

El Diario del Centro está en el corazón de los carabobenos y de ahí no podrán sacarlo, ni con la censura ni con la arrogancia que impone el poder mal manejado.

Este cierre es una evidencia de que desde esta casa editora se ha ejercido un periodismo veraz y objetivo, ese que no le gusta a un gobierno que ha hecho todos los esfuerzos por imponer una hegemonía comunicacional que, en Carabobo, con el cierre de nuestra edición impresa, es ya un hecho.

El nuestro es un periodismo duro pero cuidadoso, pendiente de la veracidad y del contraste de las fuentes, a pesar de lo difícil de esta tarea en tiempos en los que abunda la famosa frase: no tengo autorización para declarar.

Nos despedimos, por ahora. Volveremos a seguir ejerciendo periodismo con honestidad y con las libertades que este país se merece. Nos vemos muy pronto.

Figura 29 - El Carabobeno, 16 de febrero 2017

# EL-CARABOBENO.COM

Bs. 400  
VIERNES 10 AL JUEVES 16 DE FEBRERO DE 2017 AÑO LXXXIII - NÚMERO 29.380  
RIF: J-90012240-7



## EL CARABOBENO

LA VERDAD IMPRESA

# NO SE DETIENE

Pese a la insistente negativa del Complejo Editorial Alfredo Maneiro de vender papel periódico a El Carabobeno y obligar al cese de la circulación de la Verdad Impresa, nuestro semanario desde hace 17 ediciones, seguiremos informando.

OPINIÓN	HOSPITAL PRINCE LARA SOBREVIVE EN SUS RUINAS	LA ESPERA DE YON GOICOECHEA POR SU LIBERTAD	PLANTA DE ASFALTO REGIONAL: 22,74% DE EFECTIVIDAD
<b>LEONARDO PADRÓN</b> <b>"PANCHÓ" PÉREZ</b> <b>MILAGROS SOCORRO</b> <b>ALFREDO FERMÍN</b>	Caumatología está inoperativa, igual que cuatro de cinco quirófanos, para cuyas reparaciones se aprobaron recursos en 2013.	Desde hace 3 meses y 16 días, el dirigente de Voluntad Popular debió estar en su casa. La falta de despacho en el tribunal lo impide.	Pese a contar con una capacidad instalada para elaborar 480 mil toneladas de asfalto anuales, en cuatro años sólo ha producido 218 mil 375 toneladas.

mejores intelectuales del país. Saludos a quienes siguen luchando por mantenernos informados"  
Oswaldo Guillén

Figura 30 - El Nacional, 14 de diciembre 2018



# EL NACIONAL

**MIGUEL HENRIQUE OTERO ANUNCIÓ QUE EL IMPRESO DEJA DE CIRCULAR**  
**“El Nacional es un guerrero y seguirá dando la batalla”**

**El presidente editor aclaró que la medida es temporal. “Los periodistas van a seguir trabajando y luchando por el periodismo independiente en Venezuela”. A través de su plataforma digital el diario seguirá comprometido con la verdad**

Otro describe como un paréntesis el cese de circulación del diario que durante 75 años ha sido baluarte del periodismo venezolano. “Se nos acabó el papel, pero somos una empresa combativa con un gran capital humano y periodístico. Aprovecharemos esta oportunidad para relanzar nuestra página web y que siga creciendo y fortaleciéndose”. Dijo que tomó la decisión tras años de acoso del gobierno que negó el acceso a la compra de papel prensa: “Venezuela sufre los embates de una dictadura férrea que ha ido cerrando las ventanas de la libertad de expresión”. Se mostró confiado en que El Nacional publicará el titular “Venezuela regresa a la democracia” en cualquiera de sus plataformas. “Es el titular lo vamos a dar”, aseguró.

**SOCIEDAD 6**  
**Promoviendo valores.**  
 El programa de responsabilidad social El Nacional en el Aula galardonó a 46 niños por su destacada participación en la elaboración de tarjetas de Navidad



**“ Vive la libertad de expresión un duro golpe con el cese de circulación de El Nacional, un ícono del periodismo venezolano. Se busca la instauración del pensamiento único al no existir este diario”**  
 Baltazar Porras

**“ El Nacional nunca desaparecerá. Es más que un periódico y su historia así lo refleja. No tengo dudas de que cuando caiga la dictadura que nos oprime, reaparecerá con renovadas fuerzas”**  
 Moisés Naim

**“ Hará mucha falta el diario El Nacional porque como Impreso ha sido parte de nuestra vida. Espero poderlo tener otra vez en mis manos”**  
 Rafael Cadenas

**“ Durante 75 años, El Nacional ha constituido una fuente invaluable para el conocimiento de nuestra historia. Allí está registrado el testimonio diverso y plural de la Venezuela contemporánea”**  
 Inés Quintero

**“ El Nacional seguirá siendo un bastión de lucha por la libertad de expresión de los venezolanos. No se van. No nos vamos. Como cuenta Drecher “Todo se transforma”**  
 Luis Chataing

**“ El Nacional es parte de nuestra historia contemporánea. En sus páginas han escrito los mejores intelectuales del país. Saludos a quienes siguen luchando por mantenernos informados”**  
 Ossakdo Guillén

**Innovamos para ti**

www.bancerec.com.ve

Síguenos en

Figura 31 - LUZ Periódico, 23 de setiembre 2018



EDITORIAL

Aun sin papel, somos libres por vocación y decisión

El ritmo de edición de la prensa es a una velocidad inaudita en Venezuela. Futurólogos como Ross Dawson predicen su desaparición en nuestro país hacia la cuarta década del siglo XXI, por razones enteramente vinculadas a la transformación natural de los medios informativos.

No hemos llegado ni a la mitad del tiempo previsto en esas hipótesis que fueron planteadas hace unos diecisiete años, pero todos los meses hay dos o tres periódicos impresos que crean su circulación. Son alrededor de 80 ya los que se hacen en cinta su rolulada, en un universo histórico de un centenar.

Desde que se inició 2018, hemos debido encontrar en la calle las ediciones de El Regional, Quié Pasa, Versión Final y, últimamente, la Verdad. Solo queda un diario en papel en el estado Zulia. Lo mismo acontece en todas las regiones del país.

«Sin papel no hay periódico», esa es la cartapostada que representantes de la sociedad civil como el Páculi-Páculi han sostenido desde hace por lo menos cuatro años para visibilizar uno de los más claros riesgos a la libertad de expresión y el derecho a la información, la desaparición forzada de la prensa venezolana.

No puede calificarse menos que como una violación de derechos humanos porque es el Estado el artífice y executor de la quita de los diarios y semanarios en nuestra nación. Ha sido una orden dictada desde la propia Presidencia de la República con la creación, en 2013, del Complejo Editorial Alfredo Mañero (CEAM), una empresa estatal a la que se le atribuyó el monopolio del acceso a tintas extranjeras para la adquisición de papel periódico, un bien privado que no se produce en Venezuela.

El CEAM desde entonces, es la única entidad que compra en el exterior, importa, vende y distribuye el insumo primordial para la prensa. Y lo hace con la expresa intención de controlar a los medios impresos en totalidad de regularlos mediante ley ni reglamentos, solo con el ejercicio de un poder discrecional y arbitrario. No vende papel cuando el gobierno nacional lo dispone y a quien éste quiere.

Así, el régimen político que destruyó el estado de derecho y dividió las aparatos constitucionales, emprendió también la eliminación progresiva de la distancia, la crítica y la libre circulación de noticias e ideas en los medios más antiguos del país.

Uno de ellos es, precisamente, un periódico

que nació en el siglo XIX y acompañó a la Universidad del Zulia desde los primeros años de fundación. Es éste que es el LUZ Periódico, un medio impreso que ha renovado todas las épocas de la vida contemporánea de Venezuela. Hermanado con el diario La Verdad desde 2006, en su más reciente era el semanario La Universidad del Zulia salió en soporte físico todos los domingos durante 29 años. Lo hizo hasta hace de tanto pasado cuando su plataforma de circulación, el impreso que llegó a producir más de 50 mil ejemplares por día en tiempos en que la comunicación no podía darse de editar en papel.

El gobierno de Nicolás Maduro cumplió uno de sus objetivos del decenio Placido de la Patria: la aceleración del modelo de hegemonía comunicacional necesario para la «construcción del socialismo en Venezuela». Es decir, la transformación del país en una cárcel para la libre circulación del conocimiento y la información, así como para todo lo que requiere libertad, incluyendo a nosotros mismos. Los ciudadanos de esta noble nación.

Del mismo modo en que millones de venezolanos se han visto empapados al mallo, nosotros somos forzados a dejar el papel como

lo han hecho decenas de periódicos de este país. Pero en el destierro de aquellos y de nos, está a punto el abandono de causas y de luchas. La máquina se detiene en una pieza de individuos y familias enteras por la supervivencia y el justo anhelo de prosperidad en otras condiciones que aquellas. Quiénes nos quedamos para insistir desde el exilio y la comunicación o quitarnos empapados en la restitución de los derechos de todos, allá y aquí.

Por eso no existe la opción del silencio. La tarea sigue y zorifa porque es necesaria y urgente. Aunque nos hayan quitado el papel, nosotros, ya en todas las otras tribunas que siguen haciendo posible el compromiso original y definitivo que le dio a LUZ Periódico su fundación, Francisco Eugenio Barrantes, 170 años atrás, en 1848: promover y defender el libre pensamiento frente a las tiranías de toda tiranía de ayer, hoy y siempre.

A pesar de estar empapados por las vías que se abren y se cierran, avanzamos nuevos canales para que nuestra libertad siga creciendo. Los contenidos con los que, desde la resistencia académica y también informativa, la Universidad del Zulia se mantendrá firme en su vocación y su decisión de estar en libertad.



DESDE MIL DÍAS DE JULIO es un parte de la ciudad universitaria se encuentra sin servicio eléctrico. Razono de la improvisación y de la falta de mantenimiento del sistema eléctrico nacional se refleja también en la máxima casa de estudios del Zulia.

Durante el período vacacional, la limitación en comunicaciones con representantes de

la Cooperación Eléctrica Nacional en la región Zulia, acorde a la región de la que copia en la subestación eléctrica universitaria. Hasta el cierre de esta edición no ha sido posible la restitución del servicio en localidades como Ciencias, Agronomía, Veterinaria y dependencias como la UDCP, Sebital, Dirección de Cultura, Centro de Tecnología Educativa y Biblioteca.

En este último período, luego de la recuperación momentánea implementada por el Páculi, la elaboración de nóminas y pagos al personal universitario ha sido un trabajo arduo. Solo por mencionar un día, la Dirección de Tecnologías de la Información y Comunicación (DITIC) realizó jornadas de trabajo de 8 horas en las que se usó una planta eléctrica que consume cerca

de 200 litros de gasolina por poder dar cumplimiento con procesos medianos en la administración universitaria. Los sistemas Académicos y Administrativos se encuentran prácticamente inoperativos por esta deficiencia que parece no tener solución. «¿Era LUZ, que es tapa y mira» «¿Era la letra de una carta universitaria?» «¿No la quemaron porque ¿no queríamos permitirla?»

Consejo Universitario se declara en sesión permanente tras agravamiento de la crisis nacional

LUZ Agencia de Noticias  
**LUÉGO DE LA SESIÓN EXTRAORDINARIA y ampliada con líderes estudiantiles y los gremios de profesores, empleados y obreros el pasado lunes 17 de septiembre de 2018, el Consejo Universitario (CU) de la Universidad del Zulia (LUZ) se declaró en sesión permanente para**

«...revisar y ordenar y canalizar la participación de los directivos de la comunidad universitaria y de la sociedad venezolana ante el reordenamiento de la crisis nacional.

A través de un comunicado, el mismo cuerpo reafirmó su preocupación por la situación que se vive en el país, así como por el agravamiento de la crisis política en el país.

**En un comunicado dirigido a la opinión pública, las autoridades de la Universidad del Zulia —junto a representantes estudiantiles y gremios universitarios— reafirmaron que la institución debe permanecer abierta y dispuesta a acompañar a los ciudadanos en la lucha por el rescate de la democracia**

«El modelo económico que propicia la hiperinflación, la degradación de las condiciones y el deterioro del país para el ejercicio de los derechos a la alimentación y la salud, la migración masiva y creciente de venezolanos de todas las edades y sectores sociales, y la emergencia que ha causado en toda la nación la crisis de acceso a servicios como la electricidad y el transporte público —con mayor impacto en el estado Zulia— se han transformado con toda su fuerza en las capacidades de las instituciones universitarias para organizar las actividades que corresponden a sus compromisos de ley

no solo en general, del mismo modo que promueven un diálogo que permita la generación de ventanas abiertas para impulsar la protesta continua y perseverante contra el sometimiento de nuestras libertades y la depauperación de las condiciones para nuestra existencia y convivencia», señala el comunicado.

También, ante la impresión por parte del Ministerio de Educación Universitaria, Ciencia y Tecnología de un instructivo para el cuidado de los salones de los profesores, empleados y obreros, el CU consideró que el Gobierno nacional «vuelve de modo absoluto las exigencias básicas del derecho al trabajo, la prosperidad de la composición de las tablas salariales y el respeto por los escalafones de personal en el sector universitario y la autonomía administrativa de la Universidad.

Figura 32 - Tal Cual, 2 de noviembre 2017

SIGUE LAS INCIDENCIAS NACIONALES EN  
 [talcualdigital.com](http://talcualdigital.com)  
 @DiarioTalCual    TalCualDigital

**Tal Cual**  
 claro y raspao

Año 17 N 3925 Depósito legal pp 2000001CS348

NOTICIA A FONDO OPINIÓN MULTIMEDA

# MADURO, SEGUIREMOS EN LA WEB

► Esta es nuestra **última edición en papel**. Nos concentraremos en una renovada página web para seguir diciendo las cosas claro y raspao

Las limitaciones gubernamentales nos impulsan a tomar una nueva piel, con la cual creceremos en audiencia y en calidad. Se cierra así una historia de 17 años de periodismo impreso y se abre otra aun mejor **P4-5-8-9**

Figura 33 - El Expreso, 31 de agosto 2018

w w w . d i a r i o e l e x p r e s o . c o m . v e Reservados los Derechos de Autor

# El Expreso 49

Premio Nacional de Periodismo

Un Gran Diario para una Gran Región

Año XLIX N° 16.484  
Depósito Legal: pp-196901BO100

**Viernes** Ciudad Bolívar, 31 de Agosto de 2018 **Bs.S. 1,1** Municipios: Roscio, Sifontes, El Callao, Gran Sabana, Sucre, Cedeño y Piar. Zona Minera y resto de el país. **Bs.S. 1** **1 AÑOS**

---

**Deportes**



La Liga Argenis Navas inaugurará el 15 de septiembre

**General**



Francisco Sucre: "El gobierno debe destinar a damnificados valor de siete días de petróleo que regala a Cuba"

**Sucesos**



Iván Yáñez: "Ministro Reverol maquilla cifras de damnificados en Bolívar"

---

**18 mst y 28 mts de altura**

## El Orinoco sigue su descenso con escasa producción pesquera

El Orinoco marcó ayer 18 metros y 28 centímetros sobre el nivel del mar frente a la ciudad, al entrar sus aguas a un lento descenso durante los últimos días, después de fijar una cota histórica de 18 mst y 34 cms, provocando una mayor intranquilidad ciudadana en la capital guayanesa, donde su espectacular creciente dejó un elevado número de damnificados, daños a viviendas y pérdida de enseres entre humildes familias. Sin embargo, la producción pesquera no es lo suficientemente abundante, según pescadores.

**Desde mañana**

**El Expreso deja de circular por crisis económica**

Difícil, dolorosa, dura, forzada, fue la decisión de cerrar El Expreso. Ello ocurre después de circular 49 años, al servicio del progreso y bienestar colectivo de los guayaneses, a través de un periodismo veraz, defensor y difusor de valores de la cultura democrática. Tiene por norte su lema de Un Gran Diario para una Gran Región. El autor fue su fundador, J.M. Guzmán Gómez, al adelantar una novedosa iniciativa periodística que, con el sistema offset, revolucionó en 1969 el diseño y la tecnología de impresión de periódicos en Guayana. El Expreso, al igual que otros diarios de la nación que han dejado de circular durante los últimos tres años, no escapó a esa compleja situación, a pesar de los esfuerzos hechos para sortear la misma. Los costos operativos de El Expreso se encarecieron, de forma exponencial. Especialmente, en la compra en el extranjero de papel periódico, planchas, tintas y otras materias primas necesarias para imprimir el diario, sin contar, no obstante a las reiteradas solicitudes, con el auxilio del Estado para aliviar y paliar la delicada situación. Las medidas económicas del Gobierno nacional anunciadas el 17 de agosto fue la gota que rebosó el vaso. Nos llevaron al llamado "cierre técnico", que se ejecuta a partir de mañana. Esta medida fue presentada en una reunión a los trabajadores, con quienes se estableció un acuerdo laboral satisfactorio para ambas partes. Como siempre, se les reconoció sus innegables méritos, disposición al logro del éxito, su actitud comprensiva ante la decisión, en la que queda abierta la posibilidad de que ellos se reintegrarán a sus labores en caso de que El Expreso reaparezca, de mejorar sustancialmente las condiciones del país y la región. Esta es la esperanza y la fe que alienta a la gran familia de El Expreso para volver a circular con el valioso aporte de sus periodistas, técnicos, personal administrativo y obrero que constituyen su importante y valioso recurso humano para hacer un periodismo independiente moderno. Como decía nuestro fundador. **Hasta luego pues!!!**

---

### Desesperadas miles de personas buscan dinero en efectivo



Centenares de personas, en su mayoría de la tercera edad, en múltiples colas en la calle y las aceras, se mostraron ayer otra vez indignadas frente a la sede del Banco de Venezuela, en el cruce de las calles Venezuela y Constitución del casco histórico de la ciudad, porque no había suficiente dinero en efectivo para satisfacer sus sentidas y justas exigencias de salir con bolsillos y carteras llenas de bolívares soberanos.

**PAG. 2**

Gobernador Noguera brinda apoyo a quienes regresan al país



---

**PAG. 4**

Maduro: "Municipios fronterizos tendrán nuevo sistema de cobro de gasolina"



**PAG. 6**

Saab: "Monto involucrado en casos de corrupción asciende a \$20.000 millones"



---

expresobol@gmail.com

El Orinoco frente a la ciudad **18,28 mt.**

Figura 34 - El Oriental de Monagas, 15 de janeiro 2018

# El Oriental

DE MONAGAS

---

Fundado en 1982 Maturín, lunes 15 de enero de 2018 Bs. 4.000 N° 13.532

---

LUEGO DE 35 AÑOS DE TRAYECTORIA ININTERRUMPIDOS

## CESE DE CIRCULACIÓN



**H**oy 15 de enero del año 2018, responsablemente informamos a todos nuestros lectores, anunciantes, seguidores y público en general, el cese temporal de la edición impresa. La razón es única: la falta de insumos (planchas). Por ello rechazamos cualquier versión no oficial que empañe nuestra imagen.

Son 35 años de historia periodística, para este prestigioso medio de comunicación impreso de la región, que inició El Oriental de Monagas el 03 de agosto de 1982, convirtiéndolo a través del tiempo en referencia informativa de mayor trayectoria y circulación, que hoy finaliza de manera abrupta.

La Junta Directiva de este importante medio impreso y sus trabajadores, esperan que se solvente el tema de la materia prima y así retomar la labor de informar de manera objetiva e imparcial a los venezolanos y al resto del mundo.

Por ello concentraremos esfuerzos en nuestra plataforma digital, donde seguiremos ejerciendo el periodismo como lo hemos hecho durante estos 35 años. Nuestra edición impresa se despide, por ahora. Pero desde el ámbito digital seguiremos informando.

**NO DECIMOS ADIÓS, SINO #HASTAPRONTO**

**Seguiremos informando por:**

**[www.elorientaldemonagas.com](http://www.elorientaldemonagas.com)**

 El Oriental de Monagas

 @elorientaldemonagas

 El Oriental de Monagas

 @elorientalmon

 @elorientalmon



Figura 35 - El Tiempo, 31 de julio 2018

**60 Años EL TIEMPO 60 Años**  
 www.diarioeltiempo.com.ve  
 I-30866572-0  
 Lunes a Domingo P.M.V.P. Bs. 50.000 Bs\$ 50. - IVA exento Bs. 0  
 Valera, Martes 31 de Julio de 2018  
 Depósito Legal P.P.76-973

**Decisión/ A partir de hoy cierra la Edición Impresa**

# Diario El Tiempo emigra a las Redes



**D**espues de un largo, tortuoso pero al final exitoso camino de 60 años, hoy Diario "El Tiempo" deja de circular. Es una decisión que nos duele en el alma, pero no nos queda otra ruta. Nos vimos obligados a tomar esta drástica medida, debido a que los insumos que se requieren para editar e imprimir este medio de comunicación, han alcanzado precios realmente desmesurados a causa de la hiperinflación que afecta al país, los cuales no estamos en condiciones de sufragar.

Demás está decir, que en reiteradas oportunidades hicimos llegar al Gobierno Nacional, a través del Complejo Editorial "Alfredo Maneiro", nuestra preocupación e inquietud por las severas dificultades de carácter logístico para adquirir de manera constante y a precios asequibles los insumos esenciales para elaborar este periódico, como son el papel, tinta y las planchas de impresión.

Lamentablemente nuestras diligencias resultaron infructuosas. El gobierno, quizás agobiado también por la propia crisis económica, no pudo satisfacer nuestras demandas de suministros, lo cual nos condujo irremediablemente a adquirirlos para continuar circulando, a precios de libre mercado, cuyo valor lo establece el denominado dólar paralelo que ha disparado la inflación de manera exponencial.

Lo cierto es que, económicamente era imposible mantener la circulación de este medio impreso, problemática que se agravó debido a la falta de efectivo que condujo a una drástica reducción de su compra por parte de quienes otrora fueron nuestros asiduos lectores.

Hoy es nuestro día más triste. Solo nos queda decir que nos vamos con la frente en alto, agradecidos de ustedes estimados lectores, distribuidores, anunciantes y amigos que desde siempre han sido solidarios con nosotros en todo momento, y más, en circunstancias tan difíciles como éstas.

Es preciso en este momento tan cruento, exteriorizar también un gran reconocimiento y un Dios se lo pague a nuestros abnegados trabajadores y empleados, por su indoblegable apoyo a esta empresa a lo largo de tantos años.

Al pueblo trujillano le expresamos nuestro compromiso en no ceder un ápice en nuestro objetivo de dar a conocer la realidad nacional y regional, y para ello, utilizaremos otros canales de comunicación, a través de la plataforma digital: Página Web: [www.diarioeltiempo.com.ve](http://www.diarioeltiempo.com.ve), Redes Sociales: Facebook, Twitter e Instagram @diario\_tiempo, para mantenerlos informados.

Continuaremos en nuestra trinchera de lucha, como lo hemos hecho siempre, en defensa de la verdad y de los valores democráticos, seguiremos siendo la voz de la ciudadanía, a la cual nos debemos desde nuestra fundación. Quiera el Todopoderoso que esta despedida no sea un adiós definitivo, sino un simple hasta luego y que este deseo se convierta en un hasta siempre...

COLORES C-M-Y-K @ESUSJAM2

Figura 36 - Avance, 29 de setiembre 2018

**Avance 24 EN LÍNEA**  
 www.diarioavance.com  
 Los Teques, Ato XXIX N°9275 Bs.700  
 Viernes 29 de septiembre



**Avance circulará hasta el lunes 2 de octubre**

- La falta de papel pone en riesgo los 30 años de labor ininterrumpida del único diario impreso de Los Teques
- El escaso material con el que cuenta este rotativo solo alcanza para las ediciones del fin de semana. Llamamos al Complejo Editorial Alfredo Maneiro a dar respuesta a las reiteradas solicitudes hechas por nuestra empresa

**Gobierno activa Sistema Antisecuestro**  
 El ministro de Interior, Justicia y Paz, Néstor Reverol, anunció ayer el dispositivo que busca minimizar este delito que afecta principalmente a entidades como Miranda, Distrito Capital, Aragua y Carabobo. Abrieron una página Web donde aparecerán los delincuentes más buscados. 6

Figura 37 - Los Andes, 29 de noviembre 2016

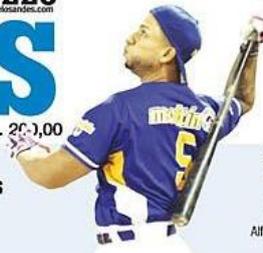
# Los Andes

EL DIARIO DE TRUJILLO

www.diariolosandes.com

Valera, 29 de Noviembre de 2016 / Año XXXVII / N° 13.714 - Depósito legal p.p. 780011 - De Lunes a Domingo PMVP Bs. 20.-,00

**CarGo dueño del festival de jonrones**



Carlos González no dejó pa' nadie y defendió su título en el Festival de Jonrones 2016, que se realizó en el estadio Alfonso "Chico" Carrasquel de Puerto La Cruz ▶ 5

MARTES

### Cojan mínimo

Dijo Maduro exhortando a la MUD a no abandonar el diálogo ▶ 8

### Trump pondrá fin al "acuerdo" con Cuba

Si el castrismo no se abre a mejorar, precisó ▶ 8

### Comienza hoy pago de aguinaldos en Gobernación de Trujillo ▶ 2

### LO DE HOY

#### ¡Otro guamazo!

Foto: Hemer Vieras



60 bolívares están cobrando desde ayer líneas urbanas de Valera y desde el 150 Bs 80. ¡Qué tal! ▶ 2

### MUNICIPIOS

#### Protesta en Monay ▶ 12

Foto: Francisco Vengara



### POLÍTICA

#### P.J. apoya a Marcos Montilla en 16 municipios ▶ 2

#### MUD tomará calles en todo el Estado ▶ 2

#### Poder Popular pide renuncia de José Karkom ▶ 13



### Un secreto bien guardado toda la información sobre el Acueducto Metropolitano?

# ¡Acueducto! ¿Sin proyecto?



Foto: Hemer Vieras

El ingeniero Miguel Gutiérrez muestra su preocupación por la "total desinformación" que hay sobre lo que pudiera ser la principal obra para la Valera Bicentennial. El presidente Maduro asignó un monto de 35 millones de dólares para una primera etapa, sin embargo, a dos días de supuestamente iniciarse su construcción la comunidad trujillana no conoce el proyecto para una obra de esa magnitud. ¿Cuándo la licitaron?. Denuncia Gutiérrez que posee información que para el

primero de diciembre, este jueves la Gobernación tiene preparada una "cuadrilla de macheteros", unas máquinas y unos topógrafos para darle play a la obra hasta ahora en un lugar desconocido. Exhorta al Colegio de Ingenieros y a la Sociedad Civil valerana para exigir al Gobernador, al Ministro de Ecosocialismo y Aguas, para que expliquen a la comunidad valerana, dónde, cómo y cuándo se pudiera mostrar el presunto proyecto del acueducto. Ahí queda eso ▶ 3

# ¡Tenemos PAPEL hasta mañana miércoles!

Nos quieren dejar con la carabina al hombro. Aun cuando el juego no termina hasta el último out como dijera Yogi Berra. Cuando usted esté leyendo esta edición de DLA anunciamos con mucha angustia que si no nos llega el papel que ya cancelamos al CEAM estaremos circulando hasta el día de mañana. Ya lo dijimos. Se han hecho todas

las gestiones ante la Cámara de Periódicos de Venezuela y el CEAM que la emergencia de escasez de papel ameritaba, sin embargo, hasta el sol de hoy no tenemos ni una bobina en nuestras manos. Encomendémonos al Todopoderoso para que arribe a DLA el papel y poder estar de nuevo con ustedes botándola de jonrón. Amén

183 años de fundada cumple hoy La Cejita en el Municipio Carvajal ▶ 13



Figura 39 - Región Oriente, 22 de febrero 2018

<p><b>Briceño León: "El futuro del país se pierde en manos de la violencia"</b> p5</p>		<p><b>Ronald Acuña impresiona con su actitud hasta ahora, pese a los resultados en el terreno</b> p9</p>
--	---	--

**Martes 27**  
**Región dejará de circular**

Hasta el miércoles 28 de febrero, el diario La Región, el diario del Pueblo sucreño, estará en las manos de nuestros fieles lectores. La crisis hiperinflacionaria, un monstruo que se está devorando las empresas del país, también nos ha tocado de frente con la intención de desaparecernos luego de 46 años de trabajo periodístico ininterrumpido al lado del paipitar de las comunidades. No tenemos más planchas para seguir imprimiendo nuestro periódico. El gobierno, a través del Complejo Editorial Alfredo Maneiro, lamentablemente tampoco tiene en sus inventarios para vendernos las planchas que necesitamos, y alargar una agonía, que se viene arrastrando desde hace dos años. Es doloroso que Sucre, donde se gestaron luchas por las libertades de nuestra nación, se quede sin el único medio impreso que había resistido estocicamente los embates de una crisis económica que acabó con nuestras reservas e impide que podamos comprar planchas en un mercado especulativo que no se ajustará a una estructura de costo, que no puede soportar el maltratado bolsillo del hombre y la mujer humilde que compran diariamente Región. No sabemos si este cierre que operará a partir del miércoles 28, será un hasta luego, o un adiós definitivo a nuestros lectores. Sin embargo, en medio de esta triste realidad que hoy nos aplasta, seguiremos confiando en Dios, en cuyas manos protectoras hemos entregado nuestra empresa y el futuro de nuestros trabajadores. Dios bendiga al hermoso y bravo pueblo de Sucre.

Diario del Pueblo RIF J-08013698-5

# Región

Edición Sucre / Año 43 / N° 15.563  
Martes 27/2/2018

Editor Fundador Luis Marciano Barrios

## ORIENTE

Visita nuestra pagina: [www.diazioregion.com](http://www.diazioregion.com) Bs. 5.000

En Jehová Dios confiamos



# ¡Nosontantoslosquesevan!



## ¡Gobierno denuncia manipulación migratoria!

El Jefe de Estado, Nicolás Maduro, denunció que laboratorios mediáticos aumentan cifras de la migración venezolana, y señaló que el número de migrantes es muchísimo menor a las estadísticas que tratan de posicionar algunos presidentes de la coalición de "derecha anti venezolana llamada 'Grupo de Lima', quienes tratan de presentar a los medios de comunicación que hay un éxodo masivo". Sin embargo, investigaciones del Laboratorio Internacional de Migraciones de la Universidad Simón Bolívar (USB), asegura que en los últimos dos años, más de 700.000 personas se han ido del país, para un total de 3,2 millones de ciudadanos venezolanos viviendo en el extranjero.

**Celebrada jornada deportiva en Manuel Salvador Salinas y Las Casitas de El Muco**



p8



**FRANCYS**  
SUPERMERCADOS

Cumaná C.C. Marina Plaza      Carúpano Calle Acosta + Calle Juncal



**25 Años**  
Universidad Nacional Privada Gran Hermano de Acandú

"Somos UGMA: Educando con Visión Social"  
Teléfono: (0293) 432.52.85

Figura 40 - Versión Final, 12 de marzo 2018



VERSIÓN FINAL DETIENE FORZOSAMENTE SU EDICIÓN IMPRESA Y REDIRECCIONA ESFUERZOS HACIA LA WEB

# Rotativa detenida por falta de papel

Por segunda vez en sus más de 9 años de actividad, Versión Final paraliza su rotativa por tiempo indefinido y de manera forzosa. El Complejo Editorial Maneiro, adscrito al Ministerio de Comunicación e Información, no pudo atender su oferta de dotación de bobinas de papel y nos obliga a paralizar la producción impresa tras la circulación de 3.389 ediciones en la calle.

El diario plural del Zulia no cierra sus puertas y por el contrario, acentúa su compromiso de ejercer el periodismo con ética, pluralismo, sensatez y equilibrio. Redireccionaremos desde hoy nuestros esfuerzos y recursos a la página web: [www.versionfinal.com.ve](http://www.versionfinal.com.ve) con la presencia de reporteros las 24 horas, a disposición de nuestros lectores en Venezuela y el mundo.

Nuestra alta gerencia espera nos surtan pronto de materia prima y trabaja en fórmulas alternas para acelerar el retorno a la calle. Nos enfocamos en fortalecer la noticia para mantenerlos informados por @versionfinal en Twitter, Instagram, Facebook, y YouTube. Agradecemos a los zulianos por su preferencia. ¡Pronto nos reencontraremos!

9

## SUCESOS

### Piden \$ 5 millones por empresario secuestrado el 19 de enero

Elias Tarrab Ulloa, de 44 años, fue privado ilegítimamente de su libertad hace 52 días en los bloques de Raúl Leoni. La denuncia fue interpuesta ante el Gases. La esposa recibió una llamada con la grabación de su voz.

45

## COLOMBIA

DUQUE Y PETRO SE MEDIRÁN EN PRESIDENCIALES, URIBE Y MOCKUS LOS MÁS VOTADOS. P. 7

## REPIQUETE

MARGARETH BADUEL: "MI PAPÁ NUNCA PERTENECIÓ A LAS FILAS DEL CHAVISMO". P. 2

## DESCONTENTO

ESTUDIO REVELA QUE EL CARNET DE LA PATRIA NO GARANTIZA VOTOS. P. 3

## DEPORTES



Foto: AFP

Dybala guía a la Juve a la punta tras empate del Napoli en Milán

12

## ZULIA

### Minería de bitcoins acentúa crisis eléctrica

Máquinas para elaborar la criptomoneda colapsan aún más un servicio que padece por la falta de mantenimiento y la caída de unos 400 megavatios desde septiembre de 2017 por la paralización progresiva de las plantas. Helímenas Espina, economista y especialista en monedas virtuales, explicó

que una máquina de bitcoin consume 1.000 kilovatios en tan solo 12 horas, lo que representa el consumo de dos viviendas en un mes. El Zulia es la entidad con más minería. Cada máquina requiere energía de 220 voltios y aires acondicionados de 5 toneladas que deben funcionar sin detenerse.

476

Figura 41 - Visión Apureña, 27 de agosto 2018

# No es adiós sino hasta luego

Página 2

**Diario**  
**Visión Apureña**  
 Los ojos del pueblo llanero

MIEMBRO DE LA CÁMARA DE PERIÓDICOS DE VENEZUELA  
 www.visionapurena.com PRECIO JUSTO MÁXIMO Bs.S 1,00

Año XIV N° 4874/ Circulación Lunes 27 de Agosto a Domingo 2 de Septiembre 2018  
 visionapurena@diariolaantena.com y periodico@diariolaantena.com

## LLAMADOS

**Maduro:** Hemos encontrado la fórmula para acabar con los precios dolarizados — P/10

**ANC** aprobó reformas en materia tributaria y fiscal — P/10

**Ejecutivo** firmó acuerdo con agroindustriales para fijar precios a 25 productos — P/13

Con actividades deportivas y recreativas reinaugaron espacio deportivo en Los Tamarindos — P/9

### Ministro Heryck Rangel participó en asamblea con las mesas técnicas ecosocialistas de Apure



Pág 5

### "600 indígenas yaruros padecen paludismo"



LEOPOLDO

Pág 3

### Fuerte temblor sacudió a la entidad llanera



Pág 13

### 13 campamentos turísticos del Cinacuro se mantienen bajo el agua



Página 7

**JUEGA Y GANA CON LOS PRONÓSTICOS DE LOS ANIMALITOS**

